PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS "SAN TIAGO DANTAS" (UNESP – UNICAMP – PUC-SP)

LUCAS VASCONCELOS PINTO

O *AMERICAN ISRAEL PUBLIC AFFAIRS COMMITTEE* (AIPAC) E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

São Paulo
2015

LUCAS VASCONCELOS PINTO

O *AMERICAN ISRAEL PUBLIC AFFAIRS COMMITTEE* (AIPAC) E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (Unesp – Unicamp – PUC-SP), para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração: Instituições, Processos e Atores, na linha de pesquisa: Relações Exteriores dos Estados Unidos, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2015

Pinto, Lucas Vasconcelos.
P659 O *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC) e sua influência na política externa dos Estados Unidos / Lucas Vasconcelos Pinto. – São Paulo, 2015.
119 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

1.Israel – Relações exteriores - Estados Unidos. 2 Lobby – Israel. 3. Lobby – Estados Unidos. 4. The American Israel Public Affairs Committee. I. Autor. II. Título.

CDD 324.4095694

LUCAS VASCONCELOS PINTO

O *AMERICAN ISRAEL PUBLIC AFFAIRS COMMITTEE* (AIPAC) E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (Unesp – Unicamp – PUC-SP), para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração: Instituições, Processos e Atores, na linha de pesquisa: Relações Exteriores dos Estados Unidos, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (orientador)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof.ª Dr.ª Arlene Elizabeth Clemesha
Universidade do Estado de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Carlos Gustavo Poggio Teixeira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

São Paulo
2015

O Deus que fez o mundo e tudo o que nele há, sendo Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos de homens; nem tampouco é servido por mãos de homens, como que necessitando de alguma coisa; pois ele mesmo é quem dá a todos a vida, e a respiração, e todas as coisas; e de um só sangue fez toda a geração dos homens, para habitar sobre toda a face da terra, determinando os tempos já dantes ordenados, e os limites da sua habitação; [...] Porque nele [em Deus] vivemos, e nos movemos, e existimos (Atos 17: 24-28).

Ele faz tudo esplendidamente bem (Marcos 7:37).

Dedico este trabalho à família que o Senhor Deus, através de seu Filho Jesus Cristo, me colocou como membro: os que creem e vivem por Ele.

Sirvam uns aos outros, em amor (Gálatas 5:13).

Pois nem mesmo o Filho do Homem veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos (Marcos 10:45).

AGRADECIMENTOS

Agradeço-te, Senhor e Pai, pela graça de poder concluir este trabalho, e poder desfrutar da tua presença em cada passo, desde o mais tranquilo ao mais árduo, deste percurso. Agradeço-te também por cada filho teu que, nessa caminhada, tive a graça de poder conhecer, conviver, ser corrigido e encorajado por este. Por mais palavras que pudesse encontrar, eu nunca poderia te agradecer o quanto gostaria. Agradeço-te, então, por que não me exigiste mérito, mas que te conhecesse e andasse contigo.

Agradeço à família que Deus me concedeu: os de sangue, os de fé, os de carreira, os de momentos únicos.

Obrigado pai e mãe, por seu amor desde antes de eu nascer. Pai, sua seriedade, seu caráter, sua honestidade, sua fidelidade à mãe, sua bravura (no duplo sentido... rs), me levaram a querer imitá-lo e seguir seus passos na vida. Mãe, ah minha mãe! Como não se emocionar e não se alegrar ao viver ao lado de alguém tão valiosa, que serve às pessoas, que não se cansa, que não desiste, que repreende, que é virtuosa, que faz brilhar Cristo por onde vai! Amo vocês e quero muito, e com a graça de Deus vou, honrá-los até o fim!

Vô e vó, cada ligação e cada bênção dada, por telefone e pessoalmente, foram graças que nunca esquecerei. Que o Senhor multiplique ainda mais os seus anos conosco e vocês vejam com alegria os seus frutos!

Raphael, irmão mais velho que o Senhor me concedeu depois de grande. Esses anos de alegrias e choros juntos são de um aprendizado incomparável. Na adversidade, de amigo, você se tornou meu irmão! Seu coração e sua mente são tão grandes que me ensinam o que é valioso na vida: desde a comida na PUC ou no AP, até o valor à vida que Deus nos deu. Aribel, outro irmão (mais velho ainda... com o perdão da palavra) que tem múltiplos dons, um dos quais é o de servir. Sou grato por tudo o que você fez por mim e por nossa igreja. Nunca esqueceremos!

Júlio, seu exemplo como líder, tanto na igreja como em sua casa, me inspira muito. Obrigado pelos 11 anos dedicados a nós. Espero poder ainda aprender muito com você e servir como você serviu aos nossos jovens.

Silvia, obrigado por "segurar as pontas" com nossos jovens enquanto precisei me ausentar por este e outros trabalhos. Continuo a contar com você para essa missão.

Aos amigos do mestrado: Rodrigo, um grande amigo desde Marília. Você é um exemplo. Que Deus continue te guiando e abençoando nesta nova etapa. Paulo, obrigado pela amizade, pelas conversas sobre a pesquisa, e por sua preocupação de, até mesmo após conclu-

-ir seu trabalho, se preocupar em facilitar meu percurso e evitar muitos erros. Wilson, sua alegria contagiou toda a nossa turma, minha família e todo o lugar onde você passa. Rafael, obrigado pela atenção e pelas conversas sempre esclarecedoras. Camilla, foi muito bom poder continuar estudando junto com você, desde Marília.

Ao professor Reginaldo Nasser, obrigado pela confiança, por cada auxílio nesta pesquisa e por mostrar, em aulas e conversas, como é simples, e complexa, a prática da pesquisa.

Ao professor Oliveiros Ferreira, foi um privilégio poder conhecê-lo, e aprender tanto com sua sabedoria quanto com sua perseverança.

À Grazi, muito obrigado pela prontidão – e pela paciência (rs) – em solucionar todas as dúvidas quanto à normalização deste trabalho. Agradeço também à Giovana e à Isabela pela mesma dedicação e atenção.

À CAPES, pelo auxílio financeiro, de imensa ajuda nesse período de pesquisa.

A essas pessoas preciosas:

Que Deus, nosso Senhor e Pai, abençoe e guarde a cada um de vocês, sendo a sua alegria, a sua paz e a sua força em cada momento!

Em amor,

Lucas

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a influência do *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC) na política externa dos Estados Unidos da América (EUA). Primeiro, sistematizou-se um estado da arte sobre o tema a partir de duas linhas de pensamento principais: uma de John Mearsheimer e Stephen Walt; e outra, de Noam Chomsky, Gilbert Achcar e Norman Finkelstein. Enquanto aqueles primeiros ressaltam o poder do chamado *lobby* pró-Israel – do qual o AIPAC é a organização mais estruturada e renomada – na política dos EUA, estes salientam que o leme da política externa estadunidense para com Israel é seu próprio interesse nacional, e não o *lobby*. Segundo, visou-se a um levantamento histórico sobre o AIPAC e a uma análise de sua estrutura e de seu modo de atuação. Constatou-se, então, que o AIPAC – como uma organização de *lobby*, um grupo de interesse –, de acordo com a lei, não pode enviar contribuições financeiras diretamente aos políticos. Apurou-se, no entanto, que essa prática pode ocorrer de maneira indireta, por meio de, pelo menos, duas maneiras: através de seus próprios membros contribuindo individualmente; e/ou por via dos *Political Action Committees* (PACs) – instituições criadas especificamente para esse fim de levantar fundos para as campanhas políticas no intuito de eleger e derrotar candidatos, ou até mesmo influenciar os que já estão no governo. E, terceiro, buscou-se sintetizar o estado da arte ao estudo histórico e estrutural sobre o AIPAC. Com base no diálogo entre as duas principais visões teóricas trabalhadas – sob uma ótica de complementaridade ao invés de exclusão –, ao lado do exame da ação do AIPAC na história, esse estudo nos levou a inferir que o AIPAC, fundado em 1959, no contexto da Guerra Fria, continua influente na política dos EUA, mesmo com a mudança no sistema internacional ao final da Guerra Fria.

Palavras-chave: *The American Israel Public Affairs Committee* **(**AIPAC). *Lobby*. *Political Action Committee* (PAC). Política externa. Estados Unidos. Israel.

ABSTRACT

This work has as its theme the influence of The American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) in the foreign policy of the United States (US). Firstly, it was systematized a state of the art on the subject based on two main lines of thought: one of John Mearsheimer and Stephen Walt; and another, of Noam Chomsky, Gilbert Achcar, and Norman Finkelstein. While those ones highlight the power of the so-called Pro-Israel Lobby – from which AIPAC is the most structured and renowned organization – in US politics, those second ones point out that the helm of US foreign policy toward Israel is its own national interest, not the Lobby. Secondly, it was aimed a historical survey about AIPAC, and an analysis of its structure and its procedures. It was founded then that AIPAC – as a lobbying organization, an interest group –, according to the law, cannot make financial contributions directly to politicians. It was founded, however, that this practice may occur indirectly, through, at least, two ways: through its own members contributing individually; and/or by Political Action Committees (PACs) – institutions created specifically to this end of raising funds to political campaigns in order to elect and defeat candidates, or even to influence those who are already in the Government. And thirdly, it was sought to synthesize the state of the art to the historical and structural study on AIPAC. Based on the dialogue of the two main theoretical visions worked – under a optic of complementarity rather than of exclusion –, alongside with an examination of AIPAC's action in history, this study led us to infer that AIPAC, which was founded in 1959, in the Cold War context, remains being influential in US politics, even with the change in the international system at the end of the Cold War.

Keywords*: The American Israel Public Affairs Committee (AIPAC). Lobby. Political Action Committee (PAC). Foreign Policy. United States. Israel.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADMs	Armas de destruição em massa
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AIEF	*American Israel Education Foundation* [Fundação Educacional Israelo-Americana]
AIPAC	*American Israel Public Affairs Committee* [Comitê Americano de Relações Públicas com Israel]
ALC	Acordo de Livre-Comércio
ANP	Autoridade Nacional Palestina ou Autoridade Palestina
AWACS	*Airborne Warning and Control System* [Sistema Aéreo de Alerta e Controle]
AZC	*American Zionist Council* [Conselho Sionista Americano]
AZCPA	*American Zionist Committee for Public Affairs* [Comitê Sionista Americano de Relações Públicas]
AZEC	*American Zionist Emergency Council* [Conselho Sionista Americano de Emergência]
AZF	*American Zionist Federation* [Federação Sionista Americana]
AZM	*American Zionist Movement* [Movimento Sionista Americano]
CEO	*Chief Executive Officer* [Principal Funcionário Executivo ou Diretor Geral]
CUFI	*Christians United for Israel* [Cristãos Unidos por Israel]
e.g.	*exempli gratia* [por exemplo]
EUA	Estados Unidos da América
FARA	*Foreign Agents Registration Act* [Ato de Registro de Agentes Estrangeiros]
FBI	*Federal Bureau of Investigation* [Serviço Federal de Investigação]
FEC	*Federal Election Commission* [Comissão Eleitoral Federal]
FRLA	*Federal Regulation of Lobbying Act* [Ato Federal de Regulamentação do *Lobby*]
i.e.	*id est* [isto é]
LDA	*Lobbying Disclosure Act* [Ato de Divulgação de *Lobby*]
NCs	*Nonconnected Committees* [Comitês Não Conectados]
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PACs	*Political Action Committees* [Comitês de Ação Política]

PNAC	*Project for the New American Century* [Projeto para o Novo Século Americano]
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
RJC	*Republican Jewish Coalition* [Coalizão Judaica Republicana]
SSFs	*Separate Segregated Funds* [Fundos Segregados Separados]
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USTR	*Office of the United States Trade Representative* [Câmara de Comércio dos Estados Unidos]
WINEP	*Washington Institute for Near East Policy* [Instituto de Washington para a Política do Oriente Próximo]
ZOA	*Zionist Organization of America* [Organização Sionista da América]

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL: A GUERRA FRIA E O ORIENTE MÉDIO.....17

2 ESTADO DA ARTE SOBRE O *LOBBY* PRÓ-ISRAEL NOS ESTADOS UNIDOS.....24

2.1 Dois pontos de vista escolhidos: uma breve explicação.....24

2.2 O *lobby* e o governo: uma relação entre ideologias e interesses.....26

2.3 A centralidade do *lobby* pró-Israel na visão de Mearsheimer e Walt.....29

2.4 A crítica à visão da supremacia do *lobby* pró-Israel na política externa dos Estados Unidos.....35

3 O *LOBBY* PRÓ-ISRAEL INSTITUCIONALIZADO NO AIPAC: ESCLARECIMENTOS, JUSTIFICATIVA E SINGULARIDADE HISTÓRICA.....39

3.1 Esclarecimentos iniciais sobre o *lobby* nos Estados Unidos.....39

3.2 Por que estudar o AIPAC?.....43

3.3 Antecedentes do AIPAC.....45

3.4 A opinião pública estadunidense sobre Israel: tendência natural ao apoio ou pressão do *lobby*?.....49

3.4.1 Os cristãos protestantes evangélicos.....51

3.4.2 O caso da criação do Estado de Israel.....52

4 ESTRUTURA E PROGRAMA DE AÇÃO DO AIPAC.....59

4.1 Os quatro departamentos do AIPAC.....62

4.1.1 Departamento responsável pelo* lobby *junto ao Poder Executivo….....62

4.1.2 Departamento responsável pelo* lobby *junto ao Poder Legislativo.....65

4.1.2.1 Sobre dinheiro e votos.....68

4.1.2.1.1 *Political Action Committees* (PACs).....73

4.1.2.1.2 Os PACs e o apoio a Israel.....79

4.1.3 Departamento de Pesquisa.....88

4.1.4 Departamento de Desenvolvimento Político.....89

5 SÍNTESE DO ESTADO DA ARTE À HISTÓRIA E AOS FATOS EXPOSTOS.....91

5.1 Conflito e diálogo entre as duas principais visões: exclusão ou complementaridade?.....91
5.2 Como a complementaridade se torna possível.....95
5.3 Uma sucinta recapitulação da relação EUA – Israel no tocante ao AIPAC: da Guerra Fria aos dias atuais – a mudança no sistema internacional e a permanência da aliança.....97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....108
REFERÊNCIAS.....113

1 INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL: A GUERRA FRIA E O ORIENTE MÉDIO

O foco do presente trabalho não é o conflito entre o Estado de Israel e os palestinos. Muitos pesquisadores já se dedicaram – e ainda se dedicam – arduamente a essa complexa questão. Não obstante, fatos e acontecimentos desse embate podem figurar no decorrer do trabalho para nos auxiliar a enxergar o pano de fundo histórico e os processos que permearam nosso objeto de pesquisa: a influência do *American Israel Public Affairs* Committee (AIPAC) [Comitê Americano de Relações Públicas com Israel][1] na política externa dos Estados Unidos da América (EUA).

A relação entre EUA e Israel se desenvolveu, se aprofundou e se consolidou na segunda metade do século XX, no contexto histórico-geográfico da Guerra Fria no Oriente Médio. Mas para compreendermos tal relação, é proveitoso realizar uma recapitulação histórica, ainda que sucinta e limitada, acerca do início do envolvimento dos Estados Unidos no Oriente Médio, consolidado na Guerra Fria, e alguns antecedentes históricos sobre a região em questão.

Para entendermos um pouco sobre as tensões entre judeus e árabes palestinos, e da posição dos EUA nessa questão, remontamos ao fim do século XIX e início do século XX. Judeus de diversas partes do mundo buscavam um território para edificar um Estado nacional para si. Escolheram a região da Palestina e começaram a migrar para lá em uma proporção cada vez maior.

O movimento para instituir um Estado nacional judeu, o chamado "sionismo político", começou com a influência política e econômica de pessoas como o "Barão de Rothschild". Os imigrantes judeus, com o auxílio financeiro do barão Edmond James de Rothschild (1845-1934) – francês da família de banqueiros Rothschild (EDMOND..., 2014) –, compravam muitos dos latifúndios já existentes na Palestina e continuavam a se dirigir a essa região (THE ROTHSCHILD..., 2011).

As tensões entre judeus e palestinos vieram a se intensificar e a tornarem-se mais claras – e catastróficas – logo após a Segunda Guerra Mundial. O plano formulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) era a criação de dois Estados: Israel e Palestina. Só um foi criado: Israel. Inicia-se um primeiro conflito mais violento entre o Estado de Israel e os palestinos (1947-1949): para Israel, "Guerra da Independência" (MAOZ, 2006), e para os

[1] Muitas siglas que aparecem neste trabalho não apresentam traduções para o português. Por isso, todas as traduções entre colchetes são de elaboração própria. A tradução foi feita apenas no intuito de facilitar o entendimento do trabalho.

palestinos, "*Al Nakba*" [A Catástrofe] (AL NAKBA..., 2014). Desde então, embates das mais variadas proporções e danos marcaram a história de Israel e dos palestinos.

Se há um país que se envolveu neste conflito de maneira mais incisiva são os EUA. E o andamento desses embates, mediante avanços e retrocessos, que perduram até os dias de hoje (2015), remetem a meados do século passado, durante o mandato de Harry Truman (JUDIS, 2014). Desde a votação, em 1947, pela criação do Estado de Israel no quadro das Nações Unidas, os EUA, que desempenharam um papel protagonista nessa decisão oficializada no ano seguinte, podem ser tidos como a principal potência envolvida nos processos dessa questão. No entanto, os motivos pelos quais os EUA votaram favoravelmente à criação deste Estado não são de todo claros. Segundo um documento da ONU, elaborado por uma comissão *ad hoc* para tratar da chamada Questão Palestina:

> [...] a diplomacia dos Estados Unidos estava pronta para trair o novo Estado [Israel] antes mesmo de seu nascimento. A mudança da política do Governo dos Estados Unidos em relação a Israel ocorreu por razões de conveniência política sem correlação com qualquer senso de justiça ou fé no futuro de Israel. (UNITED NATIONS, 1949a, p. 308, grifo nosso, tradução nossa[2]).

Estudos apontam que o voto favorável à criação do Estado de Israel não era um consenso dentro da política dos EUA. Esse voto decorreu mais decisivamente da vontade do então Presidente estadunidense, Harry Truman, do que de uma posição propriamente estudada e formulada pelo Departamento de Estado (FERREIRA, 2005, p. 11).

De modo semelhante, o envolvimento dos EUA no conflito continuou permeado por diferentes fatores que influíam em sua política externa para com Israel e a Questão Palestina.

A relação entre EUA e o Estado de Israel seguiu com certa proximidade, sem oscilações bruscas, até a Guerra de Suez (1956). O Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionaliza o Canal de Suez. Inglaterra e França, que administravam a região da Palestina desde 1922, e Israel, que dependia do canal liberado para ter acesso ao Mar Vermelho partindo de seu porto Eilat, se unem contra o Egito. Nesse conflito, por sua vez, os EUA

---

[2] Optamos por traduzir todas as citações que se encontram em outros idiomas para auxiliar no entendimento do trabalho. Em algumas citações de excertos mais longos, e/ou mais complicados, e/ou importantes, como esse, colocamos também o excerto no idioma original na nota de rodapé, para o leitor poder julgar se está de acordo com a tradução. No idioma original: "[…] *United States' diplomacy had been ready to betray the new State before its birth. The United States Government's change of policy with regard to Israel had occurred for reasons of political expediency divorced from any sense of justice or faith in Israel's future.*" (UNITED NATIONS, 1949a, p. 308). Essa é uma sentença expressa pelo representante do Estado da Polônia, Sr. Drohojowsky, que consta no relatório da Comissão Política Ad Hoc, formada para tratar das questões da Palestina por recomendação do Conselho de Segurança, que culminou na resolução 273 da Assembleia Geral que admitiu o Estado de Israel como membro oficial das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 1949b).

buscavam limitar a ação de Israel e evitar que se acirrassem as tensões desse Estado com outros países do Oriente Médio, com os quais tinham grandes interesses em jogo.

Para compreender essa relação, é necessário dar um passo atrás e ampliar o escopo de visão, atentando para o contexto histórico vigente: o confronto bipolar, denominado "Guerra Fria", entre as duas superpotências mundiais – os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Já que os EUA tinham relações significativas com os países árabes exportadores de petróleo do Oriente Médio, e lutavam por manter aliados na região e ampliar sua zona de influência, as tensões entre Israel e esses países árabes faziam com que os EUA tivessem de escolher um dos lados para priorizar. Os EUA, então, optaram por limitar o fornecimento de armas e recursos a Israel, pois, no momento, parecia mais vantajoso manter a relação mais próxima com os países exportadores de petróleo.

Entretanto, posteriormente, Israel deixa de ser visto como um empecilho e passa a constituir um elemento-chave que poderia desempenhar uma função de bloqueio à expansão do socialismo soviético no Oriente Médio. Assim, os EUA firmam uma aliança mais estreita com Israel a partir da Guerra dos Seis Dias (1967).

Essa guerra foi encetada com um ataque preventivo, ou "preemptivo[3]" (WALZER, 2006), pois a força aérea israelense atacou em antecipação a força aérea egípcia no dia 5 de junho de 1967. Segundo alegava o Governo de Israel, havia três semanas, o Egito havia manifestado intenção mais clara de atacá-lo, e outros países que também não reconheciam a legalidade de seu Estado já haviam declarado aliarem-se ao Egito: Síria e Jordânia, principalmente (WALZER, 2006, p. 80-85).

Os Estados Unidos, a princípio, percebiam tal ameaça como algo que Israel poderia evitar, ou mesmo se defender. Por isso, suspenderam a entrega de diversos armamentos de ataque a Israel. Este país, por sua vez, não leu a situação da mesma maneira e atacou, além das bases aéreas egípcias, ocupando a Faixa de Gaza, o norte da Península do Sinai, o sul da Síria, as Colinas de Golã, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Diferentemente do pós-Guerra de Suez (1956), o governo estadunidense viu a vitória israelense com outros olhos. Em outras

[3] Ambos os termos buscar categorizar modos de resposta ao risco de ser atacado. O ataque preventivo constitui uma ação de antecipação da parte que se vê diante da possibilidade de vir a sofrer algum dano por outrem. Já o preemptivo, consiste em uma ação de antecipação realizada na iminência de uma agressão. Em outras palavras, "as primeiras [preventivas] têm como objetivo eliminar uma ameaça que pode ser mais ou menos distante, enquanto os segundos [preemptivos] respondem a uma ameaça mais imediata." (COSTA, 2005, p. 135-136). Há uma densa discussão quanto à legalidade de tais ações. Para Walzer (2006, p. 80-85), a Guerra dos Seis Dias (1967), entre Egito, Síria e Jordânia (e aliados árabes) contra Israel, consistiu num exemplo de ataque preemptivo justo, devido à iminência de um ataque que poria em risco a própria existência do Estado de Israel, além da questão de segurança dos civis. Entretanto, deve-se atentar também para o argumento de Holmes (1989), de que, em última análise, tal categorização de ataques como preventivos ou preemptivos pode, de certa forma, justificar e legitimar todo e qualquer tipo de conflito armado. Evidentemente, os Estados sempre invocarão que agem em legítima defesa, e isso está sujeito a um certo grau de subjetividade.

palavras, não via mais como algo que apenas dificultasse sua relação com os demais países do Oriente Médio, mas como um aliado que enfraqueceria a influência soviética na região. Além disso, os EUA também incentivavam a ideia de que a devolução dos territórios ocupados por Israel nessa guerra poderia servir como instrumento de negociação para a paz com os países árabes (FELDBERG, 2008). Ou seja, os EUA passaram a ver tal relação como possivelmente benéfica em dois sentidos: contenção do socialismo e estreitamento da relação dificultada com os países árabes.

Essa aliança entre EUA e Israel segue após essa guerra e se intensifica principalmente num próximo conflito: a Guerra do *Yom Kippur* (1973). Egito e Síria atacam Israel na Península do Sinai e nas Colinas de Golã, respectivamente. Isso se deu no dia do feriado religioso de Israel, o *Yom Kippur* [Dia do Perdão]. As grandes baixas israelenses do início da guerra, e o fato de Israel já haver desenvolvido armas nucleares, levaram os EUA a intervirem para garantir a supremacia bélica convencional de Israel e sua sobrevivência, mas ao mesmo tempo para limitar sua ação para que ele não utilizasse seu poderio nuclear (FELDBERG, 2008).

Porém, esse abastecimento militar fornecido pelos EUA a Israel foi, ao lado de um auxílio econômico e político-diplomático, massivo e sem precedentes. A partir de 1973, Israel foi o Estado que mais recebeu suporte militar e assistência econômica direta dos EUA. Os EUA forneceram a Israel o acesso a tecnologias bélicas que negam até mesmo a seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ademais, permitiram o desenvolvimento de tecnologia nuclear em Israel sem maiores problemas. E, além disso, os EUA também provêm um expressivo suporte diplomático a Israel no Conselho de Segurança da ONU. Bloqueiam também as tentativas dos países árabes de colocar o armamento nuclear de Israel na agenda de discussões da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O que motivou, portanto, essa mudança na relação entre EUA e Israel entre a Guerra de Suez (1956) e a Guerra do *Yom Kippur* (1973)? Alguns autores, como Feldberg (2008), dão ênfase aos elementos mais concretos de poder e focam sua análise no âmbito internacional e no contexto histórico para explicar essa relação; outros, como Mearsheimer e Walt (2007), salientam como explicação mais plausível para essa aliança, elementos da política interna estadunidense.

Em um sentido mais amplo, essa relação é permeada e influenciada por diversos fatores de distintas naturezas: políticos, econômicos, comerciais, militares, de segurança, e mesmo ideológicos. Um fator, dentro desse contexto, que é de notável importância e que

possuiu um debate[4] considerável e polêmico a seu respeito, é o chamado *lobby* pró-Israel na política dos EUA. Esse *lobby* não se resume, na prática, a um único grupo coeso, com uma liderança única e clara, com estruturas e instituições bem definidas e sem divergências. Tal termo exprime uma coalizão flexível de atores, indivíduos e instituições, que agem na política estadunidense no sentido de favorecer o Estado de Israel.

> Nós usamos 'o Lobby' como uma abreviação[5] para a coalizão flexível de indivíduos e organizações que trabalham ativamente para dirigir a política externa dos Estados Unidos em uma direção pró-Israel. Isso não significa sugerir que 'o Lobby' é um movimento unificado com uma liderança central, ou que indivíduos no seu interior não discordem em certas questões. Nem todos os judeus americanos fazem parte do Lobby, porque Israel não é uma questão de maior importância para muitos deles. Em uma pesquisa de 2004, por exemplo, cerca de 36 por cento dos judeus americanos disseram que eles eram 'não muito' ou 'de nenhuma maneira' emocionalmente apegados a Israel. (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, nota nossa, tradução nossa[6]).

O *lobby* pró-Israel é, portanto, um conjunto de pessoas que procuram influenciar decisões do Governo ou o voto dos legisladores nos EUA a favor de Israel. Esse *lobby* pode atuar de diversas formas, desde um simples contato por carta ou telefone com os representantes do poder público, até a participação numa ampla campanha nos meios de comunicação.

Mas como analisar esse grupo amplo, de fluxos difusos, sem uma organização central única, que abarca todos os atores, indivíduos e instituições, que atuam nessa relação num sentido pró-Israel? Propõe-se aqui, pois, um estudo sobre uma das instituições mais conhecidas que constituem o *lobby* pró-Israel dentro dos EUA: o AIPAC.

O AIPAC, como hoje se conhece, foi fundado no ano de 1959, em um período crítico da história de Israel, entre grandes conflitos – Guerra de Suez (1956) e Guerra dos Seis Dias (1967), e da história mundial, o contexto da Guerra Fria, e também da relação entre EUA e Israel.

---

[4] Esse assunto é o foco da segunda seção deste trabalho, que trata sobre o estado da arte do tema, isto é, busca sistematizar algumas das principais visões sobre o *lobby* pró-Israel e, por conseguinte, sua influência na política externa estadunidense.

[5] A palavra aqui traduzida por "abreviação" é "*shorthand*". Em tradução literal, este termo significa "taquigrafia" (ou "estenografia"), que consiste em um sistema de escrita rápida, usando linhas e símbolos para representar letras, palavras e frases. O termo no original, "*shorthand*", nesse contexto, significa que o vocábulo "*lobby* pró-Israel" (ou *lobby* de Israel, ou *lobby* judaico, ou alguma variante congênere) foi utilizado no sentido de ser um termo genérico que abarca todos os grupos de interesse e indivíduos que influem na política estadunidense em favor de Israel.

[6] No idioma original: "*We use 'the Lobby' as shorthand for the loose coalition of individuals and organisations who actively work to steer US foreign policy in a pro-Israel direction. This is not meant to suggest that 'the Lobby' is a unified movement with a central leadership, or that individuals within it do not disagree on certain issues. Not all Jewish Americans are part of the Lobby, because Israel is not a salient issue for many of them. In a 2004 survey, for example, roughly 36 per cent of American Jews said they were either 'not very' or 'not at all' emotionally attached to Israel.*" (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

Diante disso, estes três eventos mais proeminentes já citados da história de Israel: Guerra de Suez (1956), Guerra dos Seis Dias (1967) e Guerra do *Yom Kippur* (1973), constituem a base histórica para o entendimento das relações entre EUA e Israel, e, consequentemente, do surgimento e consolidação do AIPAC, bem com sua estrutura, seu programa de ação e seu poder de influência. Nesse primeiro evento histórico, os EUA agem no sentido de limitar a ação de Israel e impedir que esse país dificulte sua relação com os países árabes. No segundo, os EUA enxergam um possível aliado em Israel, e um instrumento para suas relações no mosaico da região. Segue-se a segunda postura chegando à Guerra do *Yom Kippur* (1973), momento histórico em que os EUA potencializam seu auxílio a Israel e consolidam sua aliança com este país. Esse período (1956-1973) compreende um momento que precede a criação do AIPAC e o período de sua formação e consolidação. Nesse sentido, buscar-se-á compreender o papel do AIPAC nas relações entre os dois países, levando-se em consideração o referido recorte temporal.

Para esse fim, na segunda seção, a seção de base, aborda-se o estado da arte sobre o tema da influência do *lobby* pró-Israel na política externa dos EUA. São levantadas duas visões principais sobre essa questão. De um lado, a conhecida tese defendida por John Mearsheimer e Stephen Walt (2006a, 2006b, 2007), que assevera a força expressiva do *lobby* pró-Israel na política estadunidense. De outro lado, os autores críticos a essa visão, dentre os quais destacamos Noam Chomsky e Gilbert Achcar (2007), e Norman Finkelstein (2005, 2006). Para esses, a postura dos EUA para com Israel é proposital e independente do poder do *lobby* em questão. Em outras palavras, os EUA agem com Israel de uma maneira que não fira seu interesse nacional, visto de uma maneira mais holística, no longo prazo da história e em um cenário geográfico mais amplo.

Feita a base para o trabalho com a contribuição dos autores acima, faremos, na terceira e na quarta seção, uma análise histórica e estrutural da influência do *lobby* pró-Israel na política dos EUA. Na terceira seção, constataremos que existiram outros atores, grupos de interesse, indivíduos e organizações que influenciaram a relação entre EUA e Israel, mesmo dentro do que veio a ser chamado *lobby* pró-Israel. Contudo, pelo fato de ser a organização mais expressiva desse *lobby*, focaremos no AIPAC. Para isso, na quarta seção, analisaremos sua estrutura e sua ação no decorrer da história, buscando fatos, dados e documentos que deem base empírica ao presente estudo.

Na quinta e última seção, buscaremos colocar frente a frente os dados empíricos históricos obtidos e a contribuição dos autores que trabalharam sobre o tema. Assim, poderemos chegar às considerações mais relevantes sobre a real influência do *lobby* pró-

Israel, e mais especificamente do AIPAC, na política externa dos EUA. Ou seja, essa seção buscará sintetizar as bases teóricas firmadas pelos pesquisadores ao estudo histórico e analítico do tema em análise.

Poder-se-á, assim, fazer inferências sobre a influência do AIPAC na política interna e externa dos EUA, e em sua relação com Israel. Internamente, olhando para a relação do AIPAC e o Congresso e o Executivo dos EUA. E no âmbito externo, atentando para o AIPAC e sua relação com o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa, através de sua postura revelada em sua relação com Israel.

2 ESTADO DA ARTE SOBRE O *LOBBY* PRÓ-ISRAEL NOS ESTADOS UNIDOS

2.1 Dois pontos de vista escolhidos: uma breve explicação

Nesta seção, buscamos realizar uma revisão bibliográfica onde elencamos as principais visões sobre o tema da influência do *lobby* pró-Israel na formulação e execução da política externa dos EUA. A princípio, acerca desse tema, duas visões podem ser enunciadas como principais: de um lado, a visão de que esse *lobby* tem grande poder na política dos EUA e faz com que este país aja no sentido de apoiar e atender demandas israelenses, mesmo que isso prejudique, em certa medida, seus interesses nacionais (MEARSHEIMER; WALT, 2007); de outro, encontra-se a tese de que são os EUA que na realidade atendem certas demandas israelenses, desde que estas não prejudiquem seu interesse nacional, visto de uma maneira mais ampla no tempo e no espaço, a fim de servir-se de Israel como um agente de seus interesses maiores na região do Oriente Médio (FINKELSTEIN, 2006).

Tanto uma quanto a outra perspectiva tem seus pontos e argumentos consistentes. Trataremos desses pontos agora de uma maneira breve. Mearsheimer e Walt (2007) afirmam que apenas o fato de existir um grupo que precise fazer pressão na política dos EUA para um apoio a Israel já demonstra que os interesses nacionais dos dois países são distintos. Nesse sentido, se houvesse uma identidade natural entre os interesses desses países, não seria necessário um grupo de interesse especial que fomentasse essa aliança.

Diante disso, Mearsheimer e Walt (2007) elencam uma série de fatores que poderiam explicar a aliança entre EUA e Israel, e, em seguida, já demonstram sua insuficiência explicativa. Esses autores dividem tais argumentos explicativos em: a) fatores estratégicos, mais físicos; e b) fatores morais, mais ideológicos. Os fatores estratégicos são, em suma, dois: 1) Israel seria um aliado na Guerra Fria contra o socialismo; e 2) seria, no pós-Guerra Fria, um aliado contra o terrorismo e contra os chamados *Rogue States*[7].

[7] Poderíamos traduzir "*Rogue States*", mais literalmente, como: "Estados párias, ou vis, ou delinquentes, ou bandidos, ou patifes". Esse termo foi utilizado pelo Governo dos EUA para caracterizar certos Estados que pudessem ser ameaças à sua segurança, e, por extensão, à segurança internacional. Os principais pontos que caracterizavam os Estados assim denominados eram: 1) Estados com regimes autoritários e que não respeitam, ou limitam a um nível ínfimo, os direitos humanos; 2) Estados que patrocinam o terrorismo, ou que, de alguma forma, servem de abrigo a grupos terroristas; e 3) Estados que possuem ou procuram desenvolver armas de destruição em massa (ADMs). Vale ressaltar que esses critérios levantados foram muitas vezes usados contra alguns Estados, sem provas concretas, como por exemplo: o Iraque, sob Saddam Hussein. Não foi comprovado o suporte de Hussein à *al-Qaida*, nem o desenvolvimento de ADMs pelo Estado do Iraque. O termo ganhou força na administração de George W. Bush (2001-2009). Os Estados enquadrados nessa categoria eram: Afeganistão, Coreia do Norte, Irã, Iraque e Líbia. Também sob Bush, foram chamados de "*Axis of Evil*" ["Eixo do Mal"]. Três desses Estados foram invadidos pelos EUA, a saber: Afeganistão, Iraque e Líbia; após isso, não figuram mais nessa lista.

Entretanto, esses próprios autores refutam tais afirmações com os seguintes argumentos: 1) Israel foi mais um fardo econômico, militar e diplomático para os EUA do que propriamente um aliado benéfico; 2) ao invés de o terrorismo ser um inimigo em comum, os EUA sofrem atentados, dentre outros motivos mais ou menos correlatos, justamente por apoiarem a Israel; 3) sua relação com Israel dificulta ainda mais a relação com o restante do Oriente Médio e com os *Rogue States*; e 4) Israel não age como um aliado leal, não cumprindo muitas de suas promessas, e executando políticas que vão contra o interesse nacional dos EUA (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Refutados os argumentos estratégicos, os autores partem para os argumentos morais: 1) Israel é um Estado "fraco", pequeno geograficamente e rodeado por inimigos hostis; 2) Israel é uma "democracia", uma forma de Governo moralmente preferível; 3) os judeus sofreram com crimes brutais no passado e merecem um tratamento especial, uma compensação; e 4) a conduta de Israel tem sido moralmente superior à de seus adversários (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Tais argumentos morais são contrapostos, pelos mesmos autores, com as seguintes premissas: 1) se a justificativa é apoiar os mais fracos no conflito, seria mais lógico o apoio ao povo palestino. Basta atentar para a superioridade bélica convencional e nuclear de Israel e os resultados das guerras em que esse país esteve envolvido; 2) é uma democracia, mas não para todos; apenas para alguns, os judeus. Os demais são considerados "cidadãos de segunda classe" e não possuem os mesmos direitos que os cidadãos plenos; 3) os palestinos também ainda sofrem com crimes brutais, exílios forçados e mortes; e 4) moralmente, a conduta de Israel não é melhor nem pior que a dos palestinos. Em danos numéricos[8], chega a ser maior que a dos palestinos (MORRIS, 1997; B'TSELEM, 2014; UNITED NATIONS, 2007).

Depois de toda uma análise com base em dados empíricos a respeito de tais premissas, Mearsheimer e Walt (2007) chegam à conclusão de que, se nenhum desses argumentos explica o direcionamento da política externa dos EUA em um sentido pró-Israel, a resposta estaria no poder do *lobby* de Israel na política interna dos EUA.

Essa questão é vista de uma perspectiva diferente por alguns outros autores. Achcar e Chomsky (2007), e também Finkelstein (2005), asseveram que são os EUA que na realidade se valem de Israel para a concretização de seus interesses no Oriente Médio. Finkelstein (2005) adverte que o *lobby* explica a aliança desses países se olhamos a questão de uma maneira pontual no tempo e limitada no espaço. Esse autor questiona: o que os EUA ganham com a expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia? Ou com a expansão colonial

[8] Para dados mais sistematizados, conferir: *B'Tselem* (2014) e *United Nations* (2007).

de Israel? Ou com a ocupação de Jerusalém Oriental? E com o bloqueio a Faixa de Gaza? Não conseguimos encontrar benefícios para os EUA em condescender com tais ações. Nesse contexto, o *lobby* parece ser a justificativa mais plausível para explicar a relação de, no mínimo, consentimento dos EUA com relação a Israel, ainda que condene muitas dessas ações israelenses diplomaticamente.

Mas ao ampliarmos o enfoque de nossa visão para o contexto do Oriente Médio como um todo, surgem algumas inconsistências. Como o *lobby* explicaria a relação dos EUA com os demais países do Oriente Médio, como, por exemplo, o Irã, o Iraque e a Arábia Saudita? Os EUA se relacionam com esses países, nos quais possuem interesses vitais em jogo, de uma maneira recorrentemente contrária aos interesses israelenses. Isso nos mostra que os EUA agem em sua política externa com base no que é proveitoso para seu interesse nacional, e aliam-se a Israel, e atendem suas demandas, quando isso não fere seus interesses maiores em um enfoque de maior escopo histórico e geográfico (FINKELSTEIN, 2005).

Diante desse debate já estabelecido, este trabalho versará, inicialmente, sobre essas visões a respeito do poder de influência do *lobby* pró-Israel na política externa dos EUA. Esses autores elencados como principais não são os únicos a debater o tema, mas serão nossos principais fundamentos teóricos para compreendê-lo. Abordaremos também outros autores que dialogaram nesse debate e buscaremos enxergar a relação, de contrariedade ou complementaridade, entre eles e nossos autores-chave.

2.2 O *lobby* e o governo: uma relação entre ideologias e interesses

O *lobby* pró-Israel nos EUA emerge decisivamente no processo de eleições e decisões políticas, sobretudo no que tange ao Oriente Médio (MEARSHEIMER; WALT, 2006a, 2006b, 2007). E o representante mais conhecido do dito *lobby* é o AIPAC. Suas origens remontam ao período entre a Guerra de Suez (1956) e a Guerra dos Seis Dias (1967) – período esse decisivo, de uma mudança de postura dos EUA, de limitação da ação para o apoio a Israel (FELDBERG, 2008).

Diversas cosmovisões estão convergidas dentro do chamado *lobby* pró-Israel. Neoconservadores, cristãos, judeus, republicanos e intelectuais liberais estadunidenses dirigem-se a um ponto comum pró-Israel. Concordam, porém, nem sempre por argumentos da mesma natureza. Para cristãos e judeus, falando de uma forma geral, "[...] estar contra Israel é estar contra Deus." (FINGUERUT, 2007, p. 3). Já para os demais, como afirma Noam Chomsky, deputados e senadores, políticos republicanos e intelectuais liberais, a questão é

mais política: “Os senadores estão dispostos a apoiar qualquer declaração que lhes conceda dinheiro e votos [...]” (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 86, tradução nossa).

O *lobby* pró-Israel nos EUA também inclui proeminentes cristãos evangélicos, como, por exemplo, Gary Bauer, Jerry Falwell, Ralph Reed e Pat Robertson, assim como Dick Armey e Tom DeLay, sendo estes dois últimos importantes membros da *House of Representatives* [Câmara dos Representantes] – uma das duas câmaras do Congresso dos EUA. Esses são o que se convencionou chamar de “cristãos sionistas[9]”: isto é, cristãos que creem que a volta do povo judeu à Palestina e a criação de seu Estado foi o cumprimento de uma profecia bíblica, sendo assim, a vontade de Deus (MEARSHEIMER; WALT, 2006b; MEAD, 2008).

Os chamados neoconservadores também estão presentes nesse *lobby*. Alguns exemplos dos mais renomados são: John Bolton, Robert Bartley – ex-Editor do *Wall Street Journal*, William Bennett – ex-Secretário da Educação, Jeane Kirkpatrick – ex-Embaixadora na ONU, e o Colunista George Will.

Outros pontos que fomentam a convergência desses segmentos em um sentido pró-Israel são expostos por Ariel Finguerut: “A defesa do Estado de Israel reverbera também na forma do apoio à criação de um forte sistema de defesa antimíssil para os EUA [...]” (FINGUERUT, 2007, p. 3); e mais no âmbito moral e religioso,

> [...] norteia a política externa por valores morais, ou seja, trata-se de decidir a política internacional com base em questões como aborto, contracepção, papel das mulheres na sociedade, liberdade religiosa, educação e valores bíblicos. (FINGUERUT, 2007, p. 3).

Para Gilbert Achcar e Noam Chomsky, o *lobby* pró-Israel é importante na política externa e interna estadunidense, mas “Atribuir uma influencia decisiva ao *lobby* pró-Israel é uma concepção fantasmagórica da política, que, de certa forma, é muito difundida.” (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 88-89, tradução nossa). Por essa difusão, tal visão está presente no Oriente Médio, em intensidade nos países árabes, e por todo o mundo, inclusive nos próprios EUA. Essa visão “fantasmagórica”, mística e simplista pode levar a um antissemitismo exacerbado, já que se superestima a influência do *lobby* pró-Israel na política estadunidense (FINKELSTEIN, 2006; MASSAD, 2006; VERBEETEN, 2006; ZUNES, 2006).

---

[9] Usamos aqui o termo “sionismo” como se entende o conceito de “sionismo político”, isto é, um movimento político de apoio deliberado à criação e estabelecimento de um Estado judeu na Palestina. “Sionismo” deriva do monte Sião; uma montanha situada em Jerusalém e que passou a designar toda a região à sua volta, o Templo de Jerusalém, a própria cidade, e, mais tarde o próprio Estado de Israel.

Na visão de Chomsky, "[...] o mais influente de todos os *lobbies* pró-Israel não é o AIPAC: são os intelectuais liberais norte-americanos." (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 86, tradução nossa). Sem desmerecer e negar a influência do AIPAC, os autores apontam que esse *lobby* foi criado em fins dos anos 1950, que foi motivado por uma série de mudanças no sistema internacional durante a Guerra Fria; e que aquele grupo – os pensadores liberais que influenciam e/ou estão presentes no Governo estadunidense – é muito mais difícil de se fazer frente, de se confrontar, de minar sua influência, se comparado ao AIPAC e a outros grupos de interesse pró-Israel.

Antes da Guerra de 1967 (a "dos Seis Dias"), Israel era visto como "[...] empecilho ao desenvolvimento das relações norte-americanas com os principais atores do mundo árabe [...]" (FELDBERG, 2008, p. 201). A partir dessa guerra, não que os objetivos estratégicos dos EUA para com Israel tenham mudado, mas percebe-se em Israel um elemento chave no mosaico da região do Oriente Médio, podendo desempenhar uma importante função de bloqueio à expansão do radicalismo. Essa mudança no modo como Israel era visto no contexto internacional da época foi o que fez com que os EUA firmassem uma aliança mais estreita com Israel. Até então, desde a Guerra de Suez (1956), os três governos estadunidenses – Eisenhower, Kennedy e Johnson –:

> [...] sucederam-se [...] na adoção de uma política que recusava a Israel o fornecimento de armas, com o objetivo de restringir suas ações ante os países do Oriente Médio em que os EUA acreditavam ter seus principais interesses (o petróleo e a participação do bloqueio da expansão soviética). (FELDBERG, 2008, p. 202-203).

Tais fatos nos ajudam a entender o que Chomsky denominara como "intelectuais liberais" e sua posição relevante na política estadunidense. Esse grupo mudou de posição com a Guerra dos Seis Dias. Após a vitória de Israel, passaram de analistas críticos de Israel a "sionistas fervorosos" (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 86-88). Isso demonstra que o fator ideológico e religioso não está desarraigado do governo, mas as motivações políticas e estratégicas estão ainda mais sempre presentes em peso, e, muitas vezes, se valem da "fé" de determinados grupos judaico-cristãos para lograr objetivos completamente independentes da ideologia que estes grupos professam. Em outras palavras, enquanto para uma parte expressiva dos judeus e cristãos, o apoio a Israel é uma "questão de fé", para os políticos é uma questão de votos e dinheiro, de poder político. Com efeito, os políticos procuram achar pontos comuns entre seus interesses políticos com as ideologias desses grupos religiosos, e

cooptá-los para que possam atingir seus objetivos, que não têm nada a ver com a fé desses grupos.

Achcar e Chomsky (2007) recorrem à Guerra do Vietnã (1955-1975) para exemplificar o movimento desses grupos intelectuais "liberais, porém conservadores", ou "liberais conservadores" – isto é, liberais que, por se apegarem ao extremo purismo do liberalismo, o qual vinha sofrendo confrontações, tornaram-se o que são classificados hoje como neoconservadores.

Para a autora Tatiana Teixeira (2007), o surgimento do movimento *Hippie*, ou Contracultura, na década de 1960, o qual criticou a incursão dos EUA no Vietnã e as normas, os princípios, os padrões sociais mantidos e idealizados pela sociedade estadunidense, foi o marco na ruptura e no aclaramento da posição dos neoconservadores. A posição da chamada Contracultura, sob a ótica neoconservadora, significava um empreendimento dos cidadãos estadunidenses de pelejar contra seus próprios valores, suas origens, seus princípios. Tais intelectuais "liberais conservadores", ou neoconservadores, eram, nesse sentido, "[...] fundamentalmente a favor da Guerra do Vietnã." (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 86, tradução nossa), e para eles, então, a retirada dos EUA do Vietnã foi perturbadora e insultante.

Na visão neoconservadora, os EUA deveriam manter a essência de seus princípios fundamentais de ser um modelo ideal de democracia, um "farol para o mundo". Sob essa ótica, o país, com a Contracultura, estaria negando seus princípios, se voltando contra si mesmo. Esses são apenas alguns exemplos para mostrar a diversidade de grupos que são enquadrados usualmente dentro do que se chama *lobby* pró-Israel nos EUA.

2.3 A centralidade do *lobby* pró-Israel na visão de Mearsheimer e Walt

No ano de 2006, John Mearsheimer e Stephen Walt, cientistas políticos estadunidenses, escrevem a primeira versão de um artigo sobre a influência do *lobby* de Israel na política dos EUA (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

Esse artigo, fundamentalmente, afirma que, dentro dos EUA, há um poderoso grupo de interesse, que está profundamente comprometido em moldar a política externa estadunidense em um sentido que favoreça a Israel. Em segundo lugar, o mesmo artigo argumenta que a política adotada pelos EUA no Oriente Médio, por causa do poder desse *lobby* no processo decisório, não está de acordo com interesse nacional estadunidense.

Conforme Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007), o apoio dos EUA a Israel é explicado principalmente pela força e influência do *lobby* pró-Israel na formulação da política

estadunidense, fazendo com que seus cidadãos cressem na identidade entre os seus interesses e os interesses israelenses. Mas, na verdade:

> [...] a simples existência do *lobby* já sugere que o apoio incondicional de Israel não está no interesse nacional americano. Se estivesse, não seria necessário um grupo de interesse especial organizado para fomentar esse apoio. (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, p. 45, tradução nossa).

Segundo esses autores, os EUA dão suporte a Israel de diversas maneiras, sobretudo nas áreas econômica, militar e diplomática. Atualmente, mais de US$ 3 bilhões são destinados ao auxílio de Israel por ano. Mesmo sendo um país relativamente rico, Israel é o país que mais recebe auxílio externo direto advindo dos EUA.

Citamos abaixo alguns exemplos. Primeiro, no âmbito econômico:

> Desde a Guerra de Outubro de 1973 [Guerra do *Yom Kippur*], Washington proveu a Israel um nível de suporte que suplanta aquele fornecido a qualquer outro Estado. Israel tem sido o maior receptor anual de assistência econômica e militar direta dos Estados Unidos desde 1976, e é seu maior receptor absoluto desde a Segunda Guerra Mundial, chegando a receber quantias bem superiores a US$ 140 bilhões (na cotação do dólar de 2004). Israel recebe cerca de US$ 3 bilhões via assistência direta todo ano, aproximadamente um quinto do orçamento de ajuda externa, e isso significa cerca de US$ 500 por ano para cada israelense. Essa generosidade é especialmente notável desde que Israel é agora um Estado rico industrializado com uma renda *per capita* aproximadamente igual à Coreia do Sul ou à Espanha. (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, tradução nossa[10]).

Vemos também importante auxílio no âmbito militar:

> […] os Estados Unidos proveram a Israel aproximadamente US$ 3 bilhões para o desenvolvimento de seus sistemas de armas, e forneceram-lhe o acesso a armamentos de altíssima qualidade tais como helicópteros *Blackhawk* e jatos F-16. […] os Estados Unidos concederam a Israel acesso à inteligência que eles negam até mesmo a seus próprios aliados da OTAN e se fizeram cegos para a aquisição de armas nucleares por Israel. (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, tradução nossa[11]).

É significativo também um apoio na área diplomática. Basta atentar para a postura dos EUA nas resoluções da ONU nas questões que vão contra Israel.

---

[10] No idioma original: "*Since the October War in 1973, Washington has provided Israel with a level of support dwarfing that given to any other state. It has been the largest annual recipient of direct economic and military assistance since 1976, and is the largest recipient in total since World War Two, to the tune of well over $140 billion (in 2004 dollars). Israel receives about $3 billion in direct assistance each year, roughly one-fifth of the foreign aid budget, and worth about $500 a year for every Israeli. This largesse is especially striking since Israel is now a wealthy industrial state with a per capita income roughly equal to that of South Korea or Spain.*" (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

[11] No idioma original: "[…] *the US has provided Israel with nearly $3 billion to develop weapons systems, and given it access to such top-drawer weaponry as Blackhawk helicopters and F-16 jets.* […] *the US gives Israel access to intelligence it denies to its NATO allies and has turned a blind eye to Israel's acquisition of nuclear weapons.*" (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

> Desde 1982, os Estados Unidos vetaram 32 resoluções do Conselho de Segurança de críticas com relação a Israel, mais que o número total de vetos efetuados por todos os outros membros do Conselho de Segurança. Isso bloqueia os esforços dos Estados árabes em colocar o arsenal nuclear de Israel na agenda da AIEA. Os Estados Unidos vêm para o resgate em tempos de guerra e se colocam ao lado de Israel nas negociações de paz. A administração Nixon protegeu Israel da ameaça da intervenção soviética e o refez durante a Guerra de Outubro [*Yom Kippur*]. Washington esteve profundamente envolvido nas negociações que puseram fim à guerra, assim como em cada passo do lento processo que se seguiu, e também como um ator-chave nas negociações que precederam e sucederam os Acordos de Oslo de 1993. (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, tradução nossa[12]).

O que explicaria, então, tal apoio estadunidense a Israel? Nesse contexto, esses autores ponderam inicialmente sobre dois grandes grupos de argumentos explicativos da relação EUA – Israel: 1) "*shared strategic interests*" ["interesses estratégicos compartilhados"]; e 2) "*compelling moral imperatives*" ["argumentos morais constrangedores/persuasivos"] (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, 2007). Esses fatores já foram mencionados na Subseção 2.1, e serão abaixo mais examinados.

Quanto aos "interesses estratégicos compartilhados", são, sumariamente, dois:

a) Israel foi um aliado estratégico na contenção do comunismo durante a Guerra Fria, tanto derrotando países que eram zona de influência soviética quanto protegendo países da zona de influência estadunidense no Oriente Médio; e
b) no pós-Guerra Fria, Israel passa a ser um aliado estratégico no combate a inimigos em comum: ao terrorismo, originado por organizações terroristas nascidas no mundo árabe ou muçulmano, e aos *Rogue States*, que dão suporte a tais grupos e desenvolvem armas de destruição em massa (ADMs).

Tais argumentos são refutados pelos seguintes motivos:

a) Israel passou a ser mais um fardo econômico, militar e diplomático do que um aliado na luta contra o comunismo e contra o terrorismo;
b) ao invés de EUA e Israel possuírem o terrorismo como inimigo em comum, ocorre que os EUA sofrem com o terrorismo, na maioria das vezes, justamente por apoiar Israel;
c) a relação com Israel dificulta ainda mais a relação com o Oriente Médio e com os *Rogue States*; e
d) Israel não age como um aliado leal, revogando, na prática, promessas feitas aos EUA (e.g.: deter o avanço dos assentamentos na Cisjordânia), e provendo, por exemplo,

[12] No idioma original: "*Since 1982, the US has vetoed 32 Security Council resolutions critical of Israel, more than the total number of vetoes cast by all the other Security Council members. It blocks the efforts of Arab states to put Israel's nuclear arsenal on the IAEA's agenda. The US comes to the rescue in wartime and takes Israel's side when negotiating peace. The Nixon administration protected it from the threat of Soviet intervention and resupplied it during the October War. Washington was deeply involved in the negotiations that ended that war, as well as in the lengthy 'step-by-step' process that followed, just as it played a key role in the negotiations that preceded and followed the 1993 Oslo Accords.*" (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

tecnologia militar obtida dos EUA para possíveis contestadores da supremacia estadunidense no sistema internacional (e.g.: China).

Postos os "interesses estratégicos compartilhados", e refutados, Mearsheimer e Walt (2006b, 2007) partem em seguida para os "argumentos morais constrangedores/persuasivos" que podem explicar a relação EUA – Israel. Os autores enunciam quatro argumentos:

a) Israel é um Estado fraco, pequeno geograficamente e rodeado por Estados vizinhos inimigos e hostis;
b) Israel é uma democracia, uma forma moralmente preferível de governo;
c) o povo judeu sofreu com brutais crimes passados e, portanto, merece um tratamento especial; e
d) a conduta de Israel tem sido moralmente superior à de seus adversários.

Argumentos esses que também são contrapostos pelos próprios autores:

a) se os EUA quisessem mesmo apoiar o mais fraco, o "Davi perante o Golias", apoiaria o povo palestino. Desde a criação do Estado de Israel, a superioridade bélica – ainda sem levar em conta o elemento nuclear – de Israel é excepcionalmente maior que a de seus vizinhos árabes, mesmo antes dos auxílios massivos estadunidenses (e.g.: vitórias rápidas e relativamente fáceis de Israel contra o Egito em 1956 [Guerra de Suez], e contra o Egito, a Síria e a Jordânia em 1967 [Guerra dos Seis Dias]);
b) Israel pode ser uma democracia se isso significar eleições livres de maneira regular, liberdades de expressão aos Partidos políticos, imprensa independente e a ausência de golpes de Estado. Por outro lado, se considerarmos que tudo isso só vale para os que são judeus, os considerados cidadãos; os demais (palestinos inclusos), não o são. Além disso, se a justificativa é a "democracia compartilhada", existem elementos na democracia de Israel que são estranhos à democracia liberal estadunidense. Nesta, ao menos em tese, pessoas de qualquer religião ou etnia devem ser tratados com igualdade, já naquela, o que se dá é algo que alguns pesquisadores chamam de "etnocracia" (BRIEGER, 2011; KELLY, 2006; YIFTACHEL; YAKOBI, 2004) ou "democracia étnica" (RAM, 2010), na qual só judeus são cidadãos e, portanto, participam da política de maneira efetiva. Mesmo se uma mulher palestina, por exemplo, se casar com um homem judeu (exemplo nada comum), não adquire a cidadania israelense;
c) que é verdade que os judeus sofreram ataques brutais, como o Holocausto, é inegável; e merecem sim os direitos de terem um Estado como lar nacional. Mas, Israel está também, de certa forma, cerceando a criação de um Estado para um povo que foi

também forçado ao exílio, e os que ficaram na Palestina, à guerra e a muitas mortes. Então, se for por esse argumento moral, os palestinos também merecem o apoio dos EUA; e

d) alguns exemplos históricos demonstram que Israel não tem agido melhor nem pior que seus adversários. Exemplos: 1949-1956, as forças de segurança israelenses mataram entre esses anos um número de árabes infiltrados entre 2.700 e 5.000, em sua grande maioria, desarmados (MORRIS, 1997); 2000-2005, a resposta israelense à Segunda Intifada (2000), de níveis ainda maiores que a primeira (1987); a média de palestinos mortos nesse período do conflito em comparação aos israelenses é de 3,4 palestinos para 1 israelense; o que nas crianças é ainda pior, 5,7 palestinos para 1 israelense.[13] Por isso, se o uso de terrorismo e a morte de civis é motivo de condenação dos árabes palestinos, o mesmo deveria valer também para Israel, e não ser motivo de apoio.

É nesse ponto que Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007) chegam ao ponto central de sua análise: "E se nem argumentos estratégicos nem argumentos morais são capazes de explicar o apoio da América a Israel, como podemos explicar isso?" (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, tradução nossa).

A resposta é, segundo esses autores, o excepcional poder do *lobby* de Israel na política estadunidense. Esse *lobby* perseguiria, pois, duas estratégias principais. Em primeiro lugar, esse grupo de organização flexível e articulada maneja sua influência significativa em Washington, de modo a pressionar tanto o Congresso quanto o Executivo dos EUA. Independente de qual seja a visão do legislador ou formulador de política, o *lobby* de Israel empenharia todos os seus esforços para fazer o apoio a Israel parecer sempre a escolha mais acertada a ser feita. Em segundo lugar, o *lobby* esforça-se arduamente para garantir que o discurso público retrate Israel sob uma luz positiva, repetindo mitos sobre sua fundação e promovendo seu ponto de vista em debates políticos. O objetivo, nesse sentido, é a prevenção do levantamento de comentários críticos com relação a Israel na arena política. Tem-se claro, portanto, que o controle dos debates políticos sobre a questão é essencial para o *lobby* pró-Israel, pois uma discussão aberta, transparente poderia levar os EUA a atuarem de uma maneira distinta no sistema internacional, podendo, assim, valer-se de outras políticas de

[13] Para dados mais sistematizados, conferir: B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. Disponível em: <http://www.btselem.org/statistics>; e United Nations – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Israeli-Palestinian Fatalities since 2000 – Key Trends**, August 2007. Disponível em: <http://unispal.un.org/unispal.nsf/8fedccc58951b2f485257b35004e7bf0/be07c80cda457946852573480050027 2?OpenDocument>.

aliança que não fossem para com Israel, ou que não favorecessem a esse Estado (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

Em outra obra, Walt afirma que:

> [...] as relações entre os EUA e Israel sugerem que um grande volume de ajuda (neste caso, tanto recursos financeiros quanto bélicos) pode ser mais o reflexo da capacidade do cliente [Israel] de extorquir seu protetor (*patron*) [EUA] que sinal da capacidade do protetor de controlar seu cliente. O Estado cliente, somente servirá aos interesses de seu protetor quando estes não se opuserem aos seus. (WALT[14], 1987 apud FELDBERG, 2008, p. 208).

O artigo desses autores foi, e ainda é, motivo de grandes debates, não só no âmbito acadêmico. Isso, porque envolve fatos que são motivos de diversas separações entre os indivíduos na política, na cultura e na nacionalidade: isolacionistas e intervencionistas, democratas e republicanos, judeus e cristãos, estadunidenses e israelenses.

Além das organizações judaicas, e do AIPAC, mais conhecido grupo político de *lobby* pró-Israel da atualidade, Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007) consideram grande parcela dos milhões de cristãos evangélicos dos EUA como parte desse *lobby* (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2012a; 2012b; 2012c). Pois uma vertente expressiva desse grupo, os já mencionados "cristãos sionistas", se mobiliza para defender os interesses israelenses e buscam silenciar as críticas contra esse país. Um exemplo notável de líder evangélico que busca atuar nesse sentido é o tele-evangelista John Hagee, líder da instituição *Christians United for Israel* (CUFI) [Cristãos Unidos por Israel] (THE ISRAEL..., 2007).

No âmbito acadêmico, o coronel e pesquisador L. Wilkerson asseverou a força da visão pró-Israel nos EUA com um exemplo de experiência própria. Em uma apresentação de seminário na faculdade onde leciona, citou o trabalho de Mearsheimer e Walt. Quarenta e oito horas depois, recebeu um *e-mail* de Alan Dershowitz, professor da *Harvard University*. Nesse *e-mail*, Dershowitz aconselhava L. Wilkerson a não pautar sua análise da relação entre EUA e Israel pelo trabalho de Mearsheimer e Walt, que, segundo ele, já havia se mostrado um trabalho incompleto e falho. O professor de *Harvard* lhe indicou ainda um trabalho próprio que já havia contraposto o artigo de Mearsheimer e Walt, para contrabalançar sua apresentação. L. Wilkerson afirma apenas haver mencionado o trabalho de Mearsheimer e Walt, e não baseado sua apresentação nesse artigo, e afirmou ter recebido esse correio eletrônico em um período bem curto de tempo. Nesse sentido, L. Wilkerson asseverou que o *lobby* pró-Israel é o grupo de interesse mais organizado e que tem a maior capacidade de reagir a determinadas ameaças nos EUA (THE ISRAEL..., 2007).

[14] WALT, Stephen. **The Origin of Alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

Diante da afirmada influência do *lobby* pró-Israel na política dos EUA, e dos argumentos de Mearsheimer e Walt – principais representantes dessa tese – que foram acima esquematizados, é profícuo agora apresentarmos uma visão oposta à desses autores. Ou seja, agora apresentamos alguns argumentos que questionam a veracidade, ou ao menos a exclusividade, desse poderio do *lobby* pró-Israel no interior da formulação política dos EUA.

2.4 A crítica à visão da supremacia do *lobby* pró-Israel na política externa dos Estados Unidos

Noam Chomsky é um dos principais nomes dessa outra perspectiva de análise. Ele afirma que:

> No mundo árabe, o mito do poder israelense tem sido uma espécie de mecanismo de defesa que tem impedido que muita gente faça algo. Continuamente ouvimos alguém dizer: 'bom, e o que podemos fazer? Israel é tão poderoso nos Estados Unidos que não tem nenhum sentido seguir adiante com nossos esforços diplomáticos nem com nenhuma outra estratégia, porque sempre acabaríamos perdendo'. (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 94, tradução nossa).

Gilbert Achcar complementa essa visão do que chamam de "mito do poder israelense":

> O mito do poder israelense cumpre uma função ideológica: exonera os Estados Unidos de toda a responsabilidade [de ficar com a reputação de país inimigo, que intervém, imperialista e agressor]. E é perfeito para os sauditas em particular, porque assim podem recorrer a essa explicação: 'Temos que lutar contra os judeus e sua perversa influência em Washington, e tentar ganhar a nossos amigos norte-americanos. E temos aliados nos Estados Unidos, aos quais temos de prestar apoio'. Com tal argumento, não se pode culpá-los de estarem estreitamente ligados aos Estados Unidos, já que competem contra os israelenses por lograr o favor dos Estados Unidos. (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 94, tradução nossa).

Achcar (2007) assevera que, apesar disso, há ainda intelectuais árabes que percebem que a verdadeira ameaça são os EUA, e não Israel. Para esse autor, Israel é usado pelos EUA visando seus próprios interesses nacionais, e não o contrário. A ideia de que seria Israel quem conduzisse os EUA através do *lobby* seria algo como se pensar que "o rabo é que move o cachorro" (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 95), e não o inverso.

Chomsky (2007) transporta a análise de Achcar (2007) da Arábia Saudita para os EUA. Ainda sobre a estratégia dos EUA de distrair o foco dos países árabes, tirando os holofotes de si mesmo e apontando-os para Israel, Chomsky interpela que:

> Em alguns setores da esquerda, se alguém pode exonerar os Estados Unidos e conseguir fazer que pareça que o problema está nos judeus, não se entra em uma confrontação com o verdadeiro poder. Pode-se ser passivo. Pode-se dizer que, na realidade, os Estados Unidos estão do nosso lado [de um país árabe], só temos que ir contra os judeus. (ACHCAR; CHOMSKY, 2007, p. 95, tradução nossa).

Dessa maneira, os EUA poderiam camuflar-se, fazendo que Israel fosse afigurado como o verdadeiro inimigo. Essa técnica consiste em atrair a atenção para algo que não importa ou é secundário, o que faz com que não se perceba o que é realmente a raiz do problema e não se lide com o que é verdadeiramente sério.

Essa tática foi constatada por Chomsky, por exemplo, em um documento emitido pelo Pentágono que dava diversas sugestões sobre a desclassificação de documentos do próprio Departamento de Defesa. Consistia, citando um exemplo histórico, em os encarregados pela desclassificação de documentos do Pentágono colocarem periodicamente em circulação informações sobre o assassinato do ex-Presidente John F. Kennedy, para que a "indústria" criada em torno do caso JFK siga viva e continue desentranhando tramas existentes sobre o assassinato; enquanto segue-se dedicando tempo a coisas secundárias, ninguém conseguirá se preocupar com as coisas mais importantes e sérias.[15]

Norman Finkelstein (2005) está de acordo com a posição de Chomsky e de Achcar de que, na verdade, é Israel que é usado como instrumento para a concretização do interesse nacional estadunidense. Como já mencionamos, sobre a influência do *lobby* na ação dos EUA no Oriente Médio, Finkelstein assevera que a influência desse grupo explica o porquê do apoio a Israel no conflito com os palestinos, por exemplo, se tratamos a questão de uma maneira pontual. Ou seja, o que os EUA ganham com o avanço dos assentamentos israelenses na Cisjordânia? O que os EUA ganham com a expansão colonial de Israel? O que os EUA ganham com a ocupação de Jerusalém Oriental? E com o bloqueio à Faixa de Gaza? Nada, afirma Finkelstein. Nesse sentido, o *lobby* parece ser a justificativa mais plausível para o apoio dos EUA a Israel.

Mas, ao abrirmos o leque de visão, como o *lobby* pró-Israel influiria na ação dos EUA levando-se em conta todo o Oriente Médio? Tomemos o Irã, o Iraque, a Arábia Saudita, os quais são países onde os interesses dos EUA estão claramente em jogo. Como o *lobby* pró-

[15] O documento onde podemos encontrar a explicação dessa estratégia é intitulado: *Operations Security Impact on Declassification Management within the Department of Defense* [Operações de Segurança de Impacto sobre o Gerenciamento de Desclassificação dentro do Departamento de Defesa]. Esse documento data de 13 de fevereiro de 1998, e foi elaborado por *Booz Allen & Hamilton Inc*., em Linthicum, estado de Maryland. A estratégia consistia, como foi dito, em manobras de despiste, proporcionando um material de distração de "boa fé" tentando reduzir o crescente apetite público pelos arquivos secretos (BOOZ ALLEN & HAMILTON INC., 1998).

Israel explicaria a ação dos EUA nesses países, que vai, na maioria das vezes, em sentido avesso ao interesse nacional israelense?

Outro ponto crítico levantado por Finkelstein (2005) é o de atentarmos para a liderança do Executivo dos EUA. Tomando o gabinete de George W. Bush, por exemplo, temos Dick Cheney e Donald Rumsfeld, respectivamente, o Vice-Presidente e o Secretário de Defesa do primeiro mandato de Bush. Esses foram os principais responsáveis pela formulação da política externa estadunidense naquele período (2001-2004), e, portanto, no apoio a Israel, na construção da chamada "Guerra ao Terror" e nas demais questões conhecidas desse mandato. Nesse ponto, questiona Finkelstein, Cheney e Rumsfeld fizeram seus cálculos estratégicos (e.g.: Guerra no Iraque) embasados no que é proveitoso para o interesse nacional de seu país, ou no que é proveitoso para o interesse nacional israelense?

Sob essa ampliação do escopo histórico e geográfico, o argumento do poder do *lobby* pode ter sua força diluída. Ao estendermos o campo de visão no espaço, percebemos que o *lobby* não explica a ação dos EUA diante dos vizinhos de Israel. E ao dilatarmos nossa visão para um recorte histórico mais amplo, constata-se que os EUA "apoiaram" – ou "se valeram de" – Israel, sofrendo certos prejuízos mais a curto e médio prazo, porém, sempre tendo em vista que os benefícios a médio e longo prazo compensariam tal aliança.

O tema do *lobby* pró-Israel nos EUA veio à tona com esse debate entre as visões expostas acima. No entanto, outros autores já haviam se debruçado sobre essa questão, como Edward Tivnan (1987). Esse jornalista de Nova Iorque realizou o trabalho de investigar o tema antes de Mearsheimer e Walt. Tivnan (1987) chega, inclusive, a focar na mais conhecida organização pró-Israel nos EUA, e a única organização doméstica registrada que pode, legalmente, fazer *lobby* a favor de Israel nos EUA tanto no Executivo quanto no Legislativo, e objeto principal da próxima seção deste trabalho: o AIPAC.

O AIPAC emergiu com força para o centro do cenário político dos EUA no início da década em que Tivnan (1987) escreveu sua obra. Em 1981, essa organização desempenhou um importante papel nas discussões do Congresso Nacional estadunidense (*Capitol Hill*) acerca da venda do *Airborne Warning and Control System* (AWACS) [Sistema Aéreo de Alerta e Controle] à Arábia Saudita. O AWACS é um sistema de vigilância aérea eletrônica por radares instalados em aeronaves com fins militares.

Tivnan (1987) faz uma recapitulação de décadas antes e demonstra que o *lobby* pró-Israel nos EUA não foi fundado com o AIPAC, mas é até mesmo bem anterior a criação do Estado de Israel em 1948. Porém, o autor focaliza o AIPAC e argumenta que essa organização apresenta fortes conexões com *Political Action Committees* (PACs) [Comitês de Ação

Política] dos EUA. Esses PACs são organizações formadas com o propósito de levantar fundos e usá-los nas campanhas políticas para eleger ou derrotar candidatos (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a). Aliado aos PACs, o AIPAC, no decorrer da história, venceu praticamente todas as disputas que travou em Washington, e se tornou a organização mais poderosa judaico-americana que trata das questões relacionadas a Israel (TIVNAN, 1987). E esse é o tema da próxima seção deste trabalho.

3 O *LOBBY* PRÓ-ISRAEL INSTITUCIONALIZADO NO AIPAC: ESCLARECIMENTOS, JUSTIFICATIVA E SINGULARIDADE HISTÓRICA

Ao ponderarmos sobre a política externa dos Estados Unidos, alguns dos principais fatores que influem decisivamente em sua formulação e execução são: a) a relação intrincada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, "[...] os dois poderes com mais competências constitucionais em matéria de política externa." (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 145); b) o Congresso, ou Legislativo, que merece uma atenção mais específica, por apresentar "aparentemente" (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 145, grifo nosso) um papel marginal nesse processo; c) os grupos de interesse, "[...] que podem exercer uma influência significativa nas posições governamentais." (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 145); e d) o *lobby*, que é o foco do presente trabalho, e que "[...] diferentemente do Brasil, é institucionalizado nos EUA." (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 145).

3.1 Esclarecimentos iniciais sobre o *lobby* nos Estados Unidos

Lobby é um conceito da ciência política que exprime, de uma maneira geral, a atividade de grupos de interesse. E "Grupo de interesse é o conjunto de indivíduos que procura defender determinada causa comum junto a órgãos oficiais, para o que utiliza os meios legítimos ou tolerados que estiveram a seu alcance." (GRANDE..., 2005, Macropédia, v. 7, p. 234).

Esse termo adquire, por vezes, no uso corrente, um sentido pejorativo na sociedade brasileira. Isso decorre do fato de muito dessa prática ocorrer de maneira ilícita e ilegítima. Por exemplo, quando alguns lobistas de grandes empresas empreiteiras procuram incentivar e contratar obras milionárias para conduzi-las de maneira irregular, com morosidade e superfaturando-as, a fim de lucrarem o máximo possível no decorrer dessas obras.

Nos EUA, por sua vez, a atividade dos grupos de interesse, isto é, o *lobby* é, em grande parte, regulamentado por lei. Há escritórios de assessoria arregimentados profissionalmente para promover os interesses de todo e qualquer cliente que venha a contratar seus serviços. Isso não quer dizer que não haja também irregularidades lá, mas que há uma institucionalização e, assim, uma fiscalização maior dessa prática. O *Federal Regulation of Lobbying Act* [Ato Federal de Regulamentação do *Lobby*] (FRLA), de 1946, asseverou que todo indivíduo ou grupo que almejasse influenciar no processo legislativo precisaria ser registrado no Congresso dos EUA. Com esse registro, o indivíduo ou grupo de

interesse deixaria claro: sobre qual projeto de lei (*Bill*) deseja se posicionar, e se é a favor ou contra; quem está envolvido nessa atividade; a discriminação do fluxo do dinheiro que se dará – remunerações dos lobistas, despesas, investimentos na mídia para conquistar colaboradores, etc. Isso, de certa forma, atribui mais legitimidade ao *lobby* nos EUA, se comparado a outros países, dentre esses o Brasil (HISTORY..., 2005).

Sabe-se, no entanto, que as leis são suscetíveis a serem alvos da procura por brechas e interpretações que permitam tirar vantagem por uma determinada parte, ainda mais quanto se trata de assuntos envolvendo transparência e finanças. Essa lei não foi a primeira, e nem a última, a tentar regulamentar o *lobby* nos EUA. O FRLA vigeu na maior parte do tempo em que a relação entre EUA e Israel foi consolidada. Porém, em 1995, essa lei foi revogada e entrou em vigor o *Lobbying Disclosure Act* (LDA) [Ato de Divulgação de *Lobby*], o qual buscou resolver algumas brechas na lei anterior.

Eis alguns exemplos do que o LDA buscou corrigir:

a) Ele clarificou conceitos-chave como a definição de "lobista" e "atividades de *lobby*", que antes eram tão ambíguos que até mesmo as cortes tinham dificuldade em julgar a quem e em que casos a lei se aplicava;
b) Ele proveu um limiar quantitativo mais claro de quando o registro do *lobby* é necessário, e estabeleceu que os lobistas e as organizações fizessem relatórios financeiros bienais para sua fiscalização; e
c) As exigências para lobistas representantes de interesses estrangeiros foram modificadas. Depois do LDA, lobistas representando governos ou partidos políticos estrangeiros devem continuar registrando-se sob o *Foreign Agents Registration Act* (FARA) [Ato de Registro de Agentes Estrangeiros], de 1938, e, portanto, não necessitam se registrar sob o LDA. O FARA surgiu no período onde Hitler e a propaganda nazista ameaçavam a tranquilidade das instituições internas dos EUA, com ameaças que pareciam eclodir de dentro do próprio território estadunidense. Por isso, foram criadas normas rígidas quanto às ações de *lobby* por parte de agentes estrangeiros dentro dos EUA. Já quanto aos lobistas que representam interesses estrangeiros privados, não há necessidade de registro no rigoroso FARA, mas ainda assim devem se registrar e se submeter ao LDA (HISTORY..., 2005).

Entretanto, eis algumas brechas que ainda permanecem na nova legislação do LDA:

a) Embora seja exigida a transparência máxima nos dados, os relatórios financeiros dos lobistas ainda são preenchidos em papel, e não estão disponíveis em formato

eletrônico. Ainda há, portanto, uma divulgação inadequada que torna os relatórios não tão acessíveis;

b) Outra brecha é a dificuldade do monitoramento do cumprimento dessa lei, e as sanções por sua violação. Nenhuma agência do Congresso está revestida de poder de coerção. O Secretário da Câmara dos Representantes e o Secretário do Senado são responsáveis pela coleta dos relatórios financeiros do *lobby*. Mas nenhum escritório lobista tem um grande interesse particular em garantir que os relatórios estejam completos, precisos e minuciosos, e nem as duas casas do Congresso detêm poder de coerção para garantir que isso seja feito. Com efeito, caso seja constatado que um lobista tem infringido reiteradamente o LDA, o Congresso pode remeter o caso ao Ministério da Justiça para a devida ação legal. Porém, isso raramente, ou nunca, é feito. Ou seja, ainda há uma dificuldade de aplicação do poder de fazer cumprir a lei, o poder de coerção; e

c) Uma terceira questão complicada é que ainda há uma inadequada regulamentação de conduta. Atualmente, muitas práticas de *lobby* levantam sérias preocupações sobre um poder de influência obtido de maneira indevida. A prática conhecida como "*revolving door*" ["porta giratória"] entre o governo e o *lobby* constitui-se nas contínuas idas e vindas de funcionários públicos e membros do governo se tornando lobistas por interesses particulares. Esse fator soma-se a outras práticas inapropriadas como: familiares de membros do Legislativo trabalhando como lobistas; grandes quantias em doações e contribuições de campanha dadas a altos funcionários públicos federais; etc. Nesse sentido, ainda persiste a necessidade de uma melhor regulamentação da conduta do *lobby* nos EUA (HISTORY..., 2005).

Alguns pontos centrais ainda merecem ser levantados a título de esclarecimento. Em primeiro lugar, sobre o padrão de atuação e de relacionamento desses grupos de interesse e o governo, o *lobby* pode efetuar-se de maneira formal ou informal. Formalmente, são relações mais institucionalizadas "[...] que têm lugar mediante canais legais de acesso ao governo, e compreendem o comparecimento perante comissões legislativas, órgãos ministeriais, departamentos ou agências do executivo." (GRANDE..., 2005, v. 7, p. 234). Já informalmente, se torna algo mais complexo de se mensurar. Essas relações menos institucionalizadas se dão mais ao nível individual e vão desde almoços e passeios de entretenimento até reuniões. Esses contatos surgem, muitas vezes, de pontos em comum como: mesma origem geográfica e social, ou mesma escola e mesmos lugares frequentados,

ou ainda amigos e parentes em comum, etc. Tais relações podem até mesmo chegar a assumir traços de persuasão, troca de favores, e até suborno, ao passo que são menos institucionalizadas, portanto, de maior dificuldade de regulamentação.

Assim, para uma análise mais completa e acurada da influência de um grupo na política externa faz-se necessário, certamente, "[...] extrapolar a leitura institucional-legal [...]" (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 152), pois essa influência não se resume a relações formais, frias e inexoravelmente previsíveis. Essa influência envolve interesses políticos, ideológicos e relações que perpassam o nível formal, "institucional-legal" (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 152).

O objeto deste trabalho, o AIPAC, é uma instituição formal e regulamentada, e, desse ponto de vista, mais "fácil" de ser analisada. Isso não suprime o fato de que possam existir dessas relações informais individuais nos meandros dessa organização ante o governo. Em alguns casos, faz-se necessário salientar e explicar certos fatos e processos que ultrapassam a dimensão formal, institucional e legal dessas relações. Mas vale lembrar aqui que nosso foco é analisar a instituição e sua ação de uma maneira legal e institucional.

Em segundo lugar, existe a questão da participação dos membros dessa organização diretamente no governo. Só que, para isso, o grupo de interesse precisa se articular com um partido político. Enquanto o grupo de interesse busca influir no governo e nas decisões políticas, o partido político é quem toma as decisões políticas, isto é, ele é o governo, ou visa a assumir o lugar deste. O AIPAC, nesse contexto, é uma organização que busca ser bipartidária, ou seja, inclui membros dos dois grandes Partidos dos EUA: Democratas e Republicanos. Então, além de buscar influenciar os políticos, o AIPAC também conta com alguns de seus membros, diretamente envolvidos na política, em partidos políticos do governo, através do já referido mecanismo de "*revolving door*". Por exemplo, Ester Kurz, atualmente diretora de *Legislative Strategy and Policy* [Política e Estratégia Legislativa, ou junto ao Legislativo] do AIPAC, entrou nessa agência da organização em 1982, depois de trabalhar por seis anos em uma variedade de cargos legislativos no Congresso dos EUA. Além disso, foi Assistente Legislativa de Relações Exteriores e Defesa do Senador Arlen Specter, Republicano da Pensilvânia, e antes, Conselheira de Política Externa do Senador Jacob K. Javits, Republicano de Nova Iorque. Kurz é apenas um exemplo dos vários casos de membros e líderes do AIPAC que transitaram de cargos políticos no governo ao AIPAC, e vice-versa. (TEMPLE ADATH YESHURUN, 2013).

E em terceiro lugar, outra via de influência que pode ser utilizada pelos grupos de interesse, e é utilizada pelo AIPAC, é a de influir na escolha de funcionários para as

assessorias dos governantes, ou mesmo na nomeação dos próprios governantes, o que se torna possível devido ao grande montante de recursos financeiros e ao poderio econômico dessa instituição, ao invés, de seus próprios membros assumirem as posições no Legislativo e no Executivo, o que pode ser até mais vantajoso e menos comprometedor para a instituição. Grupos com um grande número de afiliados podem lançar seus próprios membros a candidaturas no governo, enquanto grupos com menor número de afiliados, mas com elevado poder econômico, podem preferir injetar fundos em candidatos que vão favorecer suas demandas, evitando expor-se mais diretamente ao público e submeter-se aos estatutos e leis mais estritos do governo. O AIPAC apresenta, por sua vez, essas duas capacidades: um grande número de afiliados; e seus afiliados, um grande poderio econômico.

3.2 Por que estudar o AIPAC?

Poucos grupos de interesse dedicados a questões internacionais são tão ativos e tão bem financiados quanto os pró-Israel. O AIPAC é a organização mais conhecida e visível desses grupos de interesse pró-Israel. Ele busca ser uma organização bipartidária, e tem em seu mote o apoio a chamada "solução de dois Estados", no que tange ao conflito Israel-Palestina (KOPP, 2014).

Partindo da eminência do AIPAC na política dos EUA diante dos demais grupos de interesse pró-Israel, buscaremos, nesta seção, justificar a escolha dessa organização como objeto de análise.

Todo ano, em Washington, D.C., o AIPAC realiza uma conferência que reúne seus membros de todo o país. É um grupo forte que visa a influenciar a legislação e outros aspectos da política estadunidense, sobretudo nos assuntos relacionados ao Oriente Médio. Toda uma atmosfera publicitária é gerada em torno dessas conferências, com o intuito de promover a imagem da necessidade e dos benefícios da relação entre EUA e Israel. Pessoas dos mais elevados cargos participam desses eventos, até mesmo os Presidentes dos dois países, o Secretário de Estado estadunidense, e o Primeiro-Ministro israelense, além de diversos outros políticos e oficiais de ambos os países (THE ISRAEL..., 2007).

Isso se tornou algo quase cerimonial onde os políticos, especialmente os Presidentes e Secretários de Estado dos EUA demonstram que estão do lado do AIPAC. Semelhantemente, membros do Congresso e altos oficiais do Executivo vigente também participam como conferencistas.

O AIPAC veio a ser, pois, um dos mais poderosos grupos de interesse nos EUA (BRUCK, 2014). Tanto que alguns autores chegam a descrevê-lo como um agente de Israel influenciando o Congresso e o Executivo dos EUA; afirmações essas que tomam como base, principalmente, os dados empíricos levantados por Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007), acerca do poderio desse *lobby*, e por outros que estudaram o tema antes deles, como, por exemplo, Tivnan (1987).

Como mencionado, o AIPAC afirma ser uma organização que busca ser bipartidária, isto é, que integra tanto Republicanos como Democratas que sejam pró-Israel (AIPAC, 2013a). Marshall Wittman, porta-voz do AIPAC, asseverou que a organização não tem lealdade exclusiva a nenhum partido político e que sugerir algo assim era uma "descaracterização maliciosa". E acrescentou: "nós [AIPAC] somos uma organização bipartidária de americanos que exercem nosso direito constitucional de fazer *lobby* perante o governo." (BRUCK, 2014). Não obstante, a organização demonstrou-se, muitas vezes, como mais próxima do partido israelense *Likud*[16], cujo líder é o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, e, dentro dos EUA, mais próxima do Partido Republicano (AVISHAI, 2015).

Notemos que Netanyahu assumiu o cargo no mesmo ano em que Barack Obama assumiu a presidência dos EUA (2009). Desde então, tem-se presenciado diversos choques de visões entre esses líderes, por exemplo, sobre a expansão dos assentamentos israelenses e os contornos dos intricados processos de paz entre israelenses e palestinos. Netanyahu e Obama sempre reiteram em seus discursos a ligação inabalável entre EUA e Israel. Entretanto, a relação entre os dois países não tem sido tão fluida como em tempos anteriores. Como nos lembra Bruck (2014), "Em 2012, Netanyahu não fez o menor segredo do fato de que esperava que Mitt Romney ganhasse a eleição." (BRUCK, 2014, tradução nossa). Nesse evento, e em muitos outros, o AIPAC se colocou claramente ao lado de Netanyahu, e, portanto, contra Obama.

Em 2005, um analista do Pentágono, Lawrence Franklin, declarou-se culpado das acusações de transmitir segredos do Governo estadunidense a dois membros do AIPAC, Steve Rosen e Keith Weissman. Esses dois haviam sido acusados de prover segredos do Pentágono sobre sua política de defesa em relação ao Irã, e a grupos terroristas como a *al-Qaida*. Esse fato ficou conhecido como o *AIPAC Espionage Scandal* [Escândalo de Espionagem do AIPAC]. Esses membros do AIPAC foram demitidos logo em seguida ao estouro do

[16] O *Likud* ["unidade", em hebraico] é um partido político conservador de Israel, e um dos mais poderosos partidos desse país. Foi fundado em 1973 e seu primeiro líder foi Menachem Begin. Sua proposta inicial era a da anexação dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias (1967) ao território oficial do Estado de Israel, a saber: Colinas de Golã, Cisjordânia, Faixa de Gaza e Península do Sinai.

escândalo. No ano de 2009, as acusações contra os ex-funcionários do AIPAC foram retiradas porque o caso poderia revelar informações classificadas, sigilosas do Governo dos EUA (McGREAL, 2009).

Esses são alguns breves exemplos iniciais que demonstram a posição de proeminência que o AIPAC veio a ocupar na política atual dos EUA, o que veio, assim, gerar desdobramentos em sua política externa.

Mas houve outras organizações de mesmo cunho e relevância antes do AIPAC? E se houve, o AIPAC apresenta algo de novo, de singular, em comparação às outras? É o que buscaremos responder na subseção a seguir.

3.3 Antecedentes do AIPAC

O AIPAC, apesar da novidade da iniciativa de sua criação, teve outros grupos que o precederam. O *American Zionist Emergency Council* (AZEC) [Conselho Sionista Americano de Emergência] foi criado no ano de 1939, sob a liderança de Rabbi Abba Hillel Silver, judeu de origem lituana. Em menos de cinco anos, em 1943, essa organização já havia arrecadado um montante de meio milhão de dólares, e isso em uma época onde o dólar estava mais valorizado e possuía um poder de compra ainda maior do que na atualidade (WEIR, 2014).

O AZEC, no decorrer da história, gerou uma linha de sucessão de outras organizações pró-Israel dentro dos EUA, como: o *American Zionist Council* (AZC) [Conselho Sionista Americano], em 1951; a *American Zionist Federation* (AZF) [Federação Sionista Americana], em maio de 1970; culminando no ainda existente *American Zionist Movement* (AZM) [Movimento Sionista Americano], fundado em 1993. E essas organizações atuavam, geralmente, como organizações mais amplas que abrangiam diversas outras agências e organizações membros. Essas instituições são, portanto, organizações "guarda-chuva" para outras organizações sionistas americanas (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, c2008).

E foi o Secretário Executivo do AZEC, Isaiah Leo Kenen (1905-1988), quem fundou a instituição precursora mais próxima do AIPAC, o *American Zionist Committee for Public Affairs* (AZCPA)[17] [Comitê Sionista Americano de Relações Públicas] (WEIR, 2014). Kenen, canadense, veio de uma família de origem judaica europeia bastante engajada no movimento sionista. O AZCPA foi criado em 1951, e essa instituição deu origem ao AIPAC em 1959.

[17] Em alguns lugares, pode aparecer a sigla AZPAC (*American Zionist Public Affairs Committee*), ao invés de AZCPA (*American Zionist Committee for Public Affairs*), como vimos na maioria das fontes, mas trata-se da mesma organização.

O contexto histórico seguinte à Segunda Guerra Mundial lançou as bases para a criação do AIPAC (SOLOMON, 1993). Os judeus haviam sido dispersos pela perseguição do nazismo. O sentimento de comoção mundial deu uma base favorável à criação do Estado de Israel. Esse forte sentimento espalhava-se e chegou a gerar discrepâncias dentro do próprio governo dos EUA sobre o voto a favor de Israel na ONU em 1947. Como já foi citado, o Departamento de Estado dos EUA era contra a criação do Estado de Israel; o Presidente Truman, e grande parte da opinião pública estadunidense, a favor (MEAD, 2008).

O então recém-criado Estado necessitava de ajuda para absorver os 600 mil imigrantes judeus espalhados pelo mundo. Em seis anos a população do Estado triplicou; isto é, em 1954, a população do Estado de Israel atingia aproximadamente 1,8 milhão de habitantes. É engendrado, assim, um quadro oportuno que foi aproveitado por Kenen. Este afirmou que era necessária a ajuda dos EUA naquele momento para que o novo Estado pudesse absorver o crescente fluxo de imigrantes que chegavam (KENEN, 1981).

Por conseguinte, os EUA, especialmente os judeus americanos, deram grande contribuição nesse momento crítico logo após a criação do Estado de Israel. Vale ressaltar aqui que os custos eram tão altos que Israel, mesmo que com a ajuda dos judeus americanos, não tinha recursos suficientes para absorver a imigração massiva que afluía para seu território, nem para arcar com os custos de se desenvolver economicamente o país, segundo afirmavam os líderes judeus sionistas como Kenen (1981).

Os EUA, de certa forma, influenciados pelos líderes judeus americanos sionistas, formularam então um expressivo programa de ajuda financeira a Israel. Morris S. Solomon (1993) enumera quatro pontos principais de como se deu a influência desses líderes na busca por ajuda a Israel. Em primeiro lugar, os judeus americanos assumiram a causa e aumentaram suas doações pessoais a Israel. Em segundo lugar, os judeus americanos buscaram encorajar o investimento de empresas privadas dos EUA em Israel. Em terceiro lugar, os judeus americanos promoveram a compra de títulos públicos israelenses, para que Israel pudesse utilizar os recursos obtidos para o desenvolvimento de sua agricultura e infraestrutura. E, em quarto lugar, os judeus americanos solicitaram aos EUA que incluíssem Israel em seu programa de ajuda para países economicamente menos favorecidos.

Os argumentos utilizados por tais líderes judeus influentes para conseguir apoio dentro dos EUA eram de três naturezas: moral, econômica e estratégica. Moralmente, muitos estadunidenses se horripilavam ao ver as vívidas figuras das atrocidades do nazismo aos judeus europeus. E também muitos nutriam um sentimento de respeito por Israel, por sua semelhança de “espírito guerreiro” – seja isso bom ou ruim, moralmente falando – ao vencer a

chamada "Guerra de Independência" de Israel (1947-1949), quando foi invadido pelos países árabes vizinhos no dia seguinte à sua criação no quadro da ONU. Economicamente, esses líderes asseveravam que Israel, que se desenvolveu mediante os "princípios democráticos", poderia ser um exemplo para uma região tida como subdesenvolvida, retrógrada e antidemocrática.[18] E estrategicamente, Israel seria o único país na região com instituições livres; assim, Israel poderia ser um agente dos EUA no Oriente Médio, especialmente porque os países árabes abundantes em petróleo estavam mais vulneráveis a sublevações internas e atritos externos (SOLOMON, 1993).

Vale lembrar que esses argumentos não se sustentam. Podemos evocar as claras refutações feitas por Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007): as justificativas acima são, até certo ponto, plausíveis; porém, se forem esses os motivos do apoio dos EUA a Israel, os mesmos motivos não têm sido aplicados para os palestinos. Então, há certa parcialidade nessa retórica diplomática.

Retornando, pois, ao processo que se seguiu à criação do Estado de Israel, a comunidade de judeus americanos logo percebeu que as "necessidades" de Israel não seriam contempladas apenas por esse auxílio de sua própria comunidade. Por isso, eles passaram a buscar recursos, sobretudo econômicos e militares, agora no governo dos EUA. Este, por sua vez, emprestou a Israel US$ 135 milhões, além de um auxílio abundante em *commodities* e mantimentos (SOLOMON, 1993).

O governo israelense solicitou também ao Departamento de Estado dos EUA a concessão de auxílio externo direto; contudo, esse pedido não foi atendido. Para entender isso, cabe ressaltar o contexto histórico desse período que coincidia com o intenso início da Guerra Fria: a chamada "Cortina de Ferro" caíra sobre o Leste Europeu; a URSS bloqueara Berlim ocidental; e Mao Tsé-tung ameaçava o governo nacionalista de Chiang Kai-shek. Nesse cenário, o Departamento de Estado dos EUA via com maus olhos a ajuda externa dos EUA a Israel, porque os demais países árabes poderiam se voltar para o lado da URSS. De fato, os países árabes não recebiam, e nem aceitavam, ajuda dos EUA. Contudo, a aliança dos EUA com Israel poderia fazê-los se afastarem mais dos EUA e caminharem para mais perto da URSS. Assim, a única brecha deixada pelo Departamento de Estado dos EUA a que Israel poderia apelar seria a outra instância do governo federal: o Legislativo, o Congresso Nacional (*Senate* + *House of Representatives*) [Senado + Câmara dos Representantes] (SOLOMON, 1993).

[18] É verdade que há uma longa discussão moral sobre tais "princípios democráticos", tidos como desenvolvidos e progressistas, assim considerados ao menos pelo que se costuma chamar de "Ocidente". Entretanto, não cabe no escopo do presente trabalho tratar dessa controvérsia.

É esse contexto que é criado, a partir do AZEC, o *American Zionist Council* (AZC) [Conselho Sionista Americano], sob a liderança de Isaiah Kenen em conjunto com renomados líderes israelenses, no ano de 1951. O objetivo principal dessa organização "guarda-chuva" – que incluía outros grupos sionistas americanos – era fomentar uma campanha a favor de Israel dentro da política dos EUA. No entanto, o AZC foi estruturado como uma organização isenta de impostos, e, como tal, não estava autorizada a fazer *lobby* a favor de Israel nos EUA segundo a lei estadunidense.

Isso culminou, no ano de 1954, em investigações sobre uma alegação de *lobby*, feito, portanto, de maneira ilegal, por parte do AZC em favor de Israel. Para dissipar as acusações, o AZC fundou uma ramificação que não era isenta de impostos no intuito de tornar legal a prática de *lobby* a favor de Israel, feita por sua parte. Esse braço do AZC ficou conhecido como *American Zionist Committee for Public Affairs* (AZCPA), sendo esse o precursor do AIPAC.

No ano de 1959, a palavra "Sionista" foi substituída por "Israel", visando a, de alguma forma, atrair o apoio de outras organizações judaicas, sionistas ou não, que já tinham uma maior abrangência na ação política e uma gama maior de objetivos (KENEN, 1981). Pode-se citar como exemplo dessas organizações maiores até então o *American Jewish Congress* [Congresso Judaico Americano], o *American Jewish Committee* [Comitê Judaico Americano], e a *Anti-Defamation League of B'nai B'rith* [Liga Antidifamação dos *B'nai B'rith* ("Filhos da Aliança", em hebraico)]. Essas organizações, embora não pudessem fazer *lobby* a favor de Israel por causa de seu *status* fiscal como isentas de impostos, ainda assim desempenharam um grande papel no apoio ao desenvolvimento do AIPAC (TIVNAN, 1987). Elas não fizeram *lobby*, mas auxiliaram a abrir portas dentro do Congresso dos EUA (KENEN, 1981).

Destarte, o AIPAC tem sido, desde 1959, a única organização doméstica registrada que pode, legalmente, fazer *lobby* a favor de Israel junto ao Congresso dos EUA. Diferentemente das demais organizações pró-Israel nos EUA, o AIPAC não tem o *status* de isento de impostos. Com efeito, o AIPAC não precisa se submeter às restrições do *Internal Revenue Service* – a Receita Federal do governo estadunidense, parte do Departamento do Tesouro, responsável pela coleta de impostos e pela aplicação da lei fiscal –, podendo então, de acordo com a lei, fazer *lobby* diretamente no Congresso e também no Poder Executivo – embora nesse último, tenha se verificado um âmbito de atuação mais complexo (SOLOMON, 1993). Este é, portanto, um dos principais fatores que diferenciam o AIPAC das demais organizações pró-Israel dos EUA: seu *status* fiscal como não isento, que lhe permite, nos parâmetros da lei, fazer *lobby* junto ao Executivo e ao Legislativo.

Já diante dos demais *lobbies* a favor de outros países, um segundo fator principal que denota a singularidade do AIPAC é que seu financiamento não vem do próprio país que é defendido e apoiado, a saber, Israel, mas do apelo aos milhares de membros da organização dentro dos EUA (GOLDBERG, 1990); vide suas conferências anuais que vêm se tornando cada vez mais estruturadas, com alto investimento e onde todo Presidente dos EUA deve discursar, pelo bem de sua imagem política perante a comunidade pró-Israel (AIPAC, 2013a). "Nenhum candidato pode fazer campanha sem um discurso ao AIPAC." (CARTA, 2014).

3.4 A opinião pública estadunidense sobre Israel: tendência natural ao apoio ou pressão do *lobby*?

Dada a expressividade dos assuntos relacionados a Israel nos EUA, a presença significativa de judeus americanos, e também de muitos "cristãos sionistas", não só no governo, mas na sociedade estadunidense de uma maneira geral, buscamos agora delinear os contornos básicos do que vem a ser a opinião pública dos EUA no tocante a Israel, opinião essa que, por conseguinte, se relaciona de maneira profunda com o AIPAC.

Eytan Gilboa (1987) afirma que a opinião pública nos EUA sempre tendeu a ser mais favorável a Israel do que aos palestinos e árabes. Esse autor nos deixa uma vasta pesquisa de dados empíricos sobre o tema, e alguns desses dados mostram claramente o desenrolar dessa visão dos estadunidenses em geral sobre Israel. Em 1945, no período que antecedeu a criação do Estado de Israel (1948), a opinião dos estadunidenses estava dividida entre 42% favoráveis e 17% contrários à criação desse Estado.

A porcentagem pró-Israel cresceu muito no governo Truman. O Presidente trazia os argumentos da Declaração de Balfour, do fim da Primeira Guerra Mundial, e dos danos causados pelo Holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial, em seu apoio à criação do Estado de Israel. E a opinião pública estadunidense parecia concordar com o Presidente, em sua maioria.

No contexto mais imediato da criação do Estado de Israel, as pesquisas apontavam que 65% da população dos EUA apoiava essa iniciativa. No terceiro trimestre de 1947, 62.850 cartões postais, 1.100 cartas e 1.400 telegramas chegavam à Casa Branca, dos quais a maioria manifestava seus argumentos para que o os EUA votassem a favor da criação do Estado de Israel na ONU (BARD, 2004)[19].

[19] Para mais dados, conferir: SNETSINGER, John. **Truman**: The Jewish Vote and the Creation of Israel. California: Hoover Institution Press, 1974. p. 9-10; e SCHOENBAUM, David. **The United States and the Birth of Israel**. London: Wiener Library Bulletin, 1978.

Segundo Mitchell Bard (2004), Truman apoiara a criação de Israel não primeiramente pela pressão do *lobby* pró-Israel, mas pela visão de cumprimento de Balfour e da compensação pelo Holocausto. Na verdade, segundo esse autor, Truman, bem como alguns Presidentes estadunidenses que o precederam – como Woodrow Wilson e Franklin Delano Roosevelt – se mostravam relativamente pouco preocupados com os votos dos judeus americanos. Tanto que, em 20 de outubro de 1947, numa carta privada a Claude Pepper, Congressista Democrata da Florida, Truman escreveu:

> Se não fosse pela interferência injustificada dos sionistas, já teríamos equacionado o problema há um ano e meio. Eu recebi cerca de 35 mil peças de correio e propaganda dos judeus neste país enquanto a questão estava pendente. Eu coloquei tudo em uma pilha e risquei um fósforo nela [...] (TRUMAN-CLAUDE PEPPER[20], 1947 apud COHEN, 1982, p. 85, tradução nossa[21]).

Ou seja, isso não quer dizer que o *lobby* não estava presente e atuante nesse contexto histórico; ao contrário, coloca em evidência sua atuação. Mas Bard (2004) usa esse argumento para salientar que a opinião pública geral nos EUA tende, recorrente e historicamente, a ser mais pró-Israel, quando precisa escolher um dos lados nos imbróglios do Oriente Médio.

O pico da popularidade de Israel entre os estadunidenses se deu em 1967. Nesse ano crítico à história de israelenses e árabes, em face da Guerra dos Seis Dias, a fração de estadunidenses que se simpatizavam com Israel era de 41%, enquanto que apenas 1% se colocava a favor dos árabes (GILBOA, 1987).

Depois de uma vasta análise empírica, Gilboa (1987) conclui que os estadunidenses, de uma maneira geral, são mais pró-Israel do que pró-árabes. Ainda que, no decorrer dos anos, a opinião pública favorável a Israel nos EUA possa ter decrescido, isso não implicou no aumento do apoio aos árabes. Diante disso, o autor demonstra que o apoio popular nos EUA a Israel, apesar de algumas oscilações no decorrer da história, não decaiu de forma a abalar a estabilidade da duradoura relação entre os dois países.

Entretanto, nem todos concordam com essa certa tendência de apoio da opinião pública nos EUA a Israel. Segundo Amnon Cavari (2013), há um aumento das diferenças partidárias no que tange a Israel. Isso é explicado, conforme o autor, principalmente por dois fatores: emergência de novas vertentes e subdivisões dentro das crenças religiosas e a polarização de visões das elites dentro dos partidos políticos. Dessa forma, as crenças

---

[20] TRUMAN-CLAUDE PEPPER, Oct. 20th 1947, confidential file, box 59, HST.

[21] No idioma original: "*Had it not been for the unwarranted interference of the Zionists, we would have had the matter settled a year and a half ago. I received about thirty-five thousand pieces of mail and propaganda from the Jews in this country while this matter was pending. I put it all in a pile and struck a match to it* [...]" (TRUMAN-CLAUDE PEPPER, 1947 apud COHEN, 1982, p. 85).

religiosas e a polarização da elite estadunidense desempenham um papel decisivo na opinião pública nos EUA sobre a política externa para com Israel.

Cavari (2013), valendo-se de dados empíricos a partir de 1967, faz três constatações: em primeiro lugar, que o apoio dos partidos políticos a Israel é fortemente explicado por preferências religiosas; em segundo lugar, que, na década de 1990, essas preferências religiosas se alinharam conseguindo certa identificação com os partidos políticos; e, em terceiro lugar, que, mais recentemente, a polarização entre as elites Democratas e Republicanas acabou distanciando e polarizando ainda mais a opinião pública dos que se identificavam com esses respectivos Partidos, sobre Israel.

3.4.1 Os cristãos protestantes evangélicos

Abrimos aqui um parêntesis para aclarar uma questão acerca de um dos principais grupos religiosos que fomentaram essa visão pró-Israel nos EUA: os cristãos protestantes evangélicos. Há uma grande parcela desse grupo que acredita que o Israel descrito na Bíblia, mais especificamente o do Novo Testamento, continua sendo o Israel do Antigo Testamento, isto é, um povo, uma etnia, e hoje um Estado nacional. Essa visão encontra-se amplamente presente e disseminada no meio desse segmento (CAVARI, 2013; MERKLEY, 2009). Esses são os chamados "cristãos sionistas".

Porém, mesmo nesse meio, não há uma unanimidade sobre isso. Outros cristãos protestantes evangélicos acreditam que o Israel referido na Bíblia, no Novo Testamento, é agora todo aquele que crê em Deus, independentemente de sua nacionalidade ou etnia. Israel, nessa concepção, é o "povo de Deus", mas não mais um reino, etnia, ou nos moldes atuais, um Estado nacional (ROBERTSON, 2005).

Mesmo diante dessas visões distintas, pode-se afirmar com segurança que a primeira visão mencionada encontra-se amplamente difundida nos EUA. E uma das organizações que possui essa visão e a defende de uma maneira engajada e expressiva na política estadunidense é a já mencionada *Christians United for Israel*. Sob a liderança do Pastor John Hagee, essa organização já conta com 2 milhões de membros. É um número bem expressivo e até maior que o do AIPAC. Sua ação é inegável, porém essa instituição não apresenta o mesmo grau de influência que o AIPAC. Enquanto o AIPAC se preocupa mais com a pressão política e com

as eleições, a CUFI, mais com seus eventos e mobilizações midiáticas (CHRISTIANS UNITED FOR ISRAEL, 2014).[22]

Retornando à exposição sobre a opinião pública geral nos EUA sobre Israel, têm-se, então, duas visões distintas acerca do motivo dessa maioria pró-Israel nos EUA: de um lado, uma tendência natural à convergência com Israel, resultante de diversos pontos de contato: política, ideologia, religião, cultura, etc. (BARD, 2004; GILBOA, 1987; MEAD, 2008); e, de outro lado, uma convergência resultante da ação do *lobby* pró-Israel na política dos EUA (CAVARI, 2013; COHEN, 1982; GROSE, 1983).

Um mesmo fato citado por um para justificar seu argumento, é utilizado por outro para defender sua visão diferente. Para autores como Bard (2004), o fato de Truman demonstrar que não detinha uma preocupação exclusiva com os votos dos judeus americanos, e ter criticado a pressão deste segmento e seu *lobby*, é usado para defender a tese de que já havia uma opinião pública geral favorável a Israel, mesmo antes do *lobby*, e por isso houve apoio a Israel. Para outros, como Cohen (1982), o mesmo fato demonstra que a explicação para ter havido um apoio a Israel, sem uma visão favorável do Presidente, apesar de um sentimento de compensação pelo Holocausto, é fato que é explicado pela ação dos judeus americanos e seu *lobby*.

Para compreender melhor os motivos dessa opinião pública, à luz dessas duas visões levantadas acima, focaremos por um momento no caso da criação do Estado de Israel. Atentar para a história desse fato essencial na relação EUA – Israel pode nos ajudar nessa tarefa.

3.4.2 O caso da criação do Estado de Israel

Truman afirmou:

> Minha postura foi a de que os americanos não poderiam permanecer passivos enquanto às vítimas da insensatez racial de Hitler eram negadas as oportunidades de construírem vidas novas. Também, entretanto, não queria ver uma estrutura política imposta no Oriente Próximo [hoje, chamado Médio] que resultaria em conflito. (TRUMAN, 1956, p. 140, tradução nossa[23]).

[22] As diferentes vertentes dentro do cristianismo protestante evangélico é um fenômeno que vem se intensificando cada vez mais. Contudo, como não cabe no escopo deste trabalho entrar mais a fundo nessas distinções, limitamo-nos a essa diferenciação básica entre os "cristãos sionistas" e os demais.

[23] No idioma original: "*It was my attitude that Americans could not stand by while victims of Hitler's racial madness were denied the opportunities to build new lives. Neither, however, did I want to see a political structure imposed on the Near East that would result in conflict.*" (TRUMAN, 1956, p. 140).

Nessa fala de Truman está presente o fato de que ele almejava trabalhar para que os judeus pudessem ser, de alguma forma, auxiliados depois de um momento tão tenebroso. No entanto, também está claro que Truman não estava incondicionalmente disposto a fazer de tudo para isso. Impor uma "estrutura política" – um Estado? – que resultasse em conflito, não estava em seus melhores planos.

Vejamos um pouco o contexto histórico que vinha se conformando como pano de fundo. O início do envolvimento dos EUA no Oriente Médio se deu mais precisamente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Era necessário suprir a URSS, até então sua aliada, e os demais aliados com armamentos e com petróleo, para a produção de energia. Devido à dificuldade de efetuar esse suprimento pelo Oceano Ártico, e também pela Ferrovia Transiberiana, os EUA optaram pela alternativa de rota através da Pérsia, circunavegando a África pelos oceanos Atlântico e Índico. Assim, a primeira ação mais clara dos EUA na região foi a ação do Corpo de Engenheiros do Exército estadunidense, com o intuito de criar condições para que os materiais que chegavam à Pérsia pudessem ser levados até a URSS (FELDBERG, 2008, p. 28).

Em 1941, no decorrer da Segunda Guerra, a URSS havia ocupado o Irã para impedir o avanço alemão aos campos de petróleo do Golfo Pérsico pelo Cáucaso. Em 1946, já findada a Guerra, os EUA agem então no sentido de retirar as tropas da URSS do norte do Irã. Já começam a aparecer os primeiros sintomas da Guerra Fria no Oriente Médio. Assim, a presença dos EUA se consolida na região, gradualmente, com a retirada da Inglaterra do primeiro plano do local, devido a outros conflitos maiores que essa antiga potência vinha enfrentando. A partir de 1947, os EUA ocupam o lugar da Inglaterra, especialmente no apoio à Grécia e a Turquia, as quais sofriam ameaças internas e externas pelo avanço do expansionismo soviético comunista. Com efeito, "[...] o Oriente Médio passa a ser parte da estrutura norte-americana de contenção, herdando após os anos 1950 a função inglesa de bloqueio do avanço czarista e soviético na região da Ásia Central." (FELDBERG, 2008, p. 28).

Esse foi, segundo Feldberg (2008), um prelúdio do Plano Marshall e o início da Doutrina Truman. Tais iniciativas, em um mundo bipolar como há muito tempo não se via, estavam intrinsecamente relacionadas com a segurança de ambas as superpotências. Qualquer avanço e recuo em qualquer parte do globo era assunto de segurança para EUA e URSS, sobretudo na estratégica região do Oriente Médio (KISSINGER, 1994).

O Plano Marshall foi o plano de ajuda para a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, concedido pelos EUA, com o qual, além de conseguir ser credor de grande

parte da Europa ocidental, passa também a cooptar aliados e zona de influência no contexto da Guerra Fria que se acirrava. A Doutrina Truman surgiu do discurso de Harry Truman no Congresso, em 12 de março de 1947, data que, para muitos autores, é considerada o marco inicial da Guerra Fria (FELDBERG, 2008, p. 31). Nesse discurso, o então presidente solicitou uma quantia de US$ 400 milhões para concretizar esse objetivo explicitado acima de ajuda a Europa, para a contenção do comunismo (FELDBERG, 2008, p. 29).

Nesse contexto, em julho do mesmo ano, foi publicado um artigo de George Kennan intitulado *The Sources of Soviet Conduct* [As origens da conduta soviética] no periódico estadunidense *Foreign Affairs* (KENNAN, 1947). Junto com o discurso de Truman, esse artigo marcou e explicitou a linha da política externa estadunidense durante a Guerra Fria: evitar que o comunismo soviético fosse vitorioso e se sobrepusesse ao paradigma ocidental do capitalismo encabeçado pelos EUA. Segundo Kennan (1947), e a visão estadunidense, a estrutura política soviética era intrinsecamente avessa à democracia e inconciliável com o Ocidente.

Irã, Turquia e Grécia constituíam o chamado "cinturão norte" na política de contenção, pois bloqueavam o acesso da URSS aos campos de petróleo do Oriente Médio (FELDBERG, 2008, p. 29-30).

Burton Kaufman (1996) chega a afirmar que o envolvimento dos EUA no Oriente Médio é um dos fenômenos mais complexos do pós-Segunda Guerra Mundial. Isso deriva do fato de envolver diversos fatores importantes e difíceis de conciliar. Primeiro, os EUA adentravam em uma região que até então era nova para sua política. Segundo, os interesses no petróleo da região fomentavam relações competitivas e não cooperativas. Terceiro, a Inglaterra declinava como potência que detinha o controle da região. Quarto, acirrava-se a tensão entre israelenses e árabes na Palestina. Quinto, as políticas de poder europeias que marcaram a história da região se chocavam com a crescente miscigenação e diversidade étnica e religiosa desse território. Por esses fatores elencados por Kaufman (1996), dentre outros, o envolvimento dos EUA na região foi, desde o início, marcado por desdobramentos em diversas frentes complexas (FELDBERG, 2008, p. 30).

Os EUA foram paulatinamente substituindo a Inglaterra e preenchendo o vácuo de poder deixado por essa potência, que se retirava progressivamente do Oriente Médio no pós-Segunda Guerra. Feldberg (2008, p. 31) aponta duas questões que atraíram os EUA para a região já durante a Segunda Grande Guerra: o petróleo da Arábia Saudita e a questão da imigração judaica. Sobre a primeira, o autor exemplifica esse interesse com a inclusão da Arábia Saudita no chamado *Lend Lease Act*, em 1943, um programa de ajuda destinado, a

princípio, aos países aliados na Guerra. Já sobre a segunda questão, a imigração judaica, o autor não entra muito em detalhes, mas apenas afirma que essa questão estava mais ligada a questões de política interna dos EUA. (FELDBERG, 2008, p. 31).

Dessa deixa de Feldberg (2008), emergem questões importantes que estão diretamente ligadas ao nosso tema: qual a relação entre a imigração judaica e a política interna dos EUA? Seria interesse de judeus americanos? Seria a pressão por parte de grupos de interesse? Seria a ação do *lobby* pró-Israel? Seria a própria opinião pública estadunidense já naturalmente mais favorável a Israel? Que interesse os políticos estadunidenses têm na questão da imigração judaica?

Diante desse breve contexto histórico, passamos a tratar mais especificamente do caso da criação do Estado de Israel, já em um quadro mais avançado. Em 25 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU votou, reunida em uma Comissão *Ad Hoc*, o plano de partição da Palestina desenvolvido pelo *United Nations Special Committee on Palestine* [Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina], depois de algumas emendas e alterações feitas durante esse ano. O plano teve 25 votos favoráveis e 13 contrários, e 17 abstenções. Isto é, faltou apenas um voto para que o plano conseguisse a maioria requerida pela Assembleia Geral de dois terços dos que votaram – no caso, 26 –, pois não se contam as abstenções. Dessa votação dividida, aclara-se que mesmo com toda a comoção internacional do Holocausto, as posições dos países encontravam-se já fortemente polarizadas pelo contexto nascente da Guerra Fria; e pelo resultado dessa votação na ONU, o Estado de Israel não teria sido criado (COHEN, 1982).

Na sessão plenária do dia seguinte, 26 de novembro de 1947, países que se abstiveram nas votações do dia anterior passaram à posição contrária à partição proposta: Filipinas, Grécia, Haiti, Libéria, dentre outros. Esse fato parecia levar para ainda mais longe a possibilidade da criação do Estado de Israel.

No dia seguinte não haveria sessões, 27 de novembro, pois era *Thanksgiving* [Dia de Ação de Graças] nos EUA. Segundo Cohen (1982), esse intervalo foi decisivo para uma mudança nas votações da ONU. Uma série de medidas foi tomada pelos EUA nesse intervalo entre os dias 26 e 28. Clarck Clifford, então Conselheiro da Casa Branca, encontrou-se com o embaixador das Filipinas em Washington no dia 28. Frank Murphy e Felix Frankfurter, juízes da Suprema Corte dos EUA, ao lado de mais dez senadores contataram o Presidente filipino, Manuel Acuña Roxas, para que ele mudasse seu voto na ONU. O ex-Secretário de Estado dos EUA Edward Stettinius Jr., que foi o primeiro Embaixador dos EUA na ONU, procurou pressionar o então Presidente da Libéria, William Tubman. A Libéria dependia em grande

medida da empresa estadunidense de pneus *Firestone*. Essa empresa comprava borracha da Libéria para seus pneus. Harvey Firestone, o dono da empresa, foi mobilizado para pressionar o presidente a repensar seu voto na ONU sobre o Estado de Israel. O ex-Subsecretário de Estado Adolf Berle foi enviado para pressionar o Haiti a também mudar seu voto. Além disso, muitos outros países, como os da América Latina, por exemplo, receberam quantias em dinheiro (COHEN, 1982; UROFSKY, 1978). O que motivou essa mudança e toda essa pressão entre esses dias 26 e 28 de novembro? Segundo Cohen, o *lobby* estava altamente articulado e aproveitou o ensejo para pressionar de todas as formas o governo dos EUA, ocasionando toda essa pressão do governo sobre os chefes de governo dos países citados.

Os países árabes, por sua vez, que não estavam de acordo com a partilha proposta, procuraram também nesses dias decisivos alguma ajuda. E chegaram até a serem ajudados por algumas empresas petrolíferas dos EUA (COHEN, 1982, p. 93). Os árabes tentaram seriamente postergar a votação e reabrir as discussões, pois não concordavam com o plano de partição da ONU. Surpreendentemente, o delegado francês, na tarde do dia 28, foi bem sucedido ao passar uma moção para adiar a votação para o dia seguinte.

Só que foi inevitável: no dia seguinte, 29 de novembro de 1947, apesar dos esforços árabes, os debates não foram reabertos e a votação ocorreu; a criação do Estado de Israel foi estabelecida e todo o suporte para tal feita.

Nesse período, Leo Sack, jornalista e especialista de Relações Públicas da instituição de *lobby* que existia antes do AIPAC, a saber, o AZEC, interpelou:

> Nós vencemos uma grande vitória, mas sob nenhuma circunstância algum de nós deveria crer ou pensar que nós vencemos por causa da devoção do governo americano à nossa causa. Nós vencemos por causa da pressão extrema de logística política aplicada pela liderança judaica nos Estados Unidos. (SACK[24], 1947 apud COHEN, 1982, p. 93, tradução nossa).

Da votação de 29 de novembro segue a guerra que se instaurou na antiga Palestina, e atual Israel. Muitos chegaram a pensar que a decisão da ONU havia sido um erro e que isso poderia gerar uma nova Guerra Mundial, devido aos possíveis enfrentamentos no local e também entre as superpotências.

Os EUA se viram obrigados a agir, mas agora contra o Estado judeu. Os EUA não queriam envolver suas forças armadas na Palestina; mas também não queriam deixar que a URSS montasse uma base de operações ali, por via de alguma operação da ONU. Então, depois dos tumultuados primeiros meses do ano que se iniciou, em 19 de março de 1948, os

[24] Relatório de Leo Sack ao AZEC, 13 de outubro de 1947, 2226/10, ISA. Sack trabalhou no *Washington Bureau* [Escritório de Washington] do AZEC entre 1943 e 1948.

EUA colocaram ao Conselho de Segurança da ONU uma proposta para que a partição da Palestina fosse suspensa, e que o território ficasse sob o mandato da ONU até que fossem restauradas as condições para o estabelecimento de um Estado judeu ali.

Simultaneamente, os EUA queriam apaziguar o mundo árabe e o Oriente Médio, e evitar um conflito militar global com a União Soviética. Os judeus, bem como os palestinos, embora passassem por situações de extremo perigo, destruição e perdas, pareciam problemas menores aos EUA que o primeiro mencionado: o Oriente Médio como um todo e a Guerra Fria no sistema internacional.

Porém, Cohen (1982) ressalta que, diante de todo esse cenário e ação dos EUA, teria sido a própria ação de Israel, de seu *lobby*, dos judeus americanos, e de sua milícia armada, a *Haganah*[25], que haviam concretizado seu Estado, antes mesmo do fim do Mandato Britânico e de seu reconhecimento na prática pelos EUA.

> [...] em novembro de 1947 foi o *lobby* judaico que galvanizou a administração americana à ação, em abril-maio de 1948, foram os esforços da *Haganah*, no campo de batalha, que fizeram da partição da Palestina um fato [...]. As últimas duas semanas do Mandato [Britânico na Palestina] testemunharam um esforço final americano (de novo apoiado pelo próprio Presidente Truman) [assim como os esforços no Conselho de Segurança e para apaziguar o Oriente Médio] de impor um cessar-fogo na Palestina que teria incluído um congelamento político, i.e., um atraso indefinido na concretização do Estado judeu. O Estado de Israel veio a existir, e a controlar efetivamente a maior parte da área povoada alocada a ele pela decisão da ONU, antes do fim do Mandato Britânico, e antes do reconhecimento americano (*de facto*) em 14 de maio de 1948. (COHEN, 1982, p. 94, grifo do autor, tradução nossa).

Diante disso, evidencia-se que a opinião pública estadunidense, embora tenha se mostrado mais pró-Israel do que pró-palestinos e árabes, sofreu fortes pressões do *lobby* e dos judeus americanos nesse fato essencial para a história de Israel, para sua relação com os EUA, e para a história mundial recente.

Nesse período o AIPAC ainda não existia, embora seus antecedentes, como o AZEC, tenham operado de todas as maneiras que lhes foram possíveis para direcionar a política dos EUA em uma direção favorável ao Estado de Israel. Porém, a influência dos grupos pró-Israel foi se aprofundando a partir da criação do AIPAC, no decorrer da Guerra Fria, atingindo a níveis cada vez maiores.

Na próxima seção, analisaremos, pois, a estrutura do AIPAC e seu programa de ação desenvolvido através dos anos. Um foco especial será dado a sua ação no Poder Legislativo

[25] *Haganah* era uma organização militar sionista dos judeus na Palestina. Ela havia iniciado por volta dos anos 1920 e foi de suma importância na chamada "Guerra de Independência" de Israel, ou *Al Nakba* ["A catástrofe"], para os palestinos. Com a criação do novo Estado, integrou-se ao exército de Israel.

dos EUA, e às questões envolvendo eleições e contribuições financeiras. Afinal, votos e dinheiro são dois dos principais fatores elencados como ponto de influência do AIPAC na política estadunidense.

4 ESTRUTURA E PROGRAMA DE AÇÃO DO AIPAC

O AIPAC conta hoje com mais de 100 mil membros (AIPAC, 2013b). É gerenciado por um grupo de líderes, sendo que muitos desses dirigem outras importantes organizações judaicas. Tais líderes são eleitos a cada dois anos por uma comissão executiva formada pelos presidentes de grandes organizações de judeus americanos, os quais perfazem um total de mais de 5 milhões. Por conseguinte, esses líderes eleitos são, geralmente, pessoas que já possuem um certo reconhecimento na comunidade de judeus americanos, que têm uma elevada condição financeira e um alto grau de influência na sociedade (SOLOMON, 1993).

E isso não resume à liderança, pois o AIPAC conta também com uma grande gama de membros contribuintes que possuem uma condição financeira mais favorecida (BRUCK, 2014). Nota-se isso logo ao atentarmos para as quantias anuais que são solicitadas para a admissão em alguns dos chamados *AIPAC's Clubs* [Clubes do AIPAC]. Esses clubes, que são seis, são constituídos por pessoas que realmente se engajam em contribuir financeiramente com a organização e que, por isso, recebem alguns benefícios especiais que os não membros desses grupos mais seletos não recebem. Tais clubes vão desde o *Washington Club* [Clube de Washington], onde a contribuição mínima anual é de US$ 1.500, até o *Minyan* [Minian[26]], que tem como contribuição mínima anual o valor de US$ 100 mil. Nesse último grupo mais seleto, além dos benefícios desfrutados pelos demais clubes, os membros chegam a ter acesso para conversar pessoalmente com os mais altos ocupantes dos cargos políticos dos EUA e de Israel, como: o Primeiro-Ministro israelense Benjamin Netanyahu, o ex-Presidente estadunidense Bill Clinton, a ex-Secretária de Estado dos EUA Condoleezza Rice, dentre diversos outros (AIPAC, 2013c). Essas contribuições, junto com outras doações de indivíduos e organizações pró-Israel, ajudam a financiar o AIPAC. Sua reputação de conseguir resultados garantiu que, no decorrer da história, a organização mantivesse um nível progressivo de contribuições e contribuintes (SOLOMON, 1993).

Os líderes do AIPAC se reúnem mensalmente e lidam principalmente com as questões de maior visibilidade e importância do momento vigente. Sobre essa liderança, vale ressaltar que o cargo de Presidente do AIPAC, atualmente ocupado por Robert Cohen (AIPAC, 2014a), é, de fato, mais um título nominal do que propriamente um cargo com real primazia de poder de decisão. Há sim relevância do Presidente no processo decisório. Porém, o cargo mais efetivo na estrutura dessa organização é o de Diretor Executivo – ou *Chief Executive*

[26] A palavra transliterada "Minian" quer dizer, no hebraico, "contar, número". Esse termo conceitua, no judaísmo, um grupo formado por 10 homens – ou mulheres, em algumas vertentes menos ortodoxas – que são necessários para certas obrigações religiosas judaicas, das quais citamos como mais comum a oração pública.

Officer (CEO)[27] –, hoje exercido por Howard Kohr (AIPAC, 2014b); função essa, que seu fundador, Isaiah Kenen, ocupava no AZCPA, o precursor do AIPAC. O Diretor Executivo é, na verdade, o funcionário-chefe da administração que é responsável pelas decisões cotidianas da organização, pelas operações realizadas pelo *lobby* no dia a dia (SOLOMON, 1993).

Kenen foi, durante 20 anos, o Diretor Executivo dessa organização: de 1954 a 1974; lembrando que o AZCPA foi convertido em AIPAC em 1959. Ou seja, Kenen foi o principal da organização nos anos em que a relação entre EUA e Israel passava por um grande realinhamento. O distanciamento e a cautela que marcaram a relação durante a Guerra de Suez (1956) foram dando lugar à aproximação e a uma aliança mais profícua passando pela Guerra dos Seis Dias (1967) e chegando à inesperada Guerra do *Yom Kippur* (1973).

O sucessor de Kenen foi Morris Amitay, o qual, na época de sua eleição, era Assessor Legislativo do Senador Abraham Ribicoff, do estado de Connecticut. Amitay ocupou o cargo de 1974 a 1980, e foi sucedido por Thomas Dine, o qual teve seu mandato até 1993. Dine havia trabalhado no *Senate Budget Committee* [Comitê Orçamentário do Senado], servindo na área das questões de segurança nacional, além de ter sido Assessor Legislativo dos Senadores Edward Kennedy, Frank Church, e Edmund Muskie, subsequentemente (GOLDBERG, 1990; SOLOMON, 1993).

A direção executiva de Dine (1980-1993) merece também uma atenção especial. Durante esse período, o AIPAC passou de 24 funcionários em sua liderança, e um orçamento por volta de US$ 1,5 milhão, para 158 funcionários na liderança, e um orçamento de aproximadamente US$ 15 milhões. Além disso, seu número de membros aumentou quase sete vezes mais, disparando de, aproximadamente, 8 mil para 55 mil, em pouco mais de dez anos.

Dine foi sucedido por Neal M. Sher, que atuou entre 1994 e 1996. Sher foi um advogado americano e também dirigiu o AIPAC em um momento significativo da relação entre EUA e Israel: os "Acordos de Oslo" (1993 e 1995). Esses foram uma série de acordos assinados entre os chefes de governo de Israel e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, respectivamente, com a mediação dos EUA, sob o governo de Bill Clinton. O acordo foi seguido por um período de otimismo que não havia há muito tempo na perspectiva de solução do conflito palestino-israelense.

No entanto, Neal Sher, por motivos pouco claros (DORF, 1996), foi rapidamente substituído em seu cargo por Howard Kohr, no ano de 1996, que é o Diretor Executivo do

[27] Uma diferença entre os termos Diretor Executivo e *Chief Executive Officer* (CEO) era que este era mais usado por empresas e corporações – que possuem fins lucrativos –, enquanto aquele o era por organizações sem fins lucrativos. Hodiernamente, tal distinção vem se diluindo, e o AIPAC, mesmo sendo uma organização "sem fins lucrativos", utiliza o termo CEO para designar esse seu funcionário-chefe.

AIPAC até o presente momento (2015). O AIPAC, sob a direção executiva de Sher, apoiou os Acordos de Oslo, entrando em um certo atrito com a *Zionist Organization of America* (ZOA) [Organização Sionista da América], a mais antiga e tradicional organização pró-Israel nos EUA, fundada no ano de 1897 (POPPER, 2006).

A ZOA defendia, por sua vez, uma postura menos diplomática e conciliadora para com a OLP. O já citado Rabbi Abba Hillel Silver, primeiro presidente do AZEC, de 1939, uma das organizações que precederam a criação do AIPAC, foi também um dos presidentes da ZOA (ZIONIST ORGANIZATION OF AMERICA, 2014a). Atualmente, a ZOA conta com cerca de 30 mil membros e seu atual presidente é Morton A. Klein, que também é membro do Conselho Nacional do AIPAC (ZIONIST ORGANIZATION OF AMERICA, 2014b). Este Conselho é um grupo formado pelos principais doadores e contribuintes do AIPAC e por representantes das organizações judaicas do país (GUTTMAN, 2014).

O AIPAC possui um quadro de funcionários amplo, competente e comprometido, e um orçamento anual que ultrapassa US$ 67 milhões. O maior número desses funcionários está situado há alguns quarteirões do *Capitol* – edifício onde acontecem as reuniões do Congresso dos EUA –, em um prédio de aparência como a de qualquer outro comum. Apesar disso, é um prédio amplamente seguro: com guardas uniformizados, portões automáticos com controles remotos, etc. Além desse prédio principal em Washington, há outros funcionários espalhados em outros dez escritórios regionais e sete escritórios-satélite ao redor dos EUA, além de um escritório em Jerusalém (AIPAC, 2013b; SOLOMON, 1993; UNIVERSITY OF SOUTH CAROLINA, [2009?]).

Alguns dos principais escritórios se encontram nos seguintes estados: Florida, New York, Chicago, Los Angeles e Texas. Esses escritórios desempenham uma função importante em coordenação com o escritório central em Washington. Esses escritórios espalhados no território dos EUA auxiliam a manter uma proximidade com o público geral, que não seria mantida apenas com o escritório central. Assim, esses escritórios atuam com uma dupla função: de ensino, conduzindo treinamentos, palestras, seminários sobre questões que afetam Israel; e prática, instando seus membros a se engajarem politicamente e a usarem todos os seus contatos e ferramentas disponíveis em favor de Israel, e sua aliança com os EUA. O escritório em Jerusalém, embora menor e mais recente, exerce funções similares, e, além disso, provê uma ampla estrutura logística para visitas aos governantes e possui um eficaz serviço de informação e inteligência sobre a política local israelense.

Segundo Morris Solomon (1993), um terço do quadro de funcionários do AIPAC no escritório de Washington lida apenas com questões mais administrativas, enquanto que os

outros dois terços lidam com questões nas mais distintas áreas. Muitos desses funcionários são especialistas em campos que vão desde as transferências de armas convencionais até a tecnologia de sistemas de armamentos dos mais avançados. Solomon (1993) entrevistou três membros do AIPAC: um acadêmico especialista na política do Oriente Médio; outro, um ex-Coronel da Força Aérea dos EUA que estudava os militares; e outro, um especialista em armas que já havia trabalhado na indústria privada. E o que os unia, de certa forma, era o seu compromisso com a sobrevivência e a segurança de Israel, ainda que um dos três não fosse judeu.

4.1 Os quatro departamentos do AIPAC

Podem ser elencados quatro departamentos principais do AIPAC em Washington, os quais tratam de cada campo de atuação específico desse *lobby*: 1) o do Poder Executivo; 2) o do Poder Legislativo; 3) o Departamento de Pesquisa; e 4) o Departamento de Desenvolvimento Político (SOLOMON, 1993).

4.1.1 Departamento responsável pelo lobby *junto ao Poder Executivo*

Em primeiro lugar, sobre o departamento que cuida do *lobby* junto ao Poder Executivo, pode-se dizer que o AIPAC não fez pressão política diretamente nessa esfera antes do ano de 1988. Até esse ano, tinha-se o gabinete do Poder Executivo como isolado e imune a pressões políticas, e, portanto, julgava-se que esse gabinete respondia única e exclusivamente ao Presidente da República (SOLOMON, 1993).

Posteriormente, entretanto, o AIPAC constatou que a orientação partidária dos que estivessem no gabinete do Presidente da República tinha um peso decisivo na formulação da política do país. Os funcionários e conselheiros nomeados pelo Presidente têm o privilégio de asseverar que suas opiniões são "objetivas", por associá-las ao Presidente, e não a suas posições particulares. Mas como um partido pode se perpetuar no poder por diversos mandatos – ainda que o mais comum seja uma certa alternância de poder –, o AIPAC decidiu estabelecer um departamento para cuidar do *lobby* junto ao Executivo; isso, no intuito de influenciar as políticas no momento de sua criação, que muitas vezes se dá no próprio Executivo. Frequentemente, o AIPAC se via em posturas apenas reativas, lidando e buscando influenciar no Congresso, sobre questões que foram geradas no Executivo e que, portanto, já estavam em andamento (SOLOMON, 1993).

É fato que o AIPAC tem uma dificuldade maior de exercer influência junto ao Executivo em questões de extrema importância. Quanto maior a importância da questão para os EUA, maior é a dificuldade de o Executivo, mais especificamente o Presidente, ser influenciado pelo AIPAC. Por exemplo, questões de nível presidencial como: os processos de paz no Oriente Médio, as negociações com o Irã, com a Autoridade Nacional Palestina (ANP), com o *Fatah*[28], com o *Hamas*[29], dentre outros fatores, são questões mais difíceis de se exercer uma influência decisiva, se comparadas a outras votações no Congresso sobre questões mais periféricas. Em casos como esses, a habilidade de influenciar do AIPAC está muito relacionada à própria visão da administração vigente. Enquanto sua visão for favorável e convergente em boa medida com a própria política e ideologia no poder, é muito provável que suas demandas sejam atendidas. Se o AIPAC está demandando algo que seja consistente com a visão da política externa do Presidente, é bem possível que este aja de acordo com essa demanda. Caso contrário, é pouco provável que o AIPAC vença as objeções do Presidente (SOLOMON, 1993).

Um fato recente demonstra o choque entre visões do governo e do AIPAC. Como já foi mencionado, acerca das divergências entre Obama e Netanyahu, as relações entre EUA e Israel têm sido um ponto de tensão dentro do próprio governo estadunidense (KLASS, 2015). John Yarmuth, Democrata de Kentucky da Câmara dos Representantes, criticou o convite do Presidente da Câmara, o Republicano John Boehner, ao Primeiro-Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, para fazer um discurso no Congresso dos EUA; ainda mais tão próximo das eleições em Israel, que se deram em 17 de março deste ano (2015). Yarmuth disse que isso "beira a subversão" (VEGA, 2015, tradução nossa). Seu raciocínio a seguir aclara o que ele quis dizer:

> Vocês sabem, eu sou um judeu membro do Congresso, eu sou um grande defensor de Israel, mas minha primeira obrigação é à Constituição dos Estados Unidos, não à Constituição de Israel. E infelizmente, eu penso, algumas das demandas que são feitas por membros do AIPAC e alguns judeus poderosos defensores [de Israel] são

[28] O *Fatah* (ou *al-Fatah*) consiste em uma organização política composta por árabes palestinos, inaugurada no ano de 1958 por alguns veteranos dos confrontos árabe-israelenses de 1948 (a guerra que sucedeu à criação do Estado de Israel) e 1956 (Guerra de Suez, de Israel contra o Egito, devido à nacionalização do Canal de Suez por parte deste, o que, por sua vez, bloqueava rotas daquele, como, por exemplo, o porto de Eilat, no sul de Israel e seu acesso ao Mar Vermelho). Tal organização esteve integrada à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Hoje, desde os Acordos de Oslo (1993-1995), muitas funções da OLP foram transferidas para a Autoridade Nacional Palestina (ANP), presidida atualmente por Mahmoud Abbas. A ANP foi criada como uma organização administrativa provisória que daria lugar a um Estado nacional palestino. Porém, as negociações não foram retomadas de maneira satisfatória e essa organização permanece existindo. Já foi reconhecida na ONU como um "estado observador não-membro". Estados Unidos e Israel ainda não o reconhecem como tal.

[29] O *Hamas* consiste em uma organização palestina de resistência islâmica, e tem seu braço armado, de nome *Izz ad-Din al-Qassam*, considerado como terrorista por alguns Estados, dentre os quais se encontram EUA e Israel. O Brasil não o considera terrorista.

> que nós prestemos mais atenção – eu acho que já cedemos – para Israel mais do que cedemos aos Estados Unidos. (VEGA, 2015, tradução nossa[30]).

Para esse congressista, o convite de Boehner a Netanyahu, foi "tomar a frente de" Obama, minando a primazia do Presidente na condução da política externa (VEGA, 2015). Ademais, Yarmuth acrescentou que:

> E, vocês sabem, eu estava lá na Câmara em 2011, quando Netanyahu discursou, e lá ele foi alvo de não sei quantas ovações em pé [...]. Praticamente a primeira coisa a sair da boca de todo israelense era: 'O que foram todos aqueles aplausos em pé?' E eu disse: 'Bem, o AIPAC estava se reunindo em Washington naquela semana, e a galeria estava cheia de membros do AIPAC, e cada um daqueles membros queria ver – assegurar-se de que seus constituintes [eleitores] os viram de pé.' Bem, esse foi um tipo de reação dissimulada, mas os israelenses tomaram-na muito seriamente. E então isso pode ter um impacto na eleição – e, sim – é totalmente inapropriado em diversos níveis. (VEGA, 2015, tradução nossa[31]).

Os comentários de Yarmuth foram considerados ofensivos por grande parte dos grupos pró-Israel. No entanto, essa fala reflete que, mesmo em meio aos políticos que apóiam Israel, há alguns que não o fazem incondicionalmente. E mesmo o Presidente Obama foi instado por grupos pró-Israel a se posicionar diante desses comentários e posturas de políticos como a de Yarmuth, que, como afirmou o grupo *Republican Jewish Coalition* (RJC) [Coalizão Judaica Republicana], creem que o auxilio dos EUA a Israel é resultado de 'doações' e 'contribuições' e não de uma preocupação genuína com a segurança nacional de Israel e dos EUA (VEGA, 2015).

Esse é um exemplo que demonstra a complexidade dos interesses em questão no Executivo, e das imbricações entre grupos de interesse – como o AIPAC, a RJC, dentre outros –, e o Poder Executivo, e também o Poder Legislativo, representado aqui por Yarmuth e Boehner. Ou seja, há uma inegável primazia do Executivo, vista nas questões de maior importância exemplificadas: conflito Israel-Palestina, Irã, *Hamas*, etc. e, simultaneamente, uma realidade de choques entre Executivo, Legislativo e grupos de interesse, que precisam ser levados em conta pelo AIPAC.

---

[30] No idioma original: "*You know, I'm a Jewish member of Congress, I'm a strong supporter of Israel, but my first obligation is to the Constitution of the United States, not to the Constitution of Israel. And unfortunately, I think, some of the demands that are made of members by AIPAC and some strong Jewish supporters are that we pay more attention — I guess we defer — to Israel more than we defer to the United States.*" (VEGA, 2015).

[31] No idioma original: "*And, you know, I was there in the chamber in 2011, when Netanyahu spoke, and there he got I don't know how many standing ovations* […]. *The first thing out of virtually every Israeli's mouth was: 'What was with all the standing ovations?' And I said: 'Well, AIPAC was meeting in Washington that week, and the gallery was full of AIPAC members, and every one of the members all wanted to see — make sure that their constituents saw them stand up.' Well, that was kind of a phony reaction, but the Israelis took it very seriously. And so it can have an impact on the election — and, yeah — totally inappropriate on so many levels.*" (VEGA, 2015).

Diante disso, o Departamento do AIPAC que cuida do *lobby* ante o Poder Executivo, além de manter seu foco na formulação das políticas – i.e., logo em seu momento de criação –, também se preocupa com a receptividade do Executivo à sua agenda legislativa. Assim sendo, esse Departamento procura sempre estar ciente das visões e ações do Executivo e tenta fomentar o diálogo e a convergência entre o AIPAC e o Executivo. Nesse sentido, esse Departamento responsável pelo Executivo cuida para que as políticas formuladas e as ações tomadas nesse âmbito sejam favoráveis a seus objetivos, e, além disso, para que elas sejam eficientemente colocadas em prática, ainda que os mecanismos para realizar tais ações sejam complexos (SOLOMON, 1993).

4.1.2 Departamento responsável pelo lobby *junto ao Poder Legislativo*

O jornalista Wayne Madsen evocou uma afirmação do ex-candidato à presidência dos EUA – durante as décadas de 1990 e 2000 –, Pat Buchanan, que chegou a exclamar que o Congresso estadunidense é também um "*Israeli occupied territory*" [território ocupado por Israel] (US CONGRESS..., 2015). Tal afirmação é dura e incisiva. Mas vamos buscar compreender nesta seção um pouco do peso dessa declaração de Buchanan.

Ainda que, especialmente em tempos de crise, o Presidente e seu gabinete tenham primazia na formulação e execução da política externa "[...] em face de seu poder de controle sobre os formuladores e de sua capacidade de rapidamente executá-las [ações de política externa" (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 154), o Congresso apresenta uma capacidade de pressioná-lo na grande maioria dos casos (LINDSAY, 1992-1993, p. 612).

Focaremos, pois, nesta seção, a atuação do AIPAC junto ao Congresso estadunidense. Como já foi dito, essa é uma prerrogativa do AIPAC, que a utiliza de forma singular. A pressão feita por essa organização no Congresso é um dos mecanismos mais eficientes encontrados para a concretização de suas demandas na política dos EUA. Com efeito, é o Departamento em que o AIPAC concentra seus maiores esforços.

Há um debate significativo sobre o poder de influência do Congresso na política externa dos EUA.

> Alguns dos estudos existentes sobre a participação do Congresso norte-americano nas questões de política externa defendem que o Poder Executivo é determinante em sua formulação e que o Congresso participa delas apenas marginalmente. De acordo com essas análises, o Presidente exerce o papel central na definição dessa política, dispondo de um conjunto de determinações da Corte Suprema (*Supreme Court*) como embasamento legal para a execução dessa tarefa. Além disso, os estudos

> enfatizam que a estrutura institucional do Congresso não seria adequada ao seu envolvimento neste tipo de questão. (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 152-153).

James Lindsay, no entanto, assevera que:

> O Congresso influencia na política através de diversos meios indiretos: reações antecipadas, mudanças no processo de tomada de decisão no Poder Executivo, e [até mesmo sendo utilizado como] palanque de comício político. De fato, os mesmos fatores que frustram as tentativas do Congresso de liderar nas relações exteriores incentivam os congressistas a usar meios indiretos para influenciar a política. Se atentarmos para esses meios indiretos, [...], [constata-se] que o Congresso exerce uma influência considerável sobre a substância [essência ou matéria constituinte, e importância] da política externa dos EUA. (LINDSAY, 1992-1993, p. 609, tradução nossa[32]).

Ao atentarmos para a história da relação inicial entre EUA e Israel, bem como para o contexto histórico da Guerra Fria de uma maneira geral, podemos perceber que a maior parte das decisões efetivas em matéria de política externa se deu no âmbito do Poder Executivo; legando, assim, ao Congresso, um papel aparentemente mais marginal e de concordância, um papel mais reativo. Entretanto, com o passar do tempo, o que se constatou foi uma mudança nesse quadro. A aparência de alienação e passividade do Congresso deu lugar a uma constatação de influência indireta, porém decisiva.

> [...] se nas décadas de 1950 e 1960 o Congresso se comportou de forma subordinada e pouco interessada na formulação efetiva da política externa, a partir da década de 1980 há uma importante mudança nesse perfil, quanto então o Congresso passa a adotar medidas que contrariam aquelas defendidas pelo Poder Executivo. (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 154).

Logo, é importante ponderar sobre o que afirma Solomon (1993), acerca do AIPAC: "Com um número significativo em seu quadro de funcionários, o Departamento Legislativo continua sendo a chave do AIPAC para influenciar a legislação num sentido favorável a Israel." (SOLOMON, 1993, p. 8, tradução nossa). Esse Departamento continua sendo o "carro-chefe" da pressão política do AIPAC. O próprio Solomon nos traz um exemplo histórico: "No começo dos anos 1980, o AIPAC mirou [no sentido de ter como alvo de ataque] abertamente a reeleição de um congressista que aprovou a venda de aviões-radar AWACS para a Arábia Saudita." (SOLOMON, 1993, p. 8, tradução nossa).[33]

---

[32] No idioma original: "*Congress influences policy through several indirect means: anticipated reactions, changes in the decision-making process in the executive branch, and political grandstanding. Indeed, the same factors that frustrate congressional attempts to lead on foreign affairs encourage legislators to use indirect means to influence policy. Attention to these indirect means suggests,* […]*, Congress often exercises considerable influence over the substance of U.S. foreign policy.*" (LINDSAY, 1992-1993, p. 609).

[33] Para mais informações sobre esse fato, ver: LAHAM, Nicholas. **Selling AWACS to Saudi Arabia:** The Reagan Administration and the Balancing of America's Competing Interests in the Middle East. Santa Barbara,

"[...] muitos citam a falta de apoio do AIPAC como fundamental para a derrota dos Senadores Percy e Jepsen." (SOLOMON, 1993, p. 8, tradução nossa). O autor está se referindo, primeiro, à campanha do Senador Paul Simon – Democrata de Illinois –, em 1984, contra Charles Percy, então Presidente da *Senate Foreign Relations Committee* [Comissão de Relações Exteriores do Senado]. Simon recebeu mais de US$ 300 mil para sua campanha, os quais vinham de doações de indivíduos e grupos pró-Israel. Isso porque seu concorrente Percy, três anos antes, em 1981, havia votado a favor da venda de aeronaves AWACS para a Arábia Saudita. Posteriormente, um ex-membro da diretoria do AIPAC, Michael Goland, agente imobiliário da Califórnia, foi julgado e condenado pela Justiça Federal por ocultar a origem de mais de US$ 2 milhões que entraram em suas contas pessoais, os quais foram usados para ajudar a derrotar Percy, através dos incentivos concedidos à campanha de seu adversário Paul Simon (WARGO, 1990). No segundo caso – o de Jepsen –, o Senador Tom Harkin – Democrata de Iowa – recebeu um suporte massivo para sua bem sucedida campanha de 1984 contra o Senador Roger Jepsen. Assim como Percy, Jepsen foi alvo da ação do AIPAC por ter apoiado a venda de AWACS para a Arábia Saudita, também em 1981. Ademais, James Zogby – presidente do *Arab American Institute* [Instituto Árabe Americano] – chamou atenção para o fato de o vitorioso Harkin, nesse mesmo ano (1981), ter renegado, na prática, promessas de trabalhar para que Israel respeitasse os direitos humanos palestinos. Isso, segundo Zogby, poderia ser um forte motivo que explica o apoio massivo que Harkin recebeu do AIPAC e de PACs pró-Israel (WARGO, 1990).

O AIPAC, mais especificamente seu Departamento para o Legislativo, tem em sua origem algumas premissas de atuação, as quais foram elencadas por seu fundador e primeiro Diretor Executivo, Isaiah Kenen: 1) se posicionar mais diretamente por trás do processo legislativo, e nunca pela frente. Isto é, assumir uma postura de antecipação no processo e defender seus interesses de maneira mais incisiva durante o processo de criação dessas leis, ao invés de buscar apoiá-las ou rejeitá-las depois de criadas, no momento de aprovação e votação; 2) fazer *lobby* de maneira mais incisiva no Congresso, para com isso conseguir instar o Presidente da República a retrair qualquer pronunciamento ou política de seu gabinete que seja contra Israel; 3) assegurar o apoio e o suporte de ambos os Partidos, Democrata e Republicano; e 4) desenvolver boas relações em ambos os Partidos (KENEN, 1981, p. 108).

Essa foi a forma que o Departamento Legislativo do AIPAC atuou, e ainda atua, na maior parte do tempo, na política estadunidense. Não é uma tática de fácil execução, pois o processo de formulação e tomada de decisão em política externa nos EUA não se resume ao

California: Greenwood Publishing Group, 2002.

Executivo nem ao Congresso como entes monolíticos. Mas, dentro do Congresso, os principais comitês – *House International Relations Committee* [Comissão de Relações Internacionais da Câmara] e a *Senate Foreign Relations Committee* [Comissão de Relações Exteriores do Senado] – compartilham suas responsabilidades nesse sentido com diversos outros subcomitês. Ademais, várias outras agências e órgãos executivos tratam de assuntos de política externa – e.g.: Comitês de Comércio, Finanças, Judiciário, Bancário, etc. (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 154).

Ainda assim, a ação no Congresso foi a melhor maneira encontrada pelo AIPAC para conseguir o apoio a Israel, e, simultaneamente, evitar ameaças de rompimentos com esse país. Michael Massing (THE ISRAEL..., 2007) afirma que o AIPAC consegue testar constantemente a lealdade dos políticos do Congresso dos EUA à sua causa. O Congresso é uma fonte constante de propostas de resoluções acerca do Oriente Médio. Esses documentos expressam, usualmente, apoio às demandas de Israel; ou alguns exemplos mais específicos, como: apoio a vítimas de algum ataque suicida por bombas em Israel, repúdio a ações do Irã e de outros países da região que possuem interesses tidos como contrários a Israel, incentivo ao corte de auxílios à ANP para instá-la a romper as relações com o *Hamas*, etc. Tais resoluções acabam servindo como um teste à lealdade dos congressistas, no qual aqueles que votam de acordo com o que espera o AIPAC serão, de certa maneira, recompensados (THE ISRAEL..., 2007).

Mas como se dão essas recompensas? O AIPAC indica candidatos do Congresso que são favoráveis às suas demandas? O AIPAC envia dinheiro para financiar as campanhas desses congressistas? Na próxima subseção, analisaremos de maneira sucinta como se dão os mecanismos utilizados pelo AIPAC que funcionam a favor de sua influência no Poder Legislativo estadunidense.

4.1.2.1 Sobre dinheiro e votos

As turbulentas questões relacionadas a Israel têm a capacidade de atrair dinheiro e possuem um peso muito grande na política interna dos EUA. US$ 16.100.000 foi o montante de contribuições de grupos pró-Israel nas eleições de 2012, a maior quantia já levantada até hoje, a fim de auxiliar nas eleições de candidatos pró-Israel (KOPP, 2014).

Nesse cenário, um fato peculiar sobre o AIPAC é o de que ele não envia <u>diretamente</u> dinheiro aos políticos; além disso, ele também não busca <u>diretamente</u> benefícios financeiros para os seus membros, isto é, para os eleitores (SOLOMON, 1993, p. 9). Fiz questão de usar e

salientar a palavra “diretamente”, pois a afirmação de Solomon (1993) não quer dizer que isso não ocorra de maneira indireta. Em outras palavras, o fato de o AIPAC não realizar por si mesmo esse fluxo de dinheiro entre os políticos e eleitores, não quer dizer que ele não influa nesse fluxo.

O AIPAC cumpre uma dupla função informativa. De um lado, o AIPAC realiza pesquisas apuradas e mune os congressistas com informações claras sobre a relação EUA – Israel, exercendo, assim, uma forte influência e pressão no Congresso. De outro lado, também informa seus membros eleitores sobre esses assuntos de maneira objetiva e comprometida. Ao fazer isso, o AIPAC acaba influenciando para quem vão os votos do eleitorado e para quem vai o dinheiro investido por outras organizações, como, por exemplo, os PACs; os investimentos financeiros podem até vir de membros do AIPAC, só que individualmente, e não como organização (PEAR; BERKE, 1987). Com efeito, embora seu objetivo principal seja o apoio a Israel, e não diretamente os votos e o dinheiro, o AIPAC acaba influindo nesses dois quesitos, culminando naquele objetivo final: o apoio a Israel.

Assim, o AIPAC em si não envia dinheiro diretamente aos congressistas para financiamento de campanhas, mas quem envia são aqueles que simpatizam com a causa desse grupo e se filiam a essa instituição como doadores. O modo como o AIPAC levanta dados e os sistematiza aponta os melhores receptores de auxílio financeiro no sentido de beneficiar suas demandas (THE ISRAEL..., 2007). Os contribuintes buscam, nas análises do AIPAC, os candidatos que mais poderão atender seus interesses. Em outras palavras, o grupo não levanta fundos nomeada e diretamente para os candidatos políticos, mas, na prática, ajuda a organizar e a canalizar o dinheiro angariado para os candidatos que mais estão de acordo com os seus objetivos (BRUCK, 2014).

Wargo (1990) chegou a afirmar que:

> O AIPAC tem sido formalmente acusado, em uma reclamação à Comissão Eleitoral Federal pelo publicador e editor-chefe desta revista [*Washington Report on Middle East Affairs*], dentre outros, por indicar a muitos PACs pró-Israel onde investir suas finanças para alcançar impacto máximo em cada ciclo eleitoral. O AIPAC nega essa alegada violação das leis eleitorais federais tão veementemente quanto os receptores negam que as contribuições influenciam seus votos. (WARGO, 1990, tradução nossa).

A questão dos fluxos de dinheiro e as votações são, portanto, duas das principais forças que consolidam a influência do AIPAC na política dos EUA. Os investimentos fluem no sentido dos congressistas que são vistos como possíveis operadores de políticas que sejam úteis ao AIPAC, isto é, a favor do estreitamento dos laços entre EUA e Israel. Os que votam

contra as demandas do AIPAC, podem, logicamente, esperar que não recebam auxílios financeiros para suas campanhas advindos dessa organização, nem de indivíduos e outros grupos relacionados, especialmente os PACs – que serão tratados mais detidamente adiante. Ademais, alguns desses políticos podem, em um quadro mais extremo, sofrer investidas midiáticas com o intuito de prejudicá-los por sua posição contrária aos objetivos do AIPAC.

Um exemplo disso foi Earl Hilliard, membro do Congresso estadunidense entre 1991 e 2002. Ele tinha como um de seus principais objetivos estabelecer as relações dos EUA com a Líbia. Esse país, entretanto, era visto como membro do chamado "Eixo do Mal". Por isso os EUA não mantinham relações diplomáticas com a Líbia nesse período. Hilliard visitou o país africano diversas vezes e manteve contato com o chefe de governo líbio Muammar Gadhafi. Segundo Hilliard, o AIPAC atuou no sentido de incluir a Líbia no mesmo escopo de classificação de Síria, Irã e Iraque, países vistos como ameaças aos EUA. Nesse intuito, o AIPAC dava suporte e apoiava, da maneira descrita acima, os políticos que aprovassem sanções e resoluções contra estes países. Na corrida para as eleições, o oponente político de Hilliard no distrito de Alabama, recebeu mais de US$ 300 mil de Nova Iorque – um pólo de grande concentração de judeus americanos e de escritórios bem estruturados do AIPAC e outras organizações pró-Israel – para sua campanha, uma quantia até então sem precedentes (THE ISRAEL..., 2007).

Nesse momento os EUA atravessavam um período turbulento. Logo após os ataques do dia 11 de setembro de 2001, a mídia bombardeou os cidadãos estadunidenses com propagandas contra Saddam Hussein e Osama Bin Laden. E associava, sem maiores clarificações, tais líderes a Gadhafi e à Líbia. Feita tal associação, a mídia também se valeu dessa estratégia para conectar a imagem de Hilliard a esses líderes e países. O resultado não poderia ser diferente, Hilliard perdeu as eleições de 2002; foi derrotado nas eleições primárias – isto é, ainda dentro do próprio Partido (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2003; THE ISRAEL..., 2007).

Tony Judt, historiador da *New York University*, ao entrevistar um Senador Democrata estadunidense, percebeu que suas visões sobre a relação com Israel eram semelhantes: de que era necessário um certo distanciamento de Israel, ao invés de um "alinhamento quase-automático", para compreender melhor a causa dos palestinos. Ao ser questionado por Judt o porquê de não manifestar essa postura no Senado, o político afirmou que não era por causa de receber auxílio financeiro do *lobby* pró-Israel, porque não recebia, nem pelos votos dos judeus americanos de seu estado, que não eram uma parcela tão grande do todo. Mas esse Senador asseverou que perderia muito mais que ganharia com essa postura que destoa da maioria. Ao

adotar essa postura de confronto, poderia ganhar o apoio de cinco ou dez Senadores, aproximadamente; mas, por outro lado, quando fosse reivindicar qualquer outra demanda a favor de seu próprio estado, em qualquer outra área, mesmo não relacionada a Israel, ele poderia perder o apoio da maioria dos demais Senadores, do seu e de outros estados, que atuem em um sentido pró-Israel, seja por qual for o motivo dessa atuação: convicção de interesses convergentes ou dependência política e financeira de outros indivíduos e grupos pró-Israel (THE ISRAEL..., 2007).

Richard Perle, conselheiro da administração de George W. Bush e membro do *American Enterprise Institute*[34], afirmou que se um candidato defendesse essa posição de um distanciamento de Israel provavelmente perderia a eleição seguinte. Perle não descarta a possibilidade que alguém com tal postura contrária ao AIPAC, e crítica ao estreitamento da relação EUA – Israel, possa se reeleger em algum estado da federação. Mas, analisando a questão de uma forma ampla, é pouco provável que os que agem dessa maneira se mantenham no governo (THE ISRAEL..., 2007). [35]

Richard Perle também afirma que o *lobby* pró-Israel nos EUA não é, necessariamente, comandado por Israel – i.e., como um Estado, como um governo –; e nem é, necessariamente, dirigido pelos interesses de Israel apenas. Segundo esse político, o fator principal que molda a política externa dos EUA em uma direção usualmente a favor de Israel, não é Israel em si, mas a visão de que essa aliança é benéfica para ambos. Os EUA apóiam Israel porque seus interesses coincidem, nessa visão.

Vale lembrar que Perle, apesar de não se considerar parte do *lobby* pró-Israel, é tido por muitos analistas, como Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007), como um político intrinsecamente relacionado ao *lobby*, em um sentido mais amplo. Isto é, Perle não é um integrante do AIPAC, mas constantemente agiu na política, durante a administração Bush, a

[34] Conhecido "*think tank*" estadunidense. "*Think tanks*", numa tradução literal, "usina de ideias" ou "reservatório de ideias", são grupos formados por intelectuais e políticos que buscam fazer uma função de mediação entre o governo e a população (McGANN; WEAVER, 2000). Mediação essa que constantemente visa a influenciar a atuação tanto de um como de outro: a política do governo e os votos da população. Surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial, com um escopo mais direcionado a assuntos militares; porém, se estenderam a outros temas, sobretudo no pós-Guerra Fria. Além do *American Enterprise Institute*, destacam-se: *Project for the New American Century* (PNAC), *Institute for Educational Affairs*, *Hudson Institute*, *Claremont Institute*, *Heritage Foundation*, *Hoover Institution* (FINGUERUT, 2007; 2014) e, um que demonstra por diversas vezes uma atuação num sentido pró-Israel, o *Washington Institute for Near East Policy* (WINEP). Há uma simbiose, uma associação complexa entre esses grupos e os políticos que os concede poder e influência tanto na formulação quanto na execução da política externa dos EUA (MOREIRA JÚNIOR, 2011).

[35] Atualmente os EUA apresentam o poder dividido em: 435 membros da *House of Representatives* [Câmara dos Representantes], 100 Senadores – os quais, juntos, conformam o Congresso Nacional, isto é, o Poder Legislativo, dos EUA –; e 52 Governadores, além do Presidente da República e seus principais Secretários, de Estado e de Defesa – conformando o Poder Executivo. Nesse contexto amplo, é improvável que uma postura contrária a Israel permaneça como vitoriosa, diante de tantos interesses distintos em jogo, muitos dos quais tendem a convergir de forma a apoiar Israel, e não de se afastar desse país.

favor de Israel. Por isso, consideram-no parte do *lobby* pró-Israel, já que, segundo Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007), esse *lobby* vai além de instituições como o AIPAC.[36]

Essas questões de dinheiro e votos se tornam ainda mais evidentes ao atentarmos especificamente para a influência do AIPAC no Congresso.[37] O sucessor de Isaiah Kenen – fundador do AIPAC – no cargo de Diretor Executivo, Morris Amitay, que ocupou esse posto entre os anos de 1974 e 1980, afirmou que já há uma predisposição no Congresso no sentido do apoio a Israel. Segundo ele, qualquer legislação considerada importante para Israel já começa com uma base de apoio "consistente e confiável"; algo em torno de 200 congressistas entre os 435 da Câmara dos Representantes, e algo entre 40 a 45 de um total de 100 no Senado (PEAR; BERKE, 1987).

Um exemplo de ação tomada diante dessa convicção foi o que fez Thomas Dine, sucessor de Amitay no ofício de Diretor Executivo do AIPAC, entre 1980 e 1993. Dine asseverou nas campanhas para as eleições para o Congresso de 1985-1986: "Os líderes e funcionários do AIPAC se reuniram com todos os Senadores reeleitos, exceto um, além de 49 que foram candidatos ao Senado, e 205 que foram candidatos à Câmara dos Representantes [...]" (PEAR; BERKE, 1987, tradução nossa). O AIPAC não buscou, pois, apenas estabelecer contatos apenas com os que foram eleitos, mas com praticamente todos os candidatos que estavam concorrendo. O Congresso é, dessa forma, o principal foco dentre os quatro Departamentos do AIPAC.

Faz-se também evidente que o voto e a contribuição financeira às campanhas políticas, advindos dos judeus americanos e de todo aquele da sociedade estadunidense que por algum motivo é pró-Israel, são bastante significativos nos resultados finais da eleição (SOLOMON, 1993). Logo, vimos que, além dessa influência mediante quantidade numérica (votos) e poderio econômico (dinheiro) se concretizar no Executivo, há também um reconhecimento dessa expressividade da opinião pública pró-Israel no Congresso. Por isso, o AIPAC busca formar uma base sólida e eficaz em seu Departamento que se encarrega da pressão no Legislativo. Segundo Pear e Berke (1987), grande parte da influencia do AIPAC no Executivo deriva de sua capacidade de fazer *lobby* no Congresso.

Agora, sobre dinheiro e votos, uma questão foi levantada que permanece sem resposta. Mais especificamente sobre o dinheiro, se o AIPAC não financia campanhas nem o envia

---

[36] Para relembrar a definição de *lobby* de Mearsheimer e Walt, conferir a citação que se encontra na introdução (p. 21) deste trabalho (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, tradução nossa).

[37] Por isso optamos por incluir esta subseção dentro da Seção 4.1.2: "O departamento responsável pelo *lobby* junto ao Poder Legislativo".

diretamente aos candidatos, quem o envia? São indivíduos ou grupos, como os PACs, já citados brevemente? Como atuam esses indivíduos e grupos que, estes sim, enviam dinheiro aos candidatos? Focaremos, na subseção seguinte, os PACs.

4.1.2.1.1 *Political Action Committees* (PACs)

PAC é "Um termo popular para um comitê político organizado com o propósito de angariar fundos e utilizá-los para eleger e derrotar candidatos." (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a, tradução nossa). Em outras palavras, PACs são organizações formadas com o objetivo de levantar dinheiro e usá-lo para influenciar nas eleições, a fim de eleger os políticos que estejam de acordo com seus objetivos, derrotar os que não estejam, ou até mesmo, de certa forma, influenciar os já eleitos.

Suas origens remontam a 1944, no caso onde o *Congress of Industrial Organizations* (CIO) [Congresso das Organizações Industriais] formou o primeiro PAC para levantar fundos para a reeleição do então Presidente Franklin Delano Roosevelt. É importante notar que as contribuições vieram de membros do CIO individualmente, e não da tesouraria dessa instituição. Vale a pena ressaltar esse fato, pois havia uma lei – o *Smith Connally Act*, de 1943 – que proibia grupos e sindicatos como esse de contribuir para candidatos federais (SMITH-CONNALY..., 1943). Mas como o dinheiro veio dos membros individualmente, e não da organização em si como um sindicato, não violaram tal lei (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a). Essa é uma prática análoga à que encontramos no AIPAC. O AIPAC não envia em si dinheiro aos candidatos, mas seus membros podem fazê-lo de forma individual. E ainda há a possibilidade de o AIPAC se valer de PACs para conseguir enviar contribuições às campanhas dos candidatos.

Os PACs foram regulamentados pelo *Federal Election Campaign Act* [Ato sobre Campanha de Eleição Federal], de 1971 (UNITED STATES OF AMERICA, 1972). Essa lei, semelhantemente ao *Smith Connally Act*, proíbe corporações – com ou sem fins lucrativos –, sindicatos e organizações de fazerem contribuições diretas ou qualquer despesa diretamente relacionada às eleições federais. Nesse contexto, os PACs foram instituídos como uma forma de organização legal para que instituições como as mencionadas acima pudessem efetuar contribuições a candidatos federais. As contribuições que ultrapassem US$ 1.000, e que objetivem influir no resultado das eleições e exercer pressão sobre os membros do Congresso acerca do conteúdo das legislações que estão tramitando, já devem ser registradas junto à

Federal Election Commission (FEC) [Comissão Eleitoral Federal], e, assim, institucionalizadas em um PAC (THOMAZ, 2012, p. 65).

A maioria dos PACs milita por interesses na área dos negócios, trabalhistas ou ideológicos. Quanto aos limites de contribuições, eles podem doar até US$ 5 mil para um comitê de candidato por eleição – seja essa primária, geral ou especial –. Também podem doar até US$ 15 mil anualmente para qualquer comitê de partido nacional, e até US$ 5 mil anualmente para qualquer outro PAC. Quanto às receitas, os PACs podem receber até US$ 5 mil de qualquer indivíduo, PAC ou comitê de partido por ano (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a).

Para ser mais preciso quanto a sua definição e seus tipos:

> O termo '*Political Action Committee*' (PAC) se refere a dois tipos distintos de comitês políticos registrados junto à FEC: *Separate Segregated Funds* (SSFs) [Fundos Segregados Separados] e *Nonconnected Committees* [Comitês Não Conectados]. Basicamente, SSFs são comitês políticos estabelecidos e administrados por corporações, sindicatos, organizações ou associações comerciais. Esses comitês só podem solicitar contribuições de indivíduos associados à sua organização conectada ou patrocinadora. Em contraste, os Comitês Não Conectados – como seu nome sugere – não são patrocinados ou conectados a nenhuma das entidades supracitadas e são livres para solicitar contribuições do público em geral. (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2015, tradução nossa).

Ou seja, ainda que conhecidos genericamente como PACs, essas organizações são classificadas, de acordo com a FEC, em dois tipos: os *Separate Segregated Funds* (SSFs) [Fundos Segregados Separados] e os *Nonconnected Committees* (NCs) [Comitês Não Conectados[38]]. Os SSFs são assim chamados porque o dinheiro auferido é mantido em uma conta bancária separada da tesouraria geral da empresa, corporação ou sindicato a que eles estão vinculados (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a; FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008).

Diante dessas duas categorias principais de PACs, é importante observarmos algumas semelhanças e diferenças entre elas.

Uma primeira semelhança é no que tange aos limites de contribuição dos PACs. Os dois tipos de PACs possuem os mesmos limites de contribuição. Podem doar: US$ 5 mil por candidato ou comitê de candidato a cada eleição – vale lembrar que eleições primárias e eleições gerais contam como eleições separadas –; US$ 15 mil por partido político por ano; e US$ 5 mil para o outro PAC por ano. E, além disso, podem fazer despesas ilimitadas se isso

[38] Algumas outras nomenclaturas e traduções podem ser usadas: Comitês Não Associados, Comitês Não Afiliados, Comitês Independentes, etc.

não for para um candidato ou partido político. (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a).

Uma segunda semelhança é que, para serem reconhecidos efetivamente na FEC como um *multicandidate committee* [comitê multi-candidatos], ambos precisam: a) ter sido registrados na FEC, no mínimo, há seis meses; b) ter recebido contribuições de mais de cinquenta pessoas; e c) ter feito contribuições a pelo menos cinco candidatos federais (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008).

A própria FEC resume as principais semelhanças entre SSFs e NCs:

> A maioria dos requisitos básicos da Lei [*Federal Election Campaign Act*, de 1971] e Regulamentos [Regulamentos da Comissão, *Code of Federal Regulations – Title 11*] são os mesmos para SSFs e comitês políticos não conectados [NCs]. Por exemplo, as proibições e limites nas contribuições se aplicam igualmente a SSFs e PACs não conectados. Além disso, ambos os tipos de comitês devem preencher os mesmos registros de manutenção e requisitos de relatório, embora o SSF não tenha que relatar as despesas operacionais pagas por sua organização patrocinadora [...]. Finalmente, os SSFs e PACs não conectados podem apoiar candidatos da mesma maneira, isto é, fazendo contribuições monetárias e em espécie aos candidatos, contribuindo com seus partidos políticos e fazendo despesas independentes para apoiar ou se opor a candidatos. (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008, tradução nossa].

Passando às diferenças, das quais elencamos seis. A primeira e mais clara é que os SSFs são necessariamente vinculados a, e patrocinados por, uma organização; já os NCs, não necessariamente. Isso possibilita que a organização que é vinculada ao, e patrocina, o SSF – i.e., sua organização conectada (UNITED STATES OF AMERICA, 2014a) – absorva todos os custos de fundação e operação desse tipo de PAC, solicitando ainda contribuições para isso. Sendo assim, esse tipo de PAC e sua organização conectada conseguem se esquivar do que a lei[39] define como "contribuição" e "despesa" (UNITED STATES OF AMERICA, 2014b), e, portanto, de seus limites impostos. Os NCs, por sua vez, são financeiramente independentes. Isso significa que eles mesmos têm que arcar com suas despesas administrativas, quitando-as com as contribuições que levantam. Isso não impede que um NC receba fundos de uma organização para sua fundação e operação. Mas esses fundos, por virem de fora, de uma outra organização, já são considerados uma "contribuição" a ele, e, portanto, estão sujeitos aos limites e exigências da lei em vigor (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008).

[39] Nesta subseção do trabalho sobre os PACs, toda vez que utilizarmos o termo "lei" nos referimos a um conjunto de leis relacionadas a este tema nos EUA, mas mais especificamente ao citado *Federal Election Campaign Act*, de 1971. Algumas outras leis correlatas serão especificadas nas referências no decorrer do texto desta subseção.

Torna-se claro, nesse caso, uma certa vantagem do primeiro tipo de PAC: os SSFs. Acompanhemos o seguinte raciocínio: a organização conectada ao SSF pode solicitar contribuições para arcar com suas despesas. O SSF também. Ambos apresentam limites. Mas torna-se evidente que esses limites aumentam quando as duas organizações – organização conectada e SSF – se fundem. A organização conectada, que geralmente é maior, pode absorver os custos do SSF, fazendo com que as despesas dele diminuam. Isso possibilita que uma maior quantia do dinheiro que entra no SSF seja utilizada para influenciar as eleições. Simultaneamente, isso possibilita que entre mais dinheiro tanto na organização conectada quanto no SSF. Mais no SSF, porque muito dos fundos levantados passam para a organização conectada, e assim não são enquadrados nos limites de contribuição ao SSF. E também mais na organização conectada, porque ela recebe do que entra no SSF, e também de outros doadores de fora, que contribuem para a organização. Assim, essa organização conectada utiliza o dinheiro tanto para o SSF quanto para ela própria.

A segunda diferença está na exigência de relatórios de contribuições e despesas pela lei. Os SSFs não precisam declarar nenhum valor, de entrada ou saída, que tenha sido pago por sua organização conectada. Só precisam declarar tais valores apenas se forem pagos por eles especificamente, e não pela organização conectada. Os NCs, como são independentes, precisam declarar todas as suas entradas e saídas (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008).

A terceira diferença é de quem esses PACs podem solicitar contribuições. Os SSFs, e sua organização conectada, podem solicitar fundos apenas dentro de seu escopo, de acordo com a lei. Os NCs, por sua vez, podem solicitar fundos do público em geral. Como exemplos dos SSFs:

> Uma corporação do mercado de ações e seu SSF podem solicitar [como contribuintes] apenas os acionistas da corporação, a equipe executiva e administrativa e as famílias desses respectivos grupos. Um sindicato e seu SSF podem solicitar [como contribuintes] somente os membros desse sindicato e suas famílias. (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008; UNITED STATES OF AMERICA, 2014c).

Porém, os SSFs podem expandir seu escopo de contribuições da seguinte forma, de acordo com a lei:

> Duas vezes por ano, os SSFs e suas organizações patrocinadoras podem expandir suas solicitações para incluir certos indivíduos fora das restrições normais; os grupos expandidos também são especificamente limitados pela lei. (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008; UNITED STATES OF AMERICA, 2014d).

A quarta diferença é quanto a alguns requerimentos especiais que os SSFs possuem ao solicitar contribuições, que os NCs não necessitam. Segundo a lei, os SSFs precisam informar seus contribuintes do objetivo político do PAC, e também esclarecer que eles têm direito de se negar a contribuir sem sofrer qualquer tipo de represália. Os SSFs são proibidos de usar qualquer tipo de ameaça ao solicitar suas contribuições: uso da força física, discriminação em empregos, represálias financeiras, etc. Os SSFs também precisam aclarar que os contribuintes são livres para contribuir com mais ou menos do que suas quantias solicitadas. E os SSFs não podem aceitar como contribuição nenhuma taxa ou mensalidade obtida como condição de filiação ou emprego (UNITED STATES OF AMERICA, 2014c). Os NCs não estão sujeitos a essas restrições de solicitação de contribuições. No entanto, as solicitações feitas por NCs que são feitas por propagandas políticas públicas deve incluir um aviso de autorização esclarecendo quem pagou e quem autorizou a solicitação. Esse tipo de notificação não é exigido dos SSFs (UNITED STATES OF AMERICA, 2014e).

A quinta diferença é sobre seu registro na FEC. Ambas as categorias de PACs precisam ser devidamente registradas junto à FEC. Entretanto, os SSFs necessitam registrar-se dentro de dez dias após sua formação pela organização à qual são vinculados ou que os patrocina. Os PACs independentes, por sua vez, precisam registrar-se dentro de dez dias após haver recebido contribuições ou feito despesas que excedam a quantia de US$ 1.000. Nesse registro, esclarece-se o nome, o endereço, o tesoureiro e as organizações vinculadas ao PAC – no caso dos SSFs (UNITED STATES OF AMERICA, 2014f).

A sexta diferença diz respeito ao nome dos PACs: os SSFs devem obrigatoriamente colocar em seu título oficial o nome da organização conectada. Quanto aos NCs, a lei não os obriga a isso; mas ambos ficam proibidos de colocar o nome de um candidato em seu título oficial (UNITED STATES OF AMERICA, 2014g).

Diferenciados esses dois principais tipos chamados de PACs, existem ainda três tipos dignos de breve menção[40]. Primeiro, os chamados *Leadership PACs* [PACs de Liderança] são formados pelos próprios políticos já no governo, como uma forma de obter fundos para ajudar a financiar as campanhas de outros candidatos. Mas há também uma lei para regulamentar essa prática: o *Honest Leadership and Open Government Act*, de 2007, [Ato Liderança Honesta e Governo Aberto] (UNITED STATES OF AMERICA, 2007; STRAUS, 2008). Nessa lei fica estabelecido que o político que criou e é responsável pelo PAC deve ser

[40] Não por terem menos importância, pois são também muito importantes; mas por serem fenômenos relativamente novos, e por dialogarem menos com o escopo do presente trabalho.

claramente registrado e suas ações transparentemente relatadas (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a). Políticos que realizam tais PACs de liderança provavelmente estão aspirando a posições mais elevadas no Congresso e os mais altos cargos da política do país; por isso estão ajudando aliados a entrar no governo, os quais podem retribuir posteriormente nas eleições internas.

Segundo, em 2010, foram institucionalizados também os Super PACs, ou *Independent Expenditure-Only Political Committees* [Comitês Políticos Apenas de Despesas Independentes]. A característica principal desse tipo de PAC são essas chamadas *independent expenditures* [despesas independentes, separadas, autonônomas].

> O termo *independent expenditure* [despesa independente] significa uma despesa feita por uma pessoa para uma comunicação advogando expressamente a eleição ou a derrota de um candidato identificado claramente que não é feita em cooperação, consulta, ou em concerto com, ou a pedido ou sugestão de, um candidato, um comitê autorizado do candidato, ou seus agentes, ou um comitê do partido político ou seus agentes. (UNITED STATES OF AMERICA, 2014h, tradução nossa).

Então, toda despesa para comunicação que vise a influenciar nas eleições federais que é feita "[...] em cooperação, consulta, ou em concerto com, ou a pedido ou sugestão de, um candidato, um comitê autorizado do candidato, ou seus agentes, ou um comitê do partido político ou seus agentes" (UNITED STATES OF AMERICA, 2014h) não é uma "despesa independente", sendo, portanto, um gasto de um PAC tradicional, e não de um Super PAC.

Em julho de 2010, através do caso *SpeechNow.org v. Federal Election Commission*, foi criado esse novo tipo de PAC. As diferenças dos Super PACs para os PACs tradicionais são: a) os Super PACs não podem fazer doações diretamente aos candidatos e partidos políticos, como os PACs tradicionais podem; b) os Super PACs se dedicam, portanto, a outras estratégias, dentre as quais se destacam a propaganda via anúncios, o envio sistemático de e-mails e comunicações de diversos tipos que visam especialmente advogar a eleição ou a derrota de um candidato específico; e c) a quantia que os Super PACs podem arrecadar e dedicar a essa tarefa é ilimitada; essas são as *independent expenditures* [despesas independentes] que caracterizam um Super PAC (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014a, 2014b).

E, terceiro, os *Hybrid PACs* [PACs Híbridos] são – como o nome sugere – um comitê híbrido, um misto entre um PAC tradicional e um Super PAC. Os *Hybrid PACs* foram instituídos a partir do caso *Carey v. Federal Election Commission*, em janeiro de 2011. De certa forma, esses PACs possuem os benefícios dos PACs comuns somados aos benefícios

dos Super PACs. Estes novos PACs, abrindo uma conta bancária separada – chamada *non-contribution account* [conta de não contribuição] –, podem levantar quantias ilimitadas de dinheiro, e, ao mesmo tempo, com a outra conta e os limites de um PAC tradicional, podem doar diretamente aos políticos. É exigido pela lei, no entanto, que as duas contas não se misturem. Ou seja, a conta de quantias ilimitadas é para a os serviços como os do Super PAC: propaganda, e-mails, anúncios, etc., sendo proibido enviá-las diretamente aos candidatos. Já a conta de quantia limitada, como a dos demais PACs, pode ser enviada diretamente aos candidatos. Hodiernamente, transformar um PAC – SSF, NC, *Leadership*, Super – para um *Hybrid*, embora seja um fenômeno recente, é um processo relativamente fácil; basta que esses PACs abram uma conta bancária separada da que já possuem com a qual poderão levantar quantias ilimitadas para fazer propaganda dos candidatos, e manterem a conta limitada que já possuíam para enviar o dinheiro diretamente a esses candidatos (LEVINTHAL, 2014; MEET..., 2012; REILLY, 2011). Se há uma certa fluidez e um fluxo de dinheiro entre essas contas, burlando a lei, é outra questão recente, que merece atenção, mas ainda não há muitos estudos científicos a respeito.

Assim, diante dessa exposição sobre o que são os PACs, quais tipos existem, como se dá seu funcionamento e quais são seus mecanismos de ação, passaremos agora a examinar mais detidamente como os PACs pró-Israel têm atuado na política estadunidense.

4.1.2.1.2 Os PACs e o apoio a Israel

Richard H. Curtiss (1996) afirma que até 1990 existiam 128 PACs pró-Israel atuantes na política estadunidense. Hoje – 2015 –, são em torno de trinta (McMAHON, 2014). Mas em que quantias esses PACs têm contribuído financeiramente para as campanhas políticas? Será que a diminuição de seu número implicou em menores contribuições aos políticos e suas campanhas?

Tomemos o último ano – 2014 – como um exemplo: o ano de maiores contribuições nas duas últimas décadas – 1990s-2000s –. Houve um total de contribuição de US$ 3.866.632 dos PACs pró-Israel a candidatos federais ao Congresso (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2015a). Desse montante, a maior parte foi destinada a candidatos Democratas – em torno de 60%, e aos Republicanos, por volta de 40% –; e o número de PACs contribuintes foi de 31 (McMAHON, 2014).

Um fato que nos chama atenção é que as contribuições fluíram mais no sentido dos Democratas. Há uma concepção de que, geralmente, os Republicanos apresentam uma

convergência maior de interesses com Israel do que os Democratas. Será que essas contribuições foram em maior quantia para os Democratas justamente para influenciá-los, por terem interesses mais divergentes com relação a Israel? Ou será que isso se deu porque não só Republicanos estão dispostos a se colocar a favor de Israel, mas também Democratas, quando isso lhes é rentável? Mesmo diante dessas questões, o que podemos afirmar é que não só Republicanos estão abertos a receber as ofertas dos PACs pró-Israel. E também, como via de mão dupla, os PACs estão dispostos a investir tanto em Democratas como Republicanos, tendo como critério de escolha do destino de suas contribuições a rentabilidade dos candidatos, isto é, o quanto mais vantajoso ele é em seu cargo para favorecer os objetivos dos investidores.

Ainda tendo o ano de 2014 em mente, a maior parte dessas contribuições, em disparado, foi de PACs e lobistas contratados pelo AIPAC. A diferença do AIPAC para o segundo grupo de interesse que mais contratou PACs e contribuiu – a saber, *J Street* – é de aproximadamente oito vezes mais. O *J Street* angariou, através de PACs, US$ 400 mil, comparados a US$ 3.060.332 do AIPAC (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2015a).

Lembrando que o AIPAC em si não envia esse dinheiro aos políticos, mas contrata lobistas, os quais, por via dos PACs, levantam e enviam tal dinheiro aos políticos e/ou o utilizam em suas campanhas.

Peguemos o ano de 2010 – o segundo ano com mais contribuições de grupos pró-Israel nas duas últimas décadas – como mais um exemplo: dos US$ 3.843.092 utilizados em *lobby* nesse ano, US$ 2.749.992 pode ser creditado à influência e ação do AIPAC, através dos PACs. Mais uma vez, uma quantia bem acima do segundo em contribuições: *J Street*, com US$ 520 mil (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2015b).

Diante disso, tratemos de algumas características específicas dos PACs pró-Israel importantes de serem elencadas. Em primeiro lugar, em seus registros junto a FEC, a grande maioria se declara um *Nonconnected PAC* [PAC Não Conectado] – i.e., não vinculado a nenhuma organização ou grupo –. Muitos outros PACs deixam clara sua vinculação a uma organização ou a um grupo, por exemplo, uma indústria, ou um ramo a que estejam ligados. Como exemplo desses que explicitam sua afiliação estão os PACs vinculados à *National Association of Realtors* [Associação Nacional de Corretores de Imóveis]. Inclusive, esses PACs contribuíram para candidatos nas eleições de 2014 com um montante ainda maior que o dos PACs pró-Israel: US$ 3.953.282. Por conseguinte, fica mais claro de se visualizar a receita e as despesas dos PACs relacionados a esse *lobby*, pois eles estão explicita e

oficialmente registrados na FEC junto com suas organizações conectadas (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2013a).

Todos os PACs conectados a essa organização apresentam em seus nomes claramente sua vinculação à *National Association of Realtors*. Assim, uma segunda característica digna de nota é que, dentre os 31 PACs pró-Israel listados pelo *Center for Responsive Politics*, apenas quatro tinham em seus nomes alguma conotação com relação a Israel: *Allies for Israel* [Aliados por Israel], *World Alliance for Israel* [Aliança Mundial por Israel], *Republican Jewish Coalition* [Coalizão Republicana Judaica] e *National Jewish Democratic Council* [Conselho Nacional Democrático Judaico]. McMahon (2014) nos alerta, nesse sentido, para o fato de que, mesmo que alguém seja um eleitor tão consciente a ponto de saber os nomes de todos os PACs contribuintes para as campanhas dos candidatos, pode não saber que um determinado candidato está recebendo auxílio de PACs que advogam interesses de um governo estrangeiro.

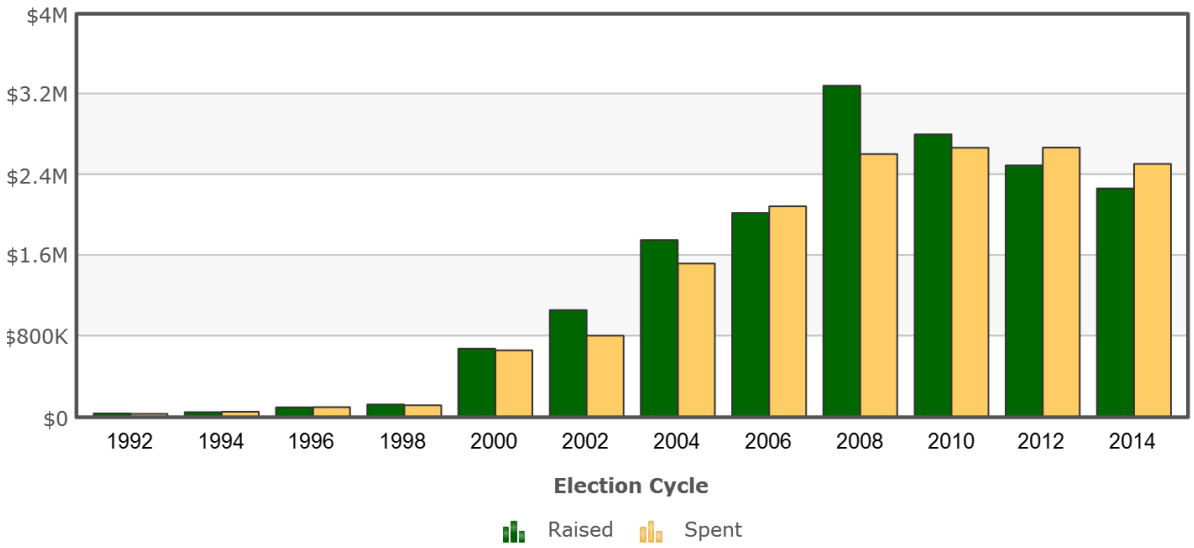
Uma terceira característica importante é que os PACs pró-Israel têm demonstrado uma preferência por contribuir com políticos da situação, isto é, já em exercício, em detrimento de candidatos da oposição, independentemente de partido, ideologia ou religião desses políticos. Isso parece ser algo mais estável e confiável de se fazer. Esses PACs também dão maior atenção a comissões do Congresso que lidam com assuntos que possam interessar a Israel, tais como a de Relações Exteriores, a das Forças Armadas e a de Orçamento. E, ademais, tais PACs optam logicamente por direcionar suas doações a membros do Congresso em altas posições de liderança (McMAHON, 2014). Em outras palavras, os PACs pró-Israel, como é de se esperar, preferem investir nas pessoas e locais que lhes parecem mais confiáveis e rentáveis. É muito mais lucrativo investir em um político ou partido já em exercício, em cargos de alta importância, e em assuntos que são relevantes para Israel. À medida que um candidato ou partido passa a se encaixar nesses quesitos, apresenta grande probabilidade de ser alvo das contribuições dos PACs pró-Israel. Um exemplo disso é o atual *House Minority Whip*[41], o líder-assistente do Partido Democrata na Câmara dos Representantes, Steny H. Hoyer, do estado de Maryland. As contribuições que ele recebia de PACs pró-Israel eram assaz medianas, quando ocupava o cargo de *House Minority Whip* – ou *Democratic Whip* – (entre 2003 e 2007), o auxiliar do líder do Partido Democrata, que era então minoria na

[41] Cada um dos dois Partidos elege seus líderes principais na Câmara dos Representantes. São dois de cada Partido: *House Majority Leader* e *House Majority Whip*, do Partido que for maioria na Câmara no momento, e *House Minority Leader* e *House Minority Whip*, do Partido que for minoria. Em outras palavras, é como um líder e um assistente de cada Partido. Embora o uso desses termos seja corrente na mídia, a própria Câmara, ao invés de usá-los, utiliza os termos: *Republican Leader*, *Republican Whip*, *Democratic Leader* e *Democratic Whip*.

Câmara dos Representes. À medida que subiu à liderança ao cargo de *House Minority Leader* – ou *Democratic Leader* – (entre 2007 e 2011), as contribuições a ele também cresceram, de modo que chegou a receber um total de mais de US$ 250 mil de PACs pró-Israel (McMAHON, 2014).

O gráfico a seguir (Figura 1) demonstra, selecionando um *Leadership PAC* [PAC de Liderança] para exemplificar – o *AmeriPAC: The Fund for a Greater America* [AmeriPAC: O Fundo para uma América Maior] –, como Steny Hoyer recebeu mais auxílios quando assumiu um cargo mais elevado. Em 2011, ele retornou ao cargo anterior, e vemos novamente o montante de contribuições a ele diminuindo.

Figura 1 – Receitas (esquerda), advindas do PAC de Liderança *AmeriPAC*, e despesas (direita) de Steny Hoyer (1992-2014)



Fonte: CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014c.

Ainda tendo como exemplo o caso de Hoyer: esse político recebeu US$ 119.700 de grupos e indivíduos do setor pró-Israel no biênio 2013-2014. O setor pró-Israel é o nono setor que mais contribuiu para esse candidato (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014d).

Um fato interessante é que, dessa quantia recebida por Hoyer, apenas US$ 26 mil advêm de PACs. Os outros US$ 93.700 foram doações de indivíduos (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014d). O PAC pró-Israel que mais contribuiu para Hoyer foi o *NorPAC*, o quinto dentre todos os PACs contribuintes para esse candidato, contando os de outros setores. O *NorPAC* contribuiu com US$ 25 mil, dos quais US$ 5 mil advêm do PAC propriamente, de acordo seus limites de contribuição estabelecidos pela FEC. Os outros US$ 20 mil provêm de indivíduos dentro e fora desse PAC, associados a este de alguma forma

(CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014e). Isso nos leva a outra característica e tática dos PACs importante de ser estudada.

Essa quarta característica é o que é ficou conhecido como *bundling* [empacotar, embrulhar]. Essa prática consiste em um PAC – ou, mais especificamente, seus membros – coletarem contribuições de vários indivíduos e direcionarem a um candidato específico. *Bundlers*, os que praticam o *bundling*:

> [...] são pessoas [que, de alguma forma, se associam aos PACs] com amigos em cargos elevados que, depois de atingirem os limites de contribuição individual, se voltam para esses amigos, associados, e, enfim, qualquer um que estiver disposto a contribuir, e entregar seu dinheiro ao candidato em um grande *bundle* [pacote, embrulho, maço]. (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2009).

Essa prática começou a se tornar mais comum por volta de 1994, quando o assunto de contribuições para campanhas políticas estava bem no centro das discussões. Segundo McMahon (2014), o *bundling* torna possível o candidato saber de onde suas contribuições estão vindo, mas possibilita evitar uma abertura e divulgação mais clara e especificada para a FEC. Ou seja, é um meio de minimizar o impacto público das contribuições financeiras dos PACs aos candidatos. A maioria dos PACs pró-Israel se valem do *bundling* como um meio para não revelar as quantias totais de seu envolvimento financeiro junto aos candidatos. Nesse sentido, as doações feitas pelos PACs são apenas a "ponta do *iceberg*", quando olhamos para a proporção dessas quantias em relação a das contribuições feitas por indivíduos, através do *bundling* (McMAHON, 2014).

Um outro exemplo de *bundling*, além do citado com Steny Hoyer, é com relação ao hoje Senador Mark Kirk, Republicano de Illinois.[42] Entre 2009 e 2014, quando Kirk começou a concorrer ao Senado, o PAC pró-Israel que mais contribuiu para ele foi o já mencionado *NorPAC*, o terceiro em sua lista de maiores contribuintes. Nesse ínterim, esse PAC levantou um total de US$ 111.585 para as campanhas de Kirk. Desse montante, porém, apenas US$ 3.804 vieram desse PAC propriamente dito, enquanto US$ 107.781 vieram de doações de indivíduos, coletadas por esse PAC através do *bundling*. Semelhantemente, nesse mesmo intervalo de tempo, tratando de uma maneira geral dos PACs pró-Israel – o quarto setor de sua lista de maiores contribuintes –, de um total de US$ 791.931 levantados para Kirk, apenas

[42] Kirk, ao lado de Robert Menendez – Democrata de New Jersey – é um dos congressistas que está encabeçando um projeto de lei atual em favor de sanções sobre o Irã, caso esse país não obedeça a determinadas regras quanto a seu programa nuclear (MITCHELL, 2015). E esse é um tema de suma importância para Israel, e, assim, para o AIPAC e os demais grupos pró-Israel nos EUA. O referido projeto de lei já foi adotado pelo *Banking Committee* [Comitê Bancário], cujo líder é Richard Shelby, Republicano do Alabama; e o AIPAC está urgindo que todo o Senado apóie esse projeto e siga o seu exemplo (AIPAC, 2015a).

US$ 124.904 advieram de PACs propriamente, e US$ 667.027 vieram de indivíduos associados aos PACs, via *bundling* (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014f).

Antes de concorrer ao Senado, Kirk, representando seu estado, concorreu a cinco eleições para a Câmara dos Representantes, de 2000 a 2008. Nas eleições de 2000, em que Kirk, Republicano, competia com a Democrata Lauren Beth Gash, os indivíduos, grupos e PACs pró-Israel levantaram muito mais contribuições para Gash do que para Kirk. Gash recebeu US$ 64.430, e Kirk US$ 36.718 (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2002a). Kirk mesmo assim venceu; entretanto, com uma margem pequena: ele conseguiu 51% dos votos, e Gash 49% (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2002b).

Porém, atentemos aí para um fato que chama atenção: no ciclo eleitoral seguinte, 2002, quando Kirk concorria à reeleição, agora contra o Democrata Hank Perritt, recebeu US$ 94.800. Perritt, por sua vez, não recebeu nada de nenhum indivíduo, grupo ou PAC pró-Israel (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2013b). Kirk venceu com uma margem de 69% a 31%, de Perritt (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2013c). Mas o que gerou essa mudança de postura por parte dos contribuintes pró-Israel: seria a postura de Kirk que teria passado a favorecer seus interesses? Ou seria uma comprovação da terceira característica que levantamos acima: que os PACs e demais contribuintes pró-Israel buscam destinar seus investimentos a quem está em posições mais elevadas de liderança?

Essa mudança de postura dos PACs pode ser um indício de que, inicialmente, eles decidiram investir em um candidato que lhes fosse mais favorável, mas que acabou perdendo as eleições. E assim, a ação que os PACs tomaram foi a de investir então em que poderia lhe dar mais resultados agora, o vencedor.

Depois de uma queda nas contribuições recebidas para US$ 41.210 em 2004, Kirk recebeu US$ 314.914 em 2006. E em 2008, último ano em que concorreu às eleições da Câmara dos Representantes, por Illinois, recebeu US$ 444.531. E nos quatro últimos desses cinco ciclos eleitorais em que Kirk participou – 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008 –, seus opositores Democratas não receberam nenhum auxílio financeiro de grupos, indivíduos e PACs pró-Israel (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2013d, 2013e, 2013f). Kirk venceu as cinco eleições para a Câmara, pelo estado de Illinois, de 2000 a 2008 (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2002b, 2013g, 2006, 2007, 2010).

Uma quinta característica importante é que, diversas vezes, os PACs pró-Israel fazem doações a candidatos de outros estados que não o seu próprio em que estão inseridos. Por exemplo, tomemos o estado de Maryland, que é o estado do Representante Steny Hoyer e do Senador Benjamin L. Cardin, ambos Democratas. Nas eleições de 2012, Hoyer recebeu US$

31.750 e Cardin US$ 55.680 de PACs pró-Israel (McMAHON, 2014). De início, é de se supor que eles tenham recebido boa parte dessas contribuições do PAC pró-Israel de seu estado: *Maryland Association for Concerned Citizens* [Associação de Maryland de Cidadãos Interessados]. Contudo, ao olharmos para as contribuições desse PAC, constatamos que não foi feita nenhuma doação a esses ditos candidatos. Notam-se contribuições a vários nomes de outros estados, dentre os quais destacamos Nancy Pelosi, Representante Democrata da Califórnia, e Robert Menendez, Senador Democrata de New Jersey. Há contribuições para candidatos de diversos estados, mas nenhuma para seu próprio estado (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2013h). Emergem então algumas questões: como esses PACs escolhem seus beneficiários? O que influi nessa escolha?

Esse é um fato curioso, e é aí que o AIPAC entra em cena. Um memorando de 1986 demonstra que o AIPAC exerce uma forte influência ao monitorar e coordenar diversos PACs menores que contribuem aos candidatos. O memorando escrito por Elizabeth Schrayer, então Diretora Assistente de Relações Políticas do AIPAC, instrui seus funcionários a pressionar diversos PACs para contribuírem com candidatos específicos.

> […] o memorando de 1986 da Vice-Diretora Política do AIPAC, Elizabeth A. Schrayer, direciona seu assistente a chamar vários PACs pró-Israel ao redor dos Estados Unidos para canalizar fundos para candidatos recomendados pelo AIPAC. Os PACs, operando sob nomes não descritivos tais como '*Gold Coast*' e '*ICEPAC*' juntamente com as quantias de contribuição sugeridas são escritos a mão no memorando de Schrayer. Esse memorando interno do AIPAC vazou ao *Washington Post* e foi publicado em 1988. Durante o ciclo eleitoral de 1986, os PACs pró-Israel doaram mais de US$ 7 milhões aos candidatos, de acordo com o *Wall Street Journal*. As revelações públicas dos esforços do AIPAC para estabelecer e coordenar os PACs desencadeou uma batalha de uma década sobre a aplicação da lei eleitoral que chegou à Suprema Corte dos EUA. (THE AMERICAN..., 2007, tradução nossa).

O primeiro item do memorando de Schrayer já diz o seguinte:

> O *ICEPAC* não fez nada nas eleições em Colorado, Louisiana e Missouri. Eles deram US$ 500 a Evans e Daschle. Em 30 de junho de 1986, eles tinham US$ 11.048. Procure conseguir US$ 1.000 para Bond, Moore, Evans, Daschle, e Reid[43]. (SCHRAYER, 1986, nota nossa, tradução nossa).

Desde o primeiro item, esse documento deixa claro que os candidatos que recebem contribuições de PACs pró-Israel não são, necessariamente, selecionados estritamente por esses PACs que estão contribuindo. Isto é, constantemente há a influência de outras organizações, como o AIPAC, nesse processo de escolha dos receptores do auxílio financeiro.

[43] Todas essas pessoas citadas eram candidatos ao Senado nas eleições de 1986, por diversos estados.

Não obstante, vale lembrar que o AIPAC é classificado pela FEC como uma organização da sociedade e não como um comitê político, um PAC. Isso significa na prática que, diferentemente dos PACs, o AIPAC não precisa divulgar suas fontes de renda, suas receitas, nem suas despesas à FEC.

Já esses aproximadamente 30 PACs pró-Israel que fazem contribuições aos candidatos ao Congresso precisam estar devidamente registrados e regulamentados pela FEC. Isso limita as contribuições desses PACs a US$ 10 mil por candidato por eleição: US$ 5 mil para a eleição primária – dentro do próprio partido –, e mais US$ 5 mil para a eleição geral – entre os partidos – em novembro. Mas se há, como no caso dos PACs pró-Israel, algo em torno de 30 PACs Não Conectados – *Nonconnected PACs* –, todos fazendo doações a um mesmo candidato, essa quantia pode chegar a até US$ 300 mil, e não mais a apenas US$ 10 mil por candidato por eleição. Por exemplo, Tom Daschle – mencionado no memorando acima –, já na primeira eleição ao Senado que concorreu, em 1988, recebeu mais de US$ 260 mil de PACs pró-Israel. Outro exemplo é o também já referido Mark Kirk que, em 2010, recebeu mais de US$ 100 mil de PACs pró-Israel; mais que qualquer outro candidato à Câmara dos Representantes ou ao Senado nesse ano (McMAHON, 2014).

Assim, é importante notar que não só o candidato receptor das contribuições se beneficia, mas também os seus contribuintes: os PACs, indivíduos e organizações que se articulam com esses PACs. O fluxo de dinheiro é descentralizado e articulado em diferentes fontes e receptores, e isso faz com que o montante total de dinheiro gasto e, por conseguinte, a influência do *lobby* pró-Israel na política dos EUA fiquem, de certa forma, velados. Por exemplo, não existe sequer um PAC pró-Israel listado entre os dez que mais contribuíram no ciclo eleitoral de 2010. Porém, nesse ano, os PACs pró-Israel contribuíram com aproximadamente US$ 3 milhões para os candidatos ao Congresso. Esse montante equivale a mais do que a quantia angariada do sexto PAC que mais contribuiu nesse ciclo eleitoral. Mas eles não figuram na lista justamente por algumas de suas características elencadas acima: como a descentralização dos fluxos de dinheiro, o *bundling*, e seu *status* de PACs Não Conectados (McMAHON, 2014).

Apenas a título de comparação com o ciclo eleitoral de 2012, os dois PACs árabes americanos – *Arab American Leadership Council PAC* e *Arab American Political Action Committee* – contribuíram com um total de US$ 20 mil para as campanhas dos candidatos. Isso equivale a menos de 1% do total das contribuições feitas por PACs pró-Israel. Colocado de outra forma, em 2012, os PACs pró-Israel deram aproximadamente 150 vezes mais em

contribuições às campanhas dos candidatos do que os PACs pró-árabes americanos (McMAHON, 2014).

Dito isso, é importante salientar que nesses valores ainda não estão contabilizados todas as contribuições de indivíduos pró-Israel, mas, sobretudo, dos PACs. Além das contribuições financeiras dos PACs, o AIPAC conseguiu uma grande influência nas campanhas políticas nos EUA, dentre outros fatores, pelas mega-doações, não só de grupos, mas de indivíduos abastados. Um exemplo é Sheldon Adelson, que fez doações exorbitantes para Super PACs Republicanos pró-Israel (CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS, 2014b). No ano de 2012, ele distribuiu US$ 92.800.000 para esses PACs. Adelson foi, assim, o maior contribuinte aos grupos destinados a levantar fundos para as campanhas naquele ano (KOPP, 2014).

Muito do dinheiro que é destinado a influir da política estadunidense a favor de Israel advém, pois, de uma rede mais ou menos articulada de PACs e indivíduos pró-Israel. E o objetivo central desses que contribuem com doações aos PACs é apoiar a política de Israel, especialmente nos assuntos tocantes a seus vizinhos árabes.

"Esse é o legado do *lobby* pró-Israel" (KOPP, 2014, tradução nossa). Os grupos de interesse pró-Israel, dos quais o AIPAC é o principal, trabalham, portanto, para fortalecer as relações bilaterais entre EUA e Israel e angariar auxílio econômico, militar e diplomático para Israel (MEARSHEIMER, WALT, 2006a, 2006b, 2007).

Como buscamos explicar, o AIPAC não faz contribuições financeiras diretas aos candidatos e partidos. Entretanto, apresenta uma influência incisiva na política dos EUA através dos fluxos de dinheiro promovidos por seus membros individualmente, relacionados entre si, e através dos PACs, que funcionam como rede que interliga o AIPAC aos candidatos que lhes são profícuos.

A pressão do AIPAC no Congresso, por via de seu poder de influência política, através de fundos levantados pelos indivíduos e PACs pró-Israel, é, portanto, o ponto central do presente trabalho.

Ainda restam, no entanto, dois Departamentos do AIPAC, os quais serão considerados logo a seguir, ainda que de maneira mais concisa: o Departamento de Pesquisa e o Departamento de Desenvolvimento Político.

4.1.3 Departamento de Pesquisa

"Uma organização de *lobby* é tão boa quanto a qualidade e a oportunidade da informação que ela provê." (SOLOMON, 1993, p. 11, tradução nossa).

Tratemos agora do Departamento de Pesquisa, o segundo Departamento com maior número de funcionários do AIPAC; atrás apenas do Departamento de Desenvolvimento Político – que será tratado no item a seguir. O Departamento de Pesquisa atua em constante articulação com os demais Departamentos do AIPAC. Ele examina minuciosamente as ações dos EUA com relação a Israel, sobretudo as tomadas no Congresso.

Esse Departamento mantém um registro extenso das votações do Congresso sobre questões e temas relacionados a Israel, como por exemplo: auxílio externo, venda de armas, orçamento, defesa e segurança, etc. Mas não se resume só a esses itens mais formais e objetivos; esse Departamento mantém também um arquivo de itens mais informais e subjetivos, como: discursos dos congressistas, cartas e correspondências relacionadas a Israel, etc. Esses registros do Congresso são monitorados diariamente, e toda a atenção é dada a qualquer reunião, ou audiência, ou projeto de lei, ou documento que possa ter alguma implicação relevante e direta para Israel.

Como já foi relatado, o AIPAC provê tanto os políticos como os cidadãos e eleitores em geral de informações precisas e transmitidas de uma maneira comprometida e engajada com a aliança entre EUA e Israel. E o Departamento de Pesquisa cuida para que essas informações cheguem da melhor maneira e o mais rápido possível a seus destinatários, tanto ao governo como aos eleitores.

Barry Gold – funcionário do AIPAC, e ex-coronel da força aérea estadunidense que se especializou em estudos sobre os militares –, afirmou que: "É mais proveitoso ter um pouco de informação a tempo, do que muita informação duas semanas atrasado." (GOLD[44], 1992 apud SOLOMON, 1993, p. 12).

Esse Departamento procura prover documentos de posição sobre a importância estratégica de Israel para os EUA de uma maneira oportuna, isto é, feita a tempo, para que haja uma maior oferta de informações a políticos e cidadãos, o que, por sua vez, acaba sendo um instrumento de pressão de sua parte. Ao prover informações instantâneas, o AIPAC acaba provendo um documento, que mesmo sendo crido por muitos como objetivo e digno de confiança, apresenta um ponto de vista pró-Israel, ou seja, indubitavelmente, uma certa subjetividade. Ainda assim, encontra-se propagada uma visão de que, mesmo com tal subjetividade, as informações fornecidas pelo AIPAC são fortemente confiáveis (SOLOMON, 1993).

[44] Entrevista pessoal concedida a Morris S. Solomon em 20 de novembro de 1992.

4.1.4 Departamento de Desenvolvimento Político

Este é o Departamento do AIPAC com o maior número de funcionários. Como o nome sugere, esse Departamento cuida de uma série de atividades no tocante a um engajamento político mais prático. Alguns exemplos dessas atividades são: mobilizar os eleitores e a população de uma maneira mais geral a um posicionamento pró-Israel; prover treinamentos para desenvolver jovens líderes em potencial nas universidades e faculdades ao redor dos EUA, com uma visão de liderança política pró-Israel; para esse fim, o AIPAC tem um braço educacional chamado *American Israel Education Foundation* (AIEF) [Fundação Educacional Israelo-Americana], que faz esse trabalho tanto com estudantes universitários quanto com políticos; dentre outras atividades. Em suma, o Departamento de Desenvolvimento Político cuida mais dos processos e práticas políticas do *lobby*, não só para com os governantes como já foi aclarado, mas junto à sociedade.

Tanto que Thomas Dine, Diretor Executivo do AIPAC entre 1980 e 1993, chegou a asseverar em uma entrevista que: "Discussões são vencidas ou perdidas no Congresso não pelo que acontece em Washington, mas pelo que os constituintes [eleitores] querem." (PEAR; BERKE, 1987, tradução nossa). Essa afirmação, apesar de hiperbólica, e de tirar um pouco do peso do papel dos governantes, demonstra um pouco mais da relevância que o AIPAC dá também a essa mobilização política da sociedade, além da já expressa pressão que realizam no governo.

O mesmo Dine afirmou que o AIPAC trata de uma maneira muito séria a educação tanto de candidatos como de eleitores sobre Israel (PEAR; BERKE, 1987). Muito embora alguns críticos a esta organização caracterizem seus procedimentos mais como propaganda política do que como educação propriamente (ABOUREZK, 2007). Um dos procedimentos mais comuns nesse sentido educacional pró-Israel são viagens a esse país.

Jim Abourezk, ex-Senador de South Dakota, afirmou:

> Essas viagens [a Israel] são defendidas como 'educacionais'. Na realidade, como eu sei dos meus muitos colegas na Câmara e no Senado que participaram delas, elas oferecem a propagandistas israelenses uma oportunidade para expor membros do Congresso a apenas o seu lado da história. A narrativa israelense de como a nação foi criada e as justificativas israelenses para suas políticas brutais omitem verdades importantes sobre a tomada e a ocupação dos territórios palestinos. (ABOUREZK, 2007, tradução nossa).

E esse Departamento não o faz só com os políticos, mas encoraja também os membros do AIPAC a se tornarem “cidadãos lobistas”, e se engajarem no processo político em um sentido que favoreça a aliança entre EUA e Israel. Nesse processo, o AIPAC tem sido bem sucedido e tem articulado uma rede de cidadãos engajados e munidos de informações precisas sobre os assuntos de seu interesse acerca de Israel (SOLOMON, 1993).

Feita essa análise dos quatro Departamentos que compõem a estrutura principal do AIPAC e, portanto, configuram seu programa de ação – ainda que de maneira bem mais sucinta nos dois últimos –, revisitaremos as seções anteriores para buscar uma síntese das visões dos autores que já haviam trabalhado o tema com os dados empíricos que logramos obter até aqui.

5 SÍNTESE DO ESTADO DA ARTE À HISTÓRIA E AOS FATOS EXPOSTOS

Nesta seção final, propomos uma síntese do estado da arte sobre o *lobby* pró-Israel nos EUA *vis-à-vis* a alguns fatos históricos e estruturais expostos no decorrer deste trabalho. Buscaremos colocar as visões teóricas inicialmente expostas – de Mearsheimer e Walt, de um lado; e de Chomsky, Achar e Finkelstein, de outro – em um plano de diálogo entre si. E, por fim, almejamos articular, a esse diálogo teórico, fatos históricos da relação entre EUA e Israel.

5.1 Conflito e diálogo entre as duas principais visões: exclusão ou complementaridade?

Passemos primeiramente a um confronto entre as visões teóricas selecionadas no presente trabalho. São duas visões distintas e cada uma salienta um ponto específico para a explicação da aliança estreita entre EUA e Israel. Em linhas gerais, uma salienta que essa relação é explicada, principalmente, pelo poder e influência do *lobby* pró-Israel na política dos EUA. Outra ressalta que, mesmo com a influência do *lobby* pró-Israel, a política dos EUA para Israel não permite que seu interesse nacional seja relegado ao segundo plano, ao olharmos para suas ações de uma maneira mais ampla no tempo e no espaço. A primeira é a de Mearsheimer e Walt (2007); a segunda, a de Chomsky e Achcar (2007), e Finkelstein (2006).

Nesse confronto de visões, é profícuo observar um pensamento de Uri Avnery (2012). Embora seja um escritor israelense que escreve mais textos jornalísticos e ativistas, e que por isso não pode ter seus trabalhos colocados em um mesmo patamar acadêmico e científico dos demais autores, Avnery nos concede um olhar relevante sobre esse diálogo teórico. Ele lança uma nova perspectiva que nos permite emparelhar, com a devida parcimônia, essas visões teóricas conflitantes. De certa forma, sintetizando essas visões, Avnery escreveu que:

> Quando os professores John Mearsheimer e Stephen Walt publicaram seu livro revolucionário[45], no qual afirmam que Israel controla a política dos Estados Unidos mediante o lobby pró-Israel, Chomsky discordou e argumentou que se tratava exatamente do contrário: os Estados Unidos exploram Israel, com vistas a seus objetivos imperialistas, os quais contradizem os verdadeiros interesses de Israel. (AVNERY, 2012, p. 54, nota nossa).

[45] MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

É verdade que precisamos atentar para o teor da obra e do pensamento de Avnery, que não é tão científico e acadêmico como os autores que ele está citando. Digo isso no sentido de que Avnery não se vale dos mesmos procedimentos metodológicos rigorosos que os outros autores elencados buscaram seguir em seus trabalhos, para que os outros pesquisadores que almejassem seguir seus mesmos procedimentos chegassem aos mesmos resultados que obtiveram. Mas utilizo aqui apenas esse olhar mais amplo de Avnery para uma compreensão das duas visões teóricas em confronto em um mesmo plano.

Nesse sentido, essas duas visões teóricas, embora claramente distintas e conflitantes, têm seus argumentos embasados em fatos históricos. Citando alguns exemplos desses fatos temos: de um lado, o veto dos EUA a uma reconciliação entre *Fatah* e *Hamas*, e de outro, a intervenção dos EUA contra a troca de prisioneiros palestinos por Gilad Shalit[46]. Ou seja, na primeira ação, os EUA agem contra a união dos movimentos de resistência palestinos, indo, de certa forma, a favor do interesse de Israel. Na segunda ação, os EUA parecem ir contra Israel ao não apoiarem tal troca tão discrepante (cf. nota de rodapé n. 46) entre 1.027 prisioneiros palestinos por um soldado israelense: Gilad Shalit. Dessa forma, nota-se que os EUA não apóiam tudo o que é interesse de Israel, mas agem objetivando seus próprios interesses; ainda que esses interesses sejam, geralmente, mais pró-Israel, nem sempre o são. Fatos discrepantes como esse parecem corroborar a veracidade da tese de Chomsky e Achcar (2007) e Finkelstein (2006), de que os EUA se valem de Israel para suas políticas na região do Oriente Médio, e cede apenas em pontos que não prejudicam seu interesse nacional mais amplo e duradouro.

Já a posição de Mearsheimer e Walt (2006a, 2006b, 2007) parece ser comprovada pela singular aliança militar, econômica e diplomática entre EUA e Israel[47]. Segundo os autores, a confiança e a crença da política estadunidense em Israel deriva em sua maior parte de trâmites da política doméstica dos próprios EUA, e, especialmente, das atividades do *lobby* pró-Israel. É verdade que coexistem com esse *lobby* outros grupos de interesse, os quais também são relevantes na formulação da política interna e externa dos EUA; porém, segundo Mearsheimer e Walt, nenhum outro grupo foi tão bem-sucedido em convencer os estadunidenses de que seus interesses e os de outro país – no caso, Israel – eram essencialmente idênticos, grupo esse que tem como principal representante o AIPAC.

---

[46] Gilad Shalit é um soldado israelense, o qual foi capturado e feito refém por militantes palestinos do *Hamas* na fronteira entre Israel e a Faixa de Gaza, no dia 25 de junho de 2006. Poucos são os casos de fatos como esse, tanto que essa negociação entre Israel e a ANP foi solucionada com a libertação de 1.027 presos palestinos como condição para a libertação de Shalit, no dia 18 de outubro de 2011 (SARGENTO..., 2011).

[47] Vale aqui relembrar as citações com exemplos desses autores na subseção 2.3 deste trabalho (p. 30-31).

Um fato recente – já elucidado neste trabalho – chamou atenção da mídia e de pesquisadores, e está no centro das discussões: o convite ao Primeiro Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, para discursar no Congresso dos EUA, feito pelo Presidente da Câmara dos Representantes, John Boehner, à revelia do Presidente da República, Barack Obama (VEGA, 2015). Esse fato também parece corroborar a tese de Mearsheimer e Walt (2007) de que o *lobby* pró-Israel e sua pressão no Congresso podem explicar essa postura de políticos que tomam a dianteira até mesmo do Presidente da República, quando se tratam de assuntos relacionados a Israel.

É fato que existiram alguns desentendimentos eventuais entre os estadunidenses e os israelenses, porém, de uma maneira geral, e de acordo com as explicações de John Mearsheimer e Stephen Walt, os EUA tenderam a apoiar consistentemente Israel no decorrer da história mais recente. Sem dúvida, essa aliança com Israel não era só recheada de vantagens, e Mearsheimer e Walt (2007) não ignoram isso. Havia muitos gastos, tanto no sentido financeiro quanto no político-estratégico. Financeiramente, a ajuda dos EUA a Israel superou a de qualquer outro país, em valores relativos e absolutos. E no campo político-estratégico, a aliança com Israel custou o preço da deterioração das relações dos EUA com os países árabes que conflitavam com Israel. O auxílio massivo na área militar dado, como de última hora, a Israel na Guerra de 1973, custou aos EUA um embargo na exportação de petróleo pelos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que lhe prejudicou significativamente, juntamente com seus aliados ocidentais (MEARSHEIMER, WALT, 2007).

Diante disso, os ditos professores citam a fala de um oficial estadunidense que participou ativamente do acordo de Camp David em 2000: “Muito frequentemente, nós [EUA] funcionamos [...] como advogados de Israel” (MEARSHEIMER; WALT, 2006b, tradução nossa). E, ainda em consonância com as análises destes autores, os objetivos do governo de George W. Bush – de transformação do Oriente Médio – continham em seu escopo o aprimoramento da posição estratégica de Israel, seu aliado, na região.

Assim, para Mearsheimer e Walt (2007), os benefícios da aliança são maiores do que os malefícios. Durante a Guerra Fria, mais especificamente depois de 1967 (Guerra dos Seis Dias), Israel atuava, de certa forma, como um agente dos interesses dos EUA. Israel foi propício aos EUA ao vencer o Egito e a Síria, países que eram zonas de influência soviética. Israel também serviu aos EUA quando amparou e resguardou outros países parceiros e/ou zonas de influência estadunidenses na região. Quando Israel lutava contra os países que eram aliados da União Soviética, esta, por sua vez, tinha muito mais despesas para defender esses

países sob seu predomínio e para evitar que fossem subjugados pelo ocidente capitalista. Os serviços de inteligência de Israel também serviram amplamente aos EUA e seus aliados. A inteligência israelense proveu grande fonte de informações à inteligência dos EUA sobre o aparato bélico e as capacidades da URSS (MEARSHEIMER; WALT, 2006b).

Após a Guerra fria, desde a primeira Guerra do Golfo no início da década de 1990, um argumento – "ocidental" – que vem justificando a aliança entre EUA e Israel é o de que ambos são Estados ameaçados por grupos terroristas originados, usualmente, em países árabes muçulmanos, e também pelos chamados *Rogue States*, os quais, por definição, dão suporte a esses grupos terroristas e buscam desenvolver e/ou abrigar ADMs. Repetindo, isso, de acordo com a ótica dos EUA e de Israel, do chamado "ocidente". Tal visão é, logicamente, favorável a ambos os Estados. A Israel, por dar-lhe certa legitimidade para lidar com os supostos grupos terroristas palestinos – ou "movimentos de resistência", de acordo com os palestinos – de uma maneira mais assertiva e menos temerosa quanto aos direitos dos palestinos, já que, para Israel, são grupos terroristas. Aos EUA, tal aliança concederia certo respaldo para o acesso a outros países estratégicos no Oriente Médio em defesa de seu interesse nacional e sua soberania, adentrando e atacando a supostos *Rogue States*, como, por exemplo, Irã e Síria. Diante disso é que se torna inteligível uma aliança entre EUA e Israel em uma "Guerra contra o Terror", no pós-Guerra Fria. Os inimigos em comum os unem, e, até o momento em que ambos se beneficiam com a aliança, é certo que a manterão.

Isso parece que corrobora o pensamento e a ótica que extraímos de Avnery (2012) quanto à veracidade das duas opiniões conflitantes sobre essa relação: Achcar e Chomsky (2007), Finkelstein (2005, 2006) e outros dizem que os EUA controlam Israel com vistas a seus objetivos imperialistas; e Mearsheimer e Walt (2007) e outros afirmam que o *lobby* de Israel nos EUA é que controla o país. Ambos os lados reconhecem que não podem negligenciar os pontos um do outro, apenas discordam no ponto em que dão ênfase. Achcar, Chomsky, Finkelstein, e os que concordam com sua tese, não excluem a influência do *lobby*, mas asseveram que o governo estadunidense tem muito maior poder e relevância na tomada de decisão na política dos EUA. Mearsheimer e Walt, e os que concordam com sua tese, não negligenciam o poder do Executivo estadunidense, porém enfatizam a massiva influência do *lobby* pró-Israel, mais especificamente do AIPAC, na política dos EUA. Por isso, faz sentido afirmar que as duas visões teóricas têm razão. As duas constatações empíricas ocorrem e podem ser, de certa forma, complementares para a visão da totalidade da questão, como um fenômeno prático, que, evidentemente, independe das visões teóricas que são formuladas a seu respeito.

Diante de visões teóricas tão contrastantes a um primeiro momento, sob uma ótica fragmentada e hermética, podemos olhar para ambas as visões conjuntamente e em diálogo como bem fundamentadas empírica e cientificamente, e, assim, como complementares ao invés de excludentes. Buscaremos a seguir enxergar de uma maneira mais clara como essas visões conflitam, dialogam e se complementam.

5.2 Como a complementaridade se torna possível

Diante do exposto, parece logicamente estranha a ideia de que duas concepções teóricas distintas e com estruturas contrastantes – a de Mearsheimer e Walt e a de Chomsky, Achcar e Finkelstein – possam ser, ao mesmo tempo, verdadeiras e complementares. Pois, tecnicamente, se uma concepção é comprovada como verdadeira, a outra, se disser o contrário, deve ser falsa.

Nesse contexto, é de suma importância observar que não podemos tratar da mesma maneira um fato histórico e uma concepção teórica acerca desse fato. O primeiro é um dado empírico, que existe, que está lá; independentemente do que se diga a seu respeito, ele é um fato histórico objetivo. O segundo é uma tentativa de compreender o fato e de explicá-lo da maneira mais fiel e total possível, mediante a organização e a conexão causal de informações que são obtidas através de pesquisa. Não se pode tratar as duas coisas como se fossem uma só: fato e interpretação sobre o fato.

Por isso, gostaria de salientar que o que estamos buscando conciliar aqui são as duas visões teóricas sobre os fatos históricos da relação EUA – Israel, mais especificamente da influência do *lobby* nessa relação.

Já os fatos históricos, por sua vez, independem da relação de complementaridade que estou salientando entre as duas visões teóricas distintas levantadas. É fato que o *lobby* pró-Israel apresenta um poder de influência muito grande na política dos EUA. Mas também é fato que os EUA se valem de Israel para a concretização de seus interesses no Oriente Médio. Esses são fatos históricos que buscamos explicitar com alguns exemplos ao longo deste trabalho. E eles possuem articulações práticas que ultrapassam as lógicas das teorias que elencamos.

Os fatos estão dados. Mas as construções teóricas a respeito deles estão em um processo constante de confronto e diálogo, de desestruturação e de reestruturação, de reforma e de quebra de paradigmas. Com efeito, buscamos trazer as duas visões levantadas como opostas a um mesmo plano, de tal modo que elas possam ser vistas em conjunto. Isso nos

levou a uma formulação teórico-interpretativa de complementaridade, e não de exclusão, entre as duas visões teóricas sobre o tema.

Mas, então, como é possível harmonizar essas visões teóricas que estão claramente focalizando pontos diferentes, e que por isso parecem contraditórias? Nosso argumento é que, como construções teóricas, essas visões compreendem partes da verdade do fato como um todo. Assim, tais visões, que parecem contraditórias a princípio, podem ser vistas como complementares se ampliarmos nosso foco para olhar a questão de uma maneira mais holística. Em outras palavras, é possível delinear um novo foco de análise ao olharmos para as duas teorias conjuntamente. Separadamente, elas possuem focos distintos, mas, conjuntamente, um novo foco pode ser traçado.

Como bem se sabe, ao estudarmos um fato, é importante, além de atentarmos para o fato em si, observar as diferentes visões dos estudiosos que já trabalharam o fato. Cada um desses estudiosos traz consigo todo um arcabouço de conhecimento, de tal forma que é praticamente impossível chegar a uma análise totalmente idêntica à de outro pesquisador, principalmente nas ciências humanas. O fato que analisam é o mesmo. Mas sua interpretação sobre os fatos pode claramente divergir por darem ênfase em um ou outro aspecto. Com efeito, pode ser que, ao olharmos interpretações que focalizam pontos diferentes, quando colocamo-las em diálogo, obtenhamos, ao invés de desarmonia, uma maior riqueza de pormenores.

Sabendo das limitações de se usar uma ilustração simples para explicar um fato complexo, cremos que nesse ponto podemos nos valer desse instrumento como ferramenta útil para trabalharmos o tema. Vamos a um exemplo: em um curso de desenho, dois alunos enxergam um mesmo objeto. Porém, estão em ângulos diferentes, e, por isso, podem retratar o objeto de uma maneira mais ou menos diferente. Pode ser que os dois alunos, que buscaram retratar fielmente o mesmo objeto, façam desenhos diferentes, por mais métodos e escalas padronizadas que utilizem. Mas ambos não deixam de retratar o mesmo objeto. E o ponto a que queremos chegar é que, colocando esses desenhos lado a lado, podemos conhecer melhor os diversos ângulos do objeto retratado. Assim, ainda que estejamos tratando no âmbito da interpretação teórica do fato, podemos inferir que essa visão conjunta e mais ampla das teorias pode nos ajudar a compreender melhor o fato em análise.

O objeto analisado – a influência do *lobby* pró-Israel na política dos EUA – não está plenamente esgotado nas duas teorias selecionadas. Mas essas duas concepções sobre esse objeto, quando em conjunto, nos mostram mais fielmente o fato. E, olhando de uma maneira mais ampla, as concepções inicialmente controversas podem ser harmonizadas.

Nessa perspectiva teórica mais ampla, parece ser possível começarmos a entender como, simultaneamente, os EUA se valem de Israel para a promoção de seus interesses na região do Oriente Médio, e, ao mesmo tempo, Israel apresenta grande poder dentro dos EUA através do *lobby*, de grupos de interesse pró-Israel, e especialmente do AIPAC na política interna e externa estadunidense.

Lembrando que esses fatos não dependem da lógica dos autores; mas a lógica dos autores nos ajuda na busca pela compreensão desses fatos.

5.3 Uma sucinta recapitulação da relação EUA – Israel no tocante ao AIPAC: da Guerra Fria aos dias atuais – a mudança no sistema internacional e a permanência da aliança

Passamos agora a um pequeno recorte histórico da relação entre EUA e Israel que se constituiu em pano de fundo para o surgimento do AIPAC, e que, portanto, se articula com a base teórica exposta acima.

> Quando se criou o Estado de Israel o mundo nos olhou [judeus] com admiração e simpatia. Aquilo foi maravilhoso, mas, sob a superfície do que se pode chamar, generalizando, de consciência nacional, instalou-se certa desorientação, um mal-estar. Ali se desintegraram os mecanismos de defesa que sempre mantiveram os judeus orientados no mundo, atentos aos riscos, capazes de sobreviver. Sentiram que algo estava errado, que as pistas que sempre os orientaram ao longo dos caminhos haviam deixado de funcionar. Se não-judeus elogiam judeus, ou dispõem-se a fazer alianças, algo deve estar errado. Deve haver algo de sinistro por trás disso. As coisas não são mais como sempre foram. E isso assusta.
> Desde então temos trabalhado febrilmente para restabelecer o que conhecíamos como normalidade. Inconscientemente, fazemos o possível para voltar a ser odiados, para que possamos nos sentir em casa, em um ambiente conhecido.
> Se há, pois, alguma conspiração, é nossa conspiração contra nós mesmos. Não vamos sossegar enquanto o mundo não voltar a ser antissemita, e sabemos como fazê-lo. (AVNERY, 2012, p. 54-55).

Nesse excerto pungente, o autor israelense aponta alguns motivos pelos quais Israel passou de bem-quisto, logo após o Holocausto, a odiado, posteriormente. Durante muito tempo, os judeus foram perseguidos na Europa cristã: vítimas de diásporas, confinamentos em guetos, leis discriminatórias e opressivas. Tanto que, com o tempo, os judeus acabaram desenvolvendo mecanismos de defesa mental e física, mecanismos de sobrevivência. Entretanto, após o Holocausto, tudo mudou drasticamente. O mundo passou a olhá-los de outra forma.

Samuel Feldberg (2008) expõe, nesse mesmo sentido, que o início da relação EUA – Israel, durante a administração Truman, foi influenciado por um forte componente

humanitário. O Presidente estadunidense acreditava, assim como exposto por Avnery (2012) acima, que o sofrimento e as perdas do Holocausto deveriam ser, de alguma forma, compensados.

No entanto, Feldberg acrescenta:

> Curiosamente, o apoio de Truman à criação do Estado de Israel, baseado no princípio da autodeterminação, implica uma 'aberração', já que a maioria da população da Palestina na época era árabe, e o havia sido por vários séculos. Pode-se entender como equilibrador deste componente humanitário a necessidade de compensar o apoio soviético à partilha e a necessidade, percebida pelos EUA, de projetar a imagem de defensor do lado mais fraco na disputa. (FELDBERG, 2008, p. 202).

Por isso, é importante atentarmos agora um pouco para o contexto histórico em que nasceu o AIPAC. Isso nos auxilia a entender sua formação, seus desafios, suas facilidades, sua consolidação. Feldberg (2008) faz um breve resumo histórico objetivo sobre a ação dos EUA com relação a Israel desde a criação deste Estado (1947-1948) até a Guerra do *Yom Kippur* (1973):

> Os Estados Unidos tiveram participação vital na criação do Estado de Israel [1947-1948], afastaram-se por dez anos, foram os responsáveis pela evacuação [do Egito] da península do Sinai em 1957 e se tornaram o principal aliado israelense na disputa com os países árabes alinhados com a União Soviética. A guerra de outubro de 1973 [*Yom Kippur*] levou os Estados Unidos a uma posição preeminente no Oriente Médio, como a potência capaz de manipular as relações entre Israel e Egito, após o afastamento da União Soviética deste último. (FELDBERG, 2008, p. 20-21).

Ainda assim, com esse hiato inicial e algumas oscilações, o mesmo autor aponta para uma certa estabilidade na relação:

> Ao longo dos anos abarcados por este estudo [1948-1973], podemos identificar variações extremas na identidade de interesses entre Israel e os Estados Unidos, embora se mantenha constante o compromisso norte-americano com a sobrevivência do estado israelense. (FELDBERG, 2008, p. 22).

No início da Guerra Fria, a URSS vinha ganhando forças; por seu aparato militar, era capaz de conquistar a Europa Ocidental – exceto a Inglaterra – e o Oriente Médio. Os EUA, por sua vez, poderiam investir contra os soviéticos nesses territórios; porém, os custos seriam muito maiores do que os benefícios. No tocante à Ásia, a situação se torna ainda mais difícil para os EUA, e, portanto, favorável à URSS (FELDBERG, 2008, p. 32). Em Berlim, o bloqueio da URSS, com o objetivo de pressionar o Ocidente a envolvê-la nas negociações sobre o controle da Alemanha Ocidental, força os EUA a tomarem uma posição mais clara e

negociar, pois, se não se posicionassem firmemente e não dialogassem, perderiam a Alemanha por completo. No ano de 1949, a Alemanha, junto com sua capital Berlim, ficou dividida entre República Federal da Alemanha (RFA) e República Democrática Alemã (RDA); esta, com capital em Berlim Oriental, sob o regime comunista da URSS, e aquela, com capital em Berlim Ocidental, como zona de influência dos EUA e aliados capitalistas (A DIVISÃO..., 2013).

Diversos acontecimentos mundiais nesse início de Guerra Fria "[...] levaram ao surgimento de uma atmosfera de crise nos Estados Unidos e à percepção de que o Ocidente estava perdendo sua batalha contra a ameaça comunista." (FELDBERG, 2008, p. 34). As tensões que culminaram na Guerra da Coreia (1950-1953) a dividiram em duas, sendo a do sul apoiada pelos EUA e aliados, e a do norte, pela URSS e pela China. Na China sob Chiang Kai-shek, a fragmentação e a descentralização do poder central, e o consequente fortalecimento das autoridades provinciais, acabaram levando ao domínio comunista. Na Ásia, o Vietnã foi o "[...] principal foco de penetração soviética [...]" (FELDBERG, 2008, p. 33). A URSS apoiava o nacionalismo nativo, o que ocasionava o declínio do domínio do Ocidente e o impedimento a seu acesso aos recursos estratégicos na região, e, por conseguinte, impulsionava a expansão da influência comunista. A negociação se tornava cada vez mais difícil para os EUA. A URSS avançava em sua influência em países fora da chamada "cortina de ferro", isto é, fora de sua área de influência mais contígua, adjacente. Mesmo a Europa Ocidental e o Oriente Médio se viam suscetíveis à influência soviética. Países-chave como Alemanha, Itália, França e Grécia eram alvos da URSS. Nesse contexto, os EUA criam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, no intuito de proteger a Europa Ocidental de uma invasão soviética (FELDBERG, 2008, p. 33-34).

É nesse contexto de tensões da Guerra Fria brevemente descrito que emerge nosso objeto principal: o AIPAC. É verdade que nem sempre o AIPAC foi a organização multimilionária e tão bem sucedida que é hoje. Isaiah Kenen – fundador e primeiro Diretor Executivo do AIPAC –, recebia, em 1954 – ano em que surgiu o AZCPA, o braço do AZC que foi o precursor do AIPAC –, um salário anual de US$ 13 mil. Isso era algo em torno de 20% do orçamento anual do AIPAC, que era então de cerca de US$ 65 mil (SOLOMON, 1993).

Algumas razões que dificultaram as finanças do AIPAC em seus primeiros anos foram: 1) que o AIPAC, para poder fazer *lobby* de acordo com a lei, não possui um *status* como isento de impostos, tendo que arcar com tais despesas; 2) os indivíduos abastados da comunidade judaica estadunidense optavam por apoiar outras organizações que eram isentas

de impostos e já mais consolidadas e confiáveis; e 3) os judeus estadunidenses acreditavam inicialmente que Israel é quem deveria subsidiar o AIPAC, já que a organização advoga diretamente os interesses desse país (SOLOMON, 1993).

No entanto, essa postura começou a mudar, de acordo com o contexto internacional histórico explicitado no início deste trabalho. O cenário da Guerra Fria no Oriente Médio, e mais especificamente o conflito árabe-israelense que ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias (1967), foi o gatilho que impulsionou a mudança na visão da comunidade de judeus e outros cidadãos estadunidenses sobre Israel, e, consequentemente, sobre o AIPAC. Nesse conflito divisor de águas, a atitude para com o AIPAC mudou completamente. O apoio a Israel no governo e na sociedade dos EUA cresceu então de maneira bastante significativa, como foi explicitado no decorrer do trabalho.

Isso chegou a se reverter de tal forma que, atualmente, alguns judeus estadunidenses chegam até a enviar contribuições em dinheiro para os candidatos em Israel. É verdade que as eleições em Israel são diferentes das estadunidenses. Nos EUA, são empreitadas multimilionárias; enquanto em Israel, se dá um processo mais enxuto e regulamentado. Nos EUA, as maiores despesas que os candidatos enfrentam são as de divulgação na mídia. Já em Israel, o espaço dado na mídia é fornecido gratuitamente, em conformidade com o tamanho do Partido na eleição geral anterior. No contexto israelense, os Partidos são proibidos de utilizar seus próprios fundos para adquirir qualquer tempo adicional; e os fundos fornecidos pelo Estado para a campanha são usados também para quitar grande parte das demais despesas, ocasionando campanhas bem menos estrondosas (GUTTMAN, 2015).

Porém, um fato importante sobre Israel é que, assim como nos EUA, cidadãos estrangeiros não podem fazer doações em dinheiro a Partidos políticos. Desse modo, os cidadãos estadunidenses que almejem fazer doações a candidatos israelenses, só o podem fazer a candidatos específicos individualmente e nas eleições primárias – as eleições que ocorrem dentro do próprio Partido para ver quem vai concorrer na eleição geral –. Isso, para os poucos Partidos que fazem eleições primárias. Nessas eleições, os candidatos individuais lutam de todas as maneiras para conseguir o máximo de votos dos membros de seu Partido, para alcançar assim uma classificação alta na lista de candidatos que seu Partido envia para a eleição geral. Com efeito, a ascensão de um determinado candidato ao *Knesset*[48] é decidida

[48] *Knesset* é o nome dado ao parlamento israelense. Ele é constituído de apenas uma câmara legislativa, isto é, é unicameral, e, portanto, diferente do sistema bicameral dos EUA e do Brasil. Ele conta com 120 parlamentares eleitos para um mandato de quatro anos, e elege o governo e o presidente do país. Como característico do sistema parlamentarista, o presidente é o chefe de Estado, um cargo mais simbólico, e o primeiro-ministro é o chefe de governo, quem realmente toma as decisões. Porém, o primeiro-ministro não é eleito diretamente pelo cidadão, embora tenha se tentado fazer dessa forma algumas vezes – 1996, 1999 e 2001 –, sem muito sucesso.

por quantos assentos o Partido desse candidato ganha nas eleições gerais, e de quanto mais no topo da lista de seu Partidos tal candidato está (GUTTMAN, 2015).

Retomando, pois, um pouco do pano de fundo histórico, a relação entre EUA e Israel foi então se consolidando durante a segunda metade do século XX, no contexto da Guerra Fria. No âmbito econômico, um dos setores mais importantes dessa aliança, "A relação financeira entre Estados Unidos e Israel se tornou progressivamente integrada desde o Acordo de Livre-Comércio (ALC) bilateral de 1985, o primeiro ALC assinado pelos Estados Unidos." (KOPP, 2014, tradução nossa; UNITED STATES OF AMERICA, 2015).

Um outro fato digno de nota na história do AIPAC, é que essa organização chegou a ser investigada pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI) [Serviço Federal de Investigação] nesse mesmo período, entre os anos de 1984 e 1987. A questão era a posse de documentos confidenciais do *Office of the United States Trade Representative* (USTR) [Câmara de Comércio dos Estados Unidos][49] por parte do AIPAC (FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION, 1986; SMITH, 2010; WEISS, 2015a).

Esses, dentre outros fatos, vistos no contexto histórico aclarado, nos ajudam a enxergar um pouco melhor o amplo escopo do poder de influência e da atuação do AIPAC na política estadunidense.

Com o fim da Guerra Fria, a aliança EUA – Israel, mesmo com algumas inflexões, parece continuar firme. Sobre essa aliança no período mais contemporâneo, Feldberg (2008) delineia o seguinte cenário:

> A discussão está longe de esgotar-se; muitos alegam que a luta contra o terrorismo substituirá a contenção dos aliados radicais da URSS, mantendo a importância de Israel como aliado. Por outro lado, não faltam os que acreditam que Israel deveria adotar uma postura atômica declarada. O estrategista israelense Shai Feldman acredita que Israel deveria retirar-se dos territórios ocupados, declarando ao mesmo tempo sua capacidade nuclear e estabelecendo a fronteira de 1967 como seu 'gatilho' (FELDMAN[50], 1997, p. 95). Enquanto isso não acontece, é provável que a política norte-americana até agora adotada, de garantir a supremacia militar

A eleição direta do primeiro-ministro não gerava governos estáveis, por nem sempre eleger alguém dos partidos que tinham maioria no parlamento. O primeiro-ministro é, então, indicado pelo presidente após consulta aos partidos políticos representados no *Knesset*. Geralmente, mas nem sempre, o primeiro-ministro pertence ao partido que possui o maior número de assentos no parlamento. É analisado se esse partido e candidato são os que têm mais chance de construir um governo estável. Se aprovado, tal partido recebe o mandato do presidente para formar um gabinete. Se esse partido consegue compor um gabinete que ganha confiança do *Knesset*, o chefe desse gabinete é eleito primeiro-ministro.

[49] O USTR é um órgão criado, na estrutura do Poder Executivo, que funciona como um mediador entre interesses competidores no que tange a política comercial dos EUA, tanto no âmbito interno – entre o governo (burocracias) e instituições privadas ou indivíduos – quanto no internacional – entre países (CINTRA; PEREIRA, 2009, p. 154).

[50] FELDMAN, Shai. **Nuclear Proliferation and Arms Control in the Middle East**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.

> convencional israelense, continuará a contribuir para manter intacta a capacidade de dissuasão de Israel. (FELDBERG, 2008, p. 209).

Em outras palavras, Israel ainda continua sendo visto pelos EUA como um aliado estratégico no Oriente Médio, mesmo com a postura política menos conciliadora e mais irredutível de seu Primeiro-Ministro. E, nesse contexto, alguns estrategistas israelenses, como Feldman (1997 apud FELDBERG, 2008), advogam que Israel deveria, ao mesmo tempo em que retira-se dos territórios da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental – os territórios ocupados –, asseverar sua capacidade nuclear como um "gatilho", um instrumento de dissuasão contra qualquer investida que buscasse ameaçar suas fronteiras oficiais de antes da Guerra dos Seis Dias (1967).

Bem recentemente, no mês de dezembro de 2014, passaram no Congresso dos EUA duas leis que explicitam que a aliança entre EUA e Israel permanece forte – mesmo com as últimas turbulências entre Obama e Netanyahu –, bem como a influência do AIPAC na política externa estadunidense (AIPAC, 2014c).

A primeira dessas leis foi aprovada no Congresso no dia 3 de dezembro de 2014, e ficou conhecida como *United States-Israel Strategic Partnership Act of 2014* [Ato de Parceria Estratégica entre Estados Unidos e Israel de 2014] (UNITED STATES OF AMERICA, 2013). A proposta foi introduzida pela Representante Republicana Ileana Ros-Lehtinen[51], do estado da Flórida, em 4 de março de 2013. A maioria dos que votaram a favor são, como Ros-Lehtinen, Republicanos, que são atualmente – 2014-2015 – a maioria na Câmara dos Representantes. Foram 223 Republicanos e 187 Democratas a favor. Sete Republicanos e doze Democratas se abstiveram. E houve apenas um voto contrário. E foi de um Republicano: Thomas Massie[52], do estado de Kentucky (UNITED STATES OF AMERICA, 2014i).

Essa lei figura entre as iniciativas mais amplas e decisivas que o *lobby* pró-Israel apoiou no biênio 2013-2014. Dentro desse *lobby*, o AIPAC foi o principal grupo responsável por incentivar e aclamar publicamente esse ato entre os congressistas, e a encorajar que os cidadãos exercessem uma pressão em seus congressistas para assinarem esse documento.

Nesse documento, Israel é formalmente reconhecido como um "importante parceiro estratégico" pelos EUA; reconhecimento esse, não concedido em lei a nenhum outro país. As

[51] Ros-Lehtinen teve presença confirmada para discursar na conferência política anual do AIPAC que se deu nos três primeiros dias de março de 2015 (AIPAC, 2015b). Essa Representante apresenta um histórico de várias ações pró-Israel no Congresso e de grandes contribuições financeiras recebidas de PACs pró-Israel.

[52] Massie já tem algumas outras posturas que contrariam a maioria dos outros congressistas. Por exemplo, votou contra a proposta presidencial de intervenção dos EUA na Síria, no armamento e treinamento de insurgentes contra o governo sírio. Ele afirmou que, na luta contra o "Estado Islâmico" – grupo que surgiu no Iraque, mas tem também atuado de maneira pungente na Síria –, atacar o governo do país, teria poucos efeitos positivos (CONGRESSMAN THOMAS MASSIE, 2014).

três principais medidas decididas nessa proposta são: 1) autorização do desenvolvimento de equipamentos militares estadunidenses adicionais em Israel para serem usados em tempos de crises; 2) israelenses não necessitam mais de visto para viajarem aos EUA (*Visa Waiver Program*); e 3) criação de um quadro para expandir a cooperação em setores estratégicos como energia, segurança cibernética, agricultura, água e segurança nacional.

No tocante à segunda medida pró-Israel aprovada no Congresso nesse mesmo mês, no dia 13 de dezembro de 2014, dez dias após a primeira, foi aprovado o *Annual Spending Bill* [Relatório de Despesas Anuais]. Esse documento visa estreitar ainda mais a relação entre os dois países e nele constam itens como:

a) US$ 3,1 bilhões em assistência dos EUA para a segurança nacional de Israel. Essa é a quantia total prometida em um documento de agosto de 2007 – *Memorandum of Understanding* [Memorando de Entendimento], que visava a auxiliar Israel a lidar com as eventuais ameaças à sua segurança (MEMORANDUM..., 2007)[53];
b) US$ 619 milhões para o programa de defesa anti-mísseis dos EUA e de Israel, incluindo o *Iron Dome* [Cúpula de Ferro], *The Arrow* e *Arrow II* [A Seta ou A Flecha I e II], e *David's Sling* [Funda de Davi];
c) fica requerido à administração submeter relatórios mensais ao Congresso das negociações sobre o Irã no âmbito do chamado P5+1[54], no intuito de fiscalizar o programa nuclear do Irã; e
d) fica restrito o fluxo de dinheiro à ANP, se essa continuar a recorrer à ONU para se tornar um Estado, e continuar sua aliança com o *Hamas* e seus incitamentos contra Israel (AIPAC, 2014c).

Bruck (2014) afirma que o AIPAC tem apresentado atualmente um decréscimo em seu poder de influência na política dos EUA. E isso pode ser constatado mais claramente no que tange à relação dos EUA com o Irã. O AIPAC tem buscado influenciar o Congresso dos EUA a intervir militarmente no Irã para deter seus avanços na tecnologia que pode ser usada para armamentos nucleares. Nesse mesmo contexto, o AIPAC busca esfriar as relações diplomáticas entre Washington e Teerã, ainda que sem grandes sucessos.

Nem tudo o que o AIPAC – como principal representante do *lobby* pró-Israel, e associado aos PACs pró-Israel – tentou, ele conseguiu. Citemos um exemplo de 2010: nas

[53] Para uma análise mais detalhada, conferir: SHARP, Jeremy M. **U.S. Foreign AID to Israel**. Congressional Research Service, Apr. 11th 2014. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33222.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

[54] P5+1 é o grupo formado em 2006 pelos cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU (EUA, China, França, Rússia, Reino Unido), adicionada a Alemanha, com o objetivo de efetuar negociações, estudos e fiscalizações sobre o programa nuclear do Irã.

eleições do Senado no estado de Kentucky, o último candidato que eles queriam que fosse eleito era Rand Paul. Esse candidato, apesar de algumas vezes formular projetos de lei que vão a favor de Israel, ele não o faz de maneira incondicional, isto é, a despeito da conduta de Israel estar equivocada e prejudicando a outros. Por isso, Paul tem sido visto pelo AIPAC como um político não tão vantajoso em ser apoiado. Olhando para alguns números, os PACs pró-Israel contribuíram com US$ 33.500 a Trey Grayson, oponente de Paul nas eleições primárias do Partido Republicano em Kentcky. Mesmo assim, Paul venceu as primárias. Não satisfeitos, os PACs pró-Israel contribuíram com US$ 16.250 ao candidato Democrata Jack Conway, que concorreu com Paul nas eleições gerais ao Senado por Kentucky. As contribuições desses PACs aos adversários de Paul chegaram a um total de quase US$ 50 mil, somando primárias e gerais. Paul, por sua vez, recebeu apenas US$ 2 mil de PACs pró-Israel, mas ainda assim venceu as eleições (McMAHON, 2014).[55]

Walt, contudo, afirmou em uma entrevista recente que o AIPAC, mesmo com esse declínio de influência, não pode ser negligenciado. O autor destaca que há outros grupos importantes que influenciam a política dos EUA para Israel, mas continua asseverando a proeminência do AIPAC. Walt cita um fato do presente para exemplificar essa influência que continua clara:

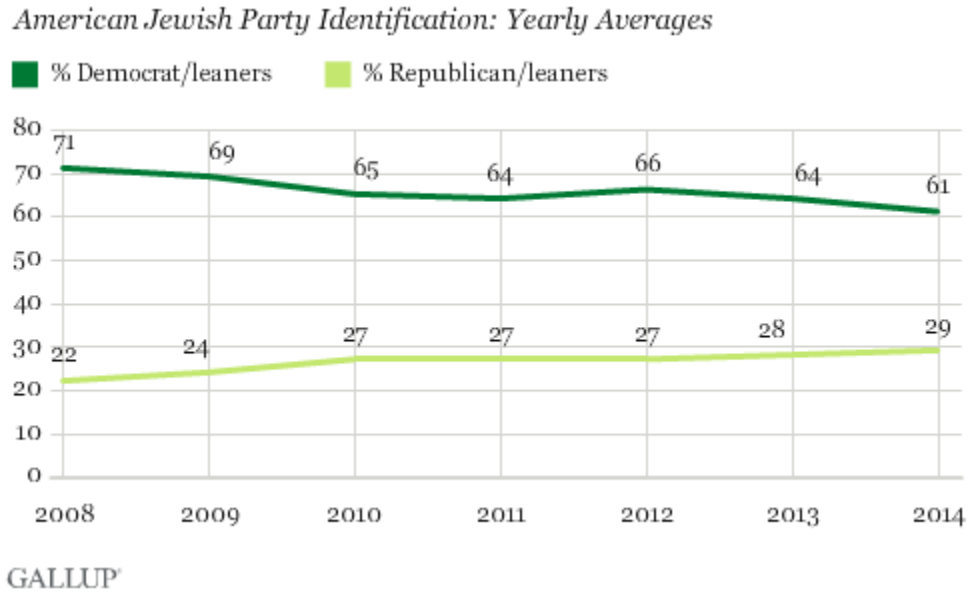
> Apesar das diferenças e tensões – às vezes públicas – entre John Kerry e Benjamin Netanyahu, o apoio dos EUA a Israel nunca foi questionado. Nenhum político americano sonharia, por exemplo, ameaçar cortar os fundos disponibilizados anualmente para o governo de Israel (cerca de três bilhões de dólares), com o intuito de pressionar o país, e o que recebe em troca é uma atitude diferente por parte de Netanyahu. (MUCCI, 2014, tradução nossa).

De acordo Walt (MUCCI, 2014), duas mudanças principais ocorreram desde que ele e Mearsheimer escreveram seu polêmico artigo em 2006. A primeira é no que tange às críticas sobre a relação entre EUA e Israel. É verdade que muitas críticas ainda são de certa forma veladas e barradas, mas hoje há um notório aumento no número e na dureza das críticas a ambos os países e ao modo como é conduzida essa aliança. A segunda é que Obama, diferentemente de seu antecessor – George W. Bush –, buscou retomar as negociações de paz entre Israel e Palestina; ainda que não tenha sido bem sucedido nessa empreitada. Porém, segundo Walt, muitos estadunidenses creditam tal fracasso à própria postura inflexível de Netanyahu, que teria dificultado as negociações.

[55] É verdade que Rand Paul recebeu contribuições financeiras de muitas outras fontes – indivíduos e PACs –, mas que não são pró-Israel.

Com essas mudanças, o AIPAC ainda busca continuar sendo uma organização bi-partidária, isto é, que conta com o apoio dos partidos Democrata e Republicano. Ele ainda o é; mas não como há algumas décadas atrás. Na atualidade, um número crescente de Democratas começa a ser mais crítico do governo israelense. O apoio vem sendo crescente no Partido Republicano (MUCCI, 2014).

Figura 2 – Identificação partidária dos judeus americanos: médias anuais (2008-2014)



Fonte: NEWPORT, 2015.

Figura 3 – Identificação partidária dos judeus americanos: 2014 – por religiosidade, gênero e escolaridade

American Jewish Party Identification: 2014

By religiosity, gender and education

	Republican/leaners	Democrat/leaners
	%	%
Highly religious	42	46
Moderately religious	32	59
Not religious	24	67
Male	36	54
Female	23	68
High school or less	36	49
Some college	32	55
College graduate	30	62
Postgraduate	25	68

GALLUP

Fonte: NEWPORT, 2015.

De acordo com os dados das Figuras 2 e 3, percebemos que, hoje, 29% dos judeus americanos são Republicanos, sendo em que em 2008 eram 22%. E os judeus americanos Democratas eram 71% em 2008, e hoje são 61%. Isto é, em cerca de sete anos, houve uma mudança significativa no quadro político partidário no que tange aos judeus americanos. Este segmento está em um fluxo crescente no sentido Republicano.

Ademais, fica claro também que o maior número de judeus americanos Republicanos é constituído de homens, altamente religiosos, e com um grau de formação educacional não tão elevado. Por outro lado, a maioria dos judeus americanos Democratas são mulheres, não-religiosas, e com um elevado grau de formação educacional. É claro que não podemos desprezar as outras quantias e porcentagens, mas essa mudança e esses números da maioria revelam novos padrões na sociedade estadunidense, e isso influi na política desse país, e, por conseguinte, em sua relação com Israel.

Nesse contexto, o *lobby* pró-Israel tem buscado se reunir e recobrar suas forças dentro do partido Republicano, para retomar uma maior influência na política dos EUA (WEISS, 2015b).

Mas, mesmo com esse cenário último não tão favorável a relação EUA – Israel, a aliança continua claramente forte. Um dos exemplos finais que podemos utilizar para corroborar essa constatação é o da ajuda financeira dos EUA a Israel. Comparemos os níveis de ajuda externa dos EUA a Israel e à ANP. Já é de se imaginar que haja uma discrepância

descomunal entre essas quantias, mas apenas a título de um exemplo: a ajuda concedida à ANP, desde sua criação na década de 1990, totaliza hoje (2015) US$ 5 bilhões (ZANOTTI, 2014); e enquanto a ANP recebeu US$ 5 bilhões em pouco mais de uma década, Israel continua a receber dos EUA mais de US$ 3 bilhões por ano.

Realizamos, pois, nesta subseção um apanhado de fatos sobre o AIPAC e o contexto histórico que o sustentou durante e após a Guerra Fria, chegando até aos dias mais recentes. Passaremos então às considerações finais, sabendo ainda que muito resta a ser escrito para compreender o objeto deste trabalho em sua totalidade. Mas mesmo este sucinto contexto histórico sobre a relação EUA – Israel como pano de fundo da criação e consolidação do AIPAC nos demonstra que, apesar de uma mudança no ordenamento do sistema internacional após a Guerra Fria, a aliança estreita entre os dois países não se desfez. Assim, o contexto que motivou e possibilitou a criação do AIPAC se desfez, mas a organização continua viva e operante, assim como a relação entre EUA e Israel.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho contemplar primeiro um contexto histórico das relações entre EUA e Israel, a qual se iniciou no âmbito na Guerra Fria: a era do conflito bipolar no sistema internacional entre EUA e URSS, a pugna político-ideológica das duas superpotências por expandir ao máximo sua zona de influência no globo. Simultaneamente, nesse contexto histórico, o contexto geográfico do Oriente Médio também exerceu grande influência político-estratégica para os desdobramentos da relação entre os dois países em questão.

E dentre as principais variáveis que podem contribuir para compreendermos melhor a relação entre esses países está elencado o fator *lobby*. Para compreender o papel do *lobby* pró-Israel nessa relação, elegemos duas perspectivas teóricas bem consolidadas sobre o tema: 1) a de Mearsheimer e Walt; e 2) a de Chomsky, Achcar e Finkelstein. Escolhemos esses autores pois são alguns dos principais nomes que já trabalharam o tema na contemporaneidade. Nos primeiros, aclarou-se a importância e o poder do *lobby* pró-Israel na formulação e execução da política interna e externa dos EUA. Nos segundos, ressaltou-se o fato de que essa relação tinha por base o interesse nacional dos EUA.

Na realidade, ao buscarmos o diálogo entre essas duas visões, apenas colocamos em um mesmo plano uma interlocução que já estava se desenvolvendo há muito tempo, e de maneira muito mais profunda e pormenorizada do que neste trabalho. O diálogo entre tais autores é claro e se encontra muita bibliografia a esse respeito.

O que intentamos então foi trazer esse debate a um mesmo plano mais simples e sintético. Com todas as limitações reconhecidas nesse amálgama das duas visões, percebemos que essas perspectivas teóricas podem ser vistas como um todo, a partir de uma complementaridade entre elas. Como objetivamos aclarar na Seção 5, as visões teóricas distintas podem ser complementares ao atentarmos para o fato de que eles não discordam da veracidade dos argumentos um do outro, mas sim do peso e da centralidade que dão a cada fator que poderia explicar a relação de proximidade entre EUA e Israel.

Corremos o risco de sermos simplistas ao tentar transpor esse caudaloso e complexo diálogo para um trabalho como este. E mesmo as próprias visões principais que escolhemos sobre os fatos históricos abarcados neste trabalho não podem ser tidas como totais e completas, de tal modo que o tema tenha se esgotado.

Sabemos também que os fatos históricos não dependem das teorias que são construídas a seu respeito. Mas as teorias nos ajudaram a compreender, ainda que em parte, nosso objeto neste estudo.

Não tentamos aqui conciliar os fatos que pareceram ser contraditórios, mas sim as visões que pareciam ser opostas. E ao tentarmos conciliá-las, nos deparamos com o fato de que elas não são duas interpretações fechadas e mutuamente excludentes, mas que, observadas de uma maneira conjunta e mais ampla, dialogam entre si. Assim, elas nos auxiliaram a entender um pouco melhor os ditos fatos que realmente são opostos, a saber: 1) que o *lobby* pró-Israel – mais especificamente o AIPAC – tem uma grande influência na política dos EUA; e 2) que os EUA, por sua vez, se valem de Israel de acordo com seu interesse nacional.

Um próprio argumento de Finkelstein – um dos principais autores trabalhados – nos auxiliou a enxergar essa perspectiva teórica conciliadora:

> No atual e turbulento debate sobre o papel do *lobby* pró-Israel na formulação e execução das políticas dos EUA no Oriente Médio, o quadro de análise 'ou-ou' – dando primazia ou ao *lobby* pró-Israel ou aos interesses estratégicos dos EUA – não é, na minha opinião, muito útil. (FINKELSTEIN, 2006, grifo nosso, tradução nossa).

Ou seja, o próprio autor nos aponta para uma perspectiva de visão mais ampla e diz que enxergar esses dois fatos históricos inegáveis como mutuamente excludentes não é algo proveitoso. Como foi dito, os fatos independem das teorias e estão lá, presentes e objetivos. Mas as teorias que salientavam pontos importantes, porém distintos, desses fatos, são profícuas para um melhor discernimento sobre esses fatos.

Mesmo Mearsheimer e Walt, ao salientar o poder de influência do *lobby*, não afirmaram que esse grupo controla todos os aspectos da política dos EUA para o Oriente Médio, nem que o *lobby* é a única razão da aliança entre EUA e Israel, nem que foi bem-sucedido em todas as suas empreitadas recentes, como por exemplo, nas difíceis relações com o Irã.

Por isso, este trabalho busca, primeiro, apenas salientar e colocar essas duas perspectivas teóricas em um mesmo quadro. Tanto a influência do *lobby* pró-Israel na política estadunidense como a condução dessa política que visa a seus interesses ao valer-se da aliança com Israel são fatos patentes. E a reunião das teorias apresentadas nos permitiu fazer inferências e conceber melhor esses fatos. Embasados, pois, nesse quadro teórico, analisamos então o grupo mais conhecido e influente no escopo desse *lobby* pró-Israel: o AIPAC.

Vimos que o AIPAC não é a única instituição que buscou favorecer a aliança EUA – Israel, nem é a única organização dentro do que é chamado de *lobby* pró-Israel. Essa organização teve outras que a antecederam e a originaram, em um contexto histórico que motivou e possibilitou sua criação e seu desenvolvimento: a Guerra Fria. E dentro do que

chama-se de *lobby* pró-Israel estão indivíduos e grupos que buscam atuar na política estadunidense em um sentido favorável a Israel, e de sua relação especial com os EUA. O AIPAC é, dentre esses, o mais destacado por uma série de fatores que buscamos expor ao longo do trabalho: seu *lobby* direto tanto no Executivo quanto no Congresso, suas propagandas midiáticas, sua comunicação e atuação como fonte de informações aos políticos e à população/eleitores, além do item destacado dentro da Subseção 4.1.2.1 deste trabalho - as contribuições financeiras aos políticos, algo intrinsecamente ligado às votações.

Constatamos que o AIPAC em si não envia dinheiro diretamente aos políticos, pois seu *status* perante a lei não o permite. Contudo, apuramos que há uma certa articulação que tentamos aclarar entre o AIPAC e os chamados PACs, que são organizações criadas exatamente com este fim: levantar fundos para as campanhas dos políticos, no intuito de eleger alguns, e, consequentemente, derrotar outros.

Para compreendermos melhor essa articulação, é importante notar que: de um lado, o AIPAC influencia os eleitores; e de outro, influencia os políticos. Aos primeiros, o AIPAC empenha-se em fazer uma propaganda forte e provê-los de informações claras, objetivas e comprometidas com sua visão pró-Israel. Aos segundos, o AIPAC dedica-se a muni-los de relatórios e pesquisas apuradas, precisas e também comprometidas com seus interesses pró-Israel. Ao fazer essa via de mão dupla, o AIPAC exerce uma dupla influência: influencia os eleitores, ao provê-los de informações que demonstram um ponto de vista pró-Israel, e ao equipá-los com as ferramentas e diretrizes para efetivar seu apoio a esse país; e influencia os políticos, ao prover-lhes dados empíricos pró-Israel, inculcando-lhes os benefícios da aliança com Israel, e ao mesmo tempo, pressionando-os a constatarem que sua postura pró-Israel será altamente recompensada com votos e contribuições financeiras dos indivíduos e grupos pró-Israel, dentre os quais destacamos os PACs.

Assim, podemos inferir que o serviço do AIPAC – sua pesquisa apurada e comprometida, aliada à pressão midiática –, tanto junto aos políticos quanto aos eleitores, acaba influindo na direção dos fluxos de contribuições financeiras levantadas pelos PACs pró-Israel, e, consequentemente, também nas votações da população e dentro do próprio governo.

A ação do AIPAC salienta os assuntos e questões relacionadas a Israel na política estadunidense, e também evidencia os políticos que estão de acordo com seus objetivos pró-Israel. Com efeito, isso demonstra aos PACs e indivíduos pró-Israel quais serão os receptores mais profícuos de suas contribuições financeiras e seus votos.

A estrutura do AIPAC em quatro departamentos lhe confere uma atuação em esferas distintas da política dos EUA. Executivo, Legislativo são fortemente pressionados, de um

lado; e, de outro, a população é também motivada e capacitada a se engajar na política através dos mecanismos dos Departamentos Pesquisa e Desenvolvimento Político do AIPAC. Todos esses Departamentos trabalham em sintonia para essa dupla pressão nos políticos e na população como um todo.

Foi levantada também, de uma maneira geral, a questão da opinião pública estadunidense sobre Israel. Os fatos analisados nos levaram a entender que há uma certa convergência de interesses entre os cidadãos estadunidenses com relação a Israel. Mas também ficou claro que a pressão do *lobby* contribuiu para a intensificação e disseminação dessa consonância de interesses. Os judeus americanos e os cidadãos estadunidenses já apresentavam certos interesses que, até certo ponto, confluíam com os de Israel. Embora tenha-se presenciado uma identificação maior atualmente entre Republicanos e o governo do *Likud* em Israel, aclarou-se que a aliança entre os dois países perpassou as fronteiras dos Partidos, e permaneceu mesmo com as alternâncias dos governos em ambos; muito embora estes Partidos tenham influído significativamente nas intensificações e distensões da relação EUA – Israel no decorrer do tempo. Mas mesmo a polarização entre os Partidos Republicano e Democrata nos EUA foi perpassada pelas visões dos políticos que apoiavam Israel. Isto é, tanto um como outro Partido apresentavam grande quantia de membros que estavam dispostos a atuar em favor de Israel, sejam quais fossem suas convicções e motivações.

Almejamos, então, nesta pesquisa estudar o AIPAC e sua influência na política dos EUA nos assuntos relacionados a Israel. Esse estudo indicou que o AIPAC desempenhou uma influência decisiva na política estadunidense, e, por conseguinte, em sua relação com Israel. O AIPAC emergiu em um momento chave da história da relação entre EUA e Israel. A mudança de postura dos EUA – antes, de contenção, depois, de aliança – em relação a Israel no período de 1956-1973, da Guerra de Suez até a Guerra do *Yom Kippur*, foi claramente um momento propício para a criação do AIPAC e a estruturação de suas bases de influência.

Sua influência expressa ao longo do trabalho é menor em certos assuntos, como por exemplo, os assuntos que podem levar os EUA à guerra. Essa influência não deixa de existir, mas tem uma probabilidade menor de efetivação, quanto maior a relevância e quanto mais crucial for a questão para os EUA. Ou seja, a influência do AIPAC e do *lobby* pode chegar ao ponto de fazer os EUA agirem contra seu próprio interesse nacional; mas apenas quando olhamos mais a curto prazo. Os EUA cederam em benefício de demandas israelenses, mas também em benefício de sua relação mais de longo prazo.

Torna-se claro que não se pode resumir a explicação da aliança entre EUA e Israel à atuação do AIPAC, nem se pode colocar o AIPAC como o principal responsável pelo

estreitamento da relação entre os dois países. Mesmo Walt reafirmou isso em uma palestra recente (WALT, 2014). O que ele e Mearsheimer fizeram foi, de certa forma, enfatizar um fator explicativo da relação entre esses países que era um tabu e que vinha sendo negligenciado. Mearsheimer e Walt abriram espaço para um debate mais profundo e transparente sobre o tema.

Precisamos sempre lembrar que grande parte do desenvolvimento da aliança entre EUA e Israel se deu pelo contexto histórico do mundo bipolar da Guerra Fria. E, nesse contexto, pode-se perceber que a influência do AIPAC veio se acentuando; no entanto, ao analisarmos as ações de uma maneira mais ampla no tempo e no espaço, infere-se que as concessões limitadas e pontuais dos EUA a Israel foram feitas em benefício de objetivos maiores e mais duradouros nessa relação.

Então, o contexto histórico tornou propícia a criação do AIPAC, e esta organização valeu-se desse contexto para se firmar. O contexto do mundo divido sob a égide de EUA e URSS possibilitou ao AIPAC atuar de uma maneira mais incisiva, ao passo em que a relação entre EUA e Israel se fortalecia. Enquanto os países árabes vizinhos de Israel se alinhavam à URSS, Israel se alinhava aos EUA. Esse cenário foi um solo fértil para os primeiros anos do AIPAC.

Ao mesmo tempo em que os EUA apoiaram Israel, Israel se alinhou aos EUA, e nesse contexto o AIPAC se desenvolveu. Os EUA apoiaram a Israel quando isso não feria seus interesses nacionais, em um prazo mais longo e em um enfoque mais amplo; e Israel se alinhou aos EUA também quando foi conveniente a seus interesses nacionais. O AIPAC construiu seu alicerce sobre o solo fértil da Guerra Fria, edificando sua estrutura de pressão que foi consolidada e permanece ativa ainda hoje. Mesmo com o fim da Guerra Fria, e com algumas inflexões em seu poder de influência, o AIPAC continua decisivamente atuante na política dos EUA, bem como na relação deste com Israel, e em temas correlatos a esse país. O sistema internacional mudou, o solo fértil da Guerra Fria também mudou; mas a aliança entre EUA e Israel permanece sólida, e o AIPAC, exercendo um papel central nessa relação.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, Gilbert; CHOMSKY, Noam. **Estados peligrosos**: Oriente Medio y la política exterior estadounidense. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

ABOUREZK, Jim. The hidden cost of free congressional trips to Israel. **The Christian Science Monitor**, Sioux Fall, S.D., Jan. 26th 2007. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/2007/0126/p09s01-coop.html>. Acesso em: 23 fev. 2015.

A DIVISÃO da Alemanha – de 1945 a 1989: 15 anos de Alemanha reunificada. **Deutsche Welle**, 5 abr. 2013. História. Disponível em: <http://www.dw.de/a-divis%C3%A3o-da-alemanha-de-1945-a-1989/a-958753>. Acesso em: 14 jan. 2015.

AIPAC – The American Israel Public Affairs Committee: America's Pro-Israel Lobby. [S.l.: s.n.]. 2013a. Disponível em: <http://www.aipac.org/>. Acesso em: 26 set. 2014.

_____. **AIPAC CEO Howard Kohr**. Washington, DC, 2014 Policy Conference, 2014b. Disponível em: <http://www.aipac.org/act/attend-events/policy-conference/videos/2014/speeches/kohr>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **AIPAC Policy Conference 2015**: Confirmed Speakers. [S.l.: s.n.]. 2015b. Disponível em: <http://www.policyconference.org/article/confirmedSpeakers.asp>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **AIPAC President Bob Cohen**. Washington, DC, 2014 Policy Conference, 2014a. Disponível em: <http://www.aipac.org/act/attend-events/policy-conference/videos/2014/speeches/cohen>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **Join the Club**. [S.l.: s.n.]. 2013c. Disponível em: <http://www.aipac.org/act/join-the-club>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. **Hot Topic**: Congress Stands with Israel. [S.l.: s.n.]. Dec. 19th 2014c. Vídeo (aprox. 3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAGDA_Zn0IM>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. **How We Work**. [S.l.: s.n.]. 2013b. Disponível em: <http://www.aipac.org/about/how-we-work>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. **Senate Panel Overwhelmingly Adopts Bipartisan Legislation to Bolster Iran Diplomacy**. AIPAC Press Release. [S.l.: s.n.]. 2015a. Disponível em: <http://www.aipac.org/learn/resources/aipac-publications/publication?pubpath=PolicyPolitics%2FPress%2FAIPAC+Statements%2F2015%2F01%2FSenate+Panel+Overwhelmingly+Adopts+Bipartisan+Legislation+to+Bolster+Iran+Diplomacy>. Acesso em: 30 jan. 2015.

AL NAKBA Movie. Portuguese Subtitles. Produzido por *Al Jazeera*. Doha, Qatar. Traduzido para o inglês em 2009. Documentário (200 min.). 2 partes. 1ª parte. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-M9Hm49sS7Y>. 2ª parte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2MTdXChyTlY>. Acesso em: 12 set. 2014.

AVISHAI, Bernard. Netanyahu and the Republicans. **The New Yorker**, New York, Feb. 4th 2015. Disponível em: <http://www.newyorker.com/news/news-desk/netanyahu-republicans>. Acesso em: 5 fev. 2015.

AVNERY, Uri. **Outro Israel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

B'TSELEM - The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. **Statistics**. Jerusalem. Disponível em: <http://www.btselem.org/statistics>. Acesso em: 23 set. 2014.

BARD, Mitchell G. **Mitos e fatos**: a verdade sobre o conflito árabe-israelense. São Paulo: Editora e Livraria Sêfer, 2004.

BOOZ ALLEN & HAMILTON INC. **Operations Security Impact on Declassification Management within the Department of Defense**. Linthicum, MD, Feb. 13th 1998. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/othergov/dod_opsec.html>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRIEGER, Pedro. **El Conflicto Palestino-Israelí**: 100 preguntas y respuestas. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

BROM, Shlomo. The War in Iraq: An Intelligence Failure? **Strategic Assessment**, v. 6, n. 3, Nov. 2003. Disponível em: <http://d26e8pvoto2x3r.cloudfront.net/uploadImages/systemFiles/An%20Intelligence%20Failure.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BRUCK, Connie. Friends of Israel: The Lobbying Group AIPAC Has Consistently Fought the Obama Administration on Policy. It Is Now Losing Influence?. **The New Yorker**, New York, Sep. 1st 2014. The Political Scene. Disponível em: <http://www.newyorker.com/magazine/2014/09/01/friends-israel>. Acesso em: 29 set. 2014.

CARTA, Gianni. EUA e Israel: protegidos por Deus? Entrevista com Mokhtar ben Barka: professor de história e civilização americana da Universidade de Valenciennes. **Carta Capital**, São Paulo, 15 dez. 2014. Internacional. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/830/protegidos-por-deus-6554.html>. Acesso em: 23 dez. 2014.

CAVARI, Amnon. Religious Beliefs, Elite Polarization, and Public Opinion of Foreign Policy: The Partisan Gap in American Public Opinion toward Israel. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 25, n. 1, 2013. Disponível em: <http://portal.idc.ac.il/he/schools/government/research/documents/cavari.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS. **AmeriPAC**: The Fund for a Greater America – Summary. [S.l.: s.n.]. 2014c. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/pacs/lookup2.php?strID=C00271338>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. **Bundlers**: John McCain (R). [S.l.: s.n.]. 2009. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/pres08/bundlers.php?id=N00006424>. Acesso em: 23 jan. 2015.

CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS. **Congressional Elections**: Illinois District 10 Race: 2000 Cycle. Summary Data. [S.l.: s.n.]. 2002b. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/summary.php?id=IL10&cycle=2000>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. _____. Top Industries. [S.l.: s.n.]. 2002a. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/indus.php?id=IL10&cycle=2000>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Congressional Elections**: Illinois District 10 Race: 2002 Cycle. Summary Data. [S.l.: s.n.]. 2013g. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/summary.php?id=IL10&cycle=2002>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. _____. Top Industries. [S.l.: s.n.]. 2013b. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/indus.php?id=IL10&cycle=2002>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Congressional Elections**: Illinois District 10 Race: 2004 Cycle. Summary Data. [S. l.: S. n.]. 2006. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/summary.php?id=IL10&cycle=2004>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. _____. Top Industries. [S.l.: s.n.]. 2013d. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/indus.php?id=IL10&cycle=2004>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Congressional Elections**: Illinois District 10 Race: 2006 Cycle. Summary Data. [S.l.: s.n.]. 2007. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/summary.php?id=IL10&cycle=2006>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____._____. Top Industries. [S.l.: s.n.]. 2013e. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/indus.php?id=IL10&cycle=2006>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Congressional Elections**: Illinois District 10 Race: 2008 Cycle. Summary Data. [S.l.: s.n.]. 2010. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/summary.php?id=IL10&cycle=2008>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. _____. Top Industries. [S.l.: s.n.]. 2013f. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/races/indus.php?id=IL10&cycle=2008>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Lobbying Spending Database Pro-Israel, 2010**. [S.l.: s.n.]. 2015b. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/lobby/indusclient.php?id=Q05&year=2010. Acesso em: 13 fev. 2015.

CENTER FOR RESPONSIVE POLITICS. **Lobbying Spending Database Pro-Israel, 2014**. [S.l.: s.n.]. 2015a. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/lobby/indusclient.php?id=Q05&year=2014>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Maryland Assn for Concerned Citizens**: Contributions to Federal Candidates – 2012. [S.l.: s.n.]. 2013h. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/pacs/pacgot.php?cmte=C00195024&cycle=2012>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. **National Association of Realtors**. 2012 PAC Summary Data. [S.l.: s.n.]. 2013a. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/pacs/lookup2.php?strID=C00030718&cycle=2012>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Rep. Earl F. Hilliard**: Campaign Finance/Money – Summary – Representative 2002. [S.l.: s.n.]. 2003. Disponível em: <https://www.opensecrets.org/politicians/summary.php?cycle=2002&cid=N00003008&type=I>. Acesso em: 9 fev. 2015.

_____. **Rep. Steny H. Hoyer**: Campaign Finance/Money – Summary – Representative 2014. [S.l.: s.n.]. 2014e. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/politicians/summary.php?cycle=2014&cid=N00001821&type=I>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. **Rep. Steny H. Hoyer**: Top 20 Industries contributing to Campaign Committee. [S.l.: s.n.]. Industries. 2014d. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/politicians/industries.php?cycle=2014&cid=N00001821&type=I>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. **Sen. Mark Kirk**: Campaign Finance/Money – Summary – Senator 2014. [S.l: s.n.]. 2014f. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/politicians/summary.php?cid=N00012539&cycle=2014>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. **Super PACs**. [S.l.: s.n.]. 2014b. Disponível em: <http://www.opensecrets.org/pacs/superpacs.php?cycle=2012>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **What is a PAC?**. [S.l.: s.n.]. 2014a. Disponível em: <https://www.opensecrets.org/pacs/pacfaq.php>. Acesso em: 25 set. 2014.

CHRISTIANS UNITED FOR ISRAEL. San Antonio, TX, 2014. Disponível em: <http://www.cufi.org/site/PageServer>. Acesso em: 31 jan. 2015.

CINTRA, Rodrigo; PEREIRA, Demetrius Cesário. Fatores que influenciam na tomada de decisão em política externa. In: DINIZ, Eugenio (Org.). **Estados Unidos**: política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. p. 145-164.

COHEN, Michael J. Truman, the Holocaust and the Establishment of the State of Israel. **The Jerusalem Quarterly**, Jerusalem, n. 23, p. 79-94, Spring 1982. Disponível em: <http://israeled.org/wp-content/uploads/2013/08/Cohen-Michael-Truman.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2015.

CONGRESSMAN THOMAS MASSIE. **U.S. Representative Massie Votes Against Intervention in Syria.** Washington, DC, Sep. 17th 2014. Disponível em:

<http://massie.house.gov/press-release/us-representative-massie-votes-against-intervention-syria>. Acesso em: 22 dez. 2014.

COSTA, Maria de Fátima Machado da. **Michael Walzer**: a Teoria da Guerra Justa e o Terrorismo. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5658/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%A1tima%20Machado%20Costa.pdf >. Acesso em: 15 set. 2014.

CURTISS, Richard H. **Stealth PACs**: Lobbying Congress for Control of U.S. Middle East Policy. 4th Ed. Washington, DC: American Educational Trust, 1996.

DORF, Matthew. AIPAC head of 2 years resigns amid mystery over reason why. **Jewish Telegraphic Agency**, Washington, D.C., May 31st 1996. Disponível em: <http://www.jweekly.com/article/full/3343/aipac-head-of-2-years-resigns-amid-mystery-over-reason-why/>. Acesso em: 18 set. 2014.

EDMOND de Rothschild. **The Rothschild Heritage**: Seven generations. Rothschild family tree. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.edmond-de-rothschild.com/rothschild-heritage/the-family/seven-generations.aspx>. Acesso em: 12 set. 2014.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). Washigton D.C. Jan. 6th 1986. Disponível em: <http://www.irmep.org/ILA/economy/12191985E.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

FEDERAL ELECTION COMMISSION. **Quick Answers to PAC Questions**. Washington, DC. 2015. Disponível em: <http://www.fec.gov/ans/answers_pac.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Separate Segregated Funds and Nonconnected PACs**. Washington, DC. May 2008. Disponível em: <http://www.fec.gov/pages/brochures/ssfvnonconnected.pdf> ou <http://www.fec.gov/pages/brochures/ssfvnonconnected.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel**: uma aliança em questão. São Paulo: Hucitec, 2008.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. Prefácio. In: FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos e Israel**: uma aliança em questão. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 11-16.

FINGUERUT, Ariel. Os Neoconservadores e a Direita Cristã nas administrações de George W. Bush. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH) – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo – RS. **História e Multidisciplinaridade**: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0430.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

FINGUERUT, Ariel. **Os Neoconservadores e a Direita Cristã no governo de George W. Bush**. [S.l.: s.n.]. [200-]. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/ariel2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

FINKELSTEIN, Norman Gary. **Imagem e realidade do conflito Israel – Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. The Israel Lobby: It's Not "Either/Or". **Counterpunch**, Petrolia, May 1st 2006. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/finkelstein05012006.html>. Acesso em: 18 set. 2014.

GILBOA, Eytan. **American Public Opinion toward Israel and the Arab-Israeli Conflict**. Lexington, MA: Lexington Books, 1987.

GOLDBERG, David Howard. **Foreign Policy and Ethnic Interest Groups**: American and Canadian Jews Lobby for Israel. New York: Greenwood Press, 1990.

GRANDE Enciclopédia Barsa. 3. ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2005. 18v.

GROSE, Peter. **Israel in the Mind of America**. New York: Alfred A. Knopf, 1983.

GUTTMAN, Nathan. AIPAC Touts Bipartisanship as Barack Obama Warns Israel to Seek Peace: Israel Lobby Insists It Is on Moderate Path. **The Jewish Daily: Forward**, Washington, DC, Mar. 2nd 2014. Disponível em: <http://forward.com/articles/193693/aipac-touts-bipartisanship-as-barack-obama-warns-i/>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. How Does How Does American Money Influence Israeli Votes?: By Mobilizing Israelis in the U.S. To Fly Home, For Starters. **The Jewish Daily: Forward**, Washington, DC, Jan. 19th 2015. Disponível em: <http://forward.com/articles/212851/how-does-american-money-influence-israeli-votes/?p=1>. Acesso em: 19 jan. 2015.

HISTORY of the Lobbying Disclosure Act. **LobbyingInfo.Org**, [S.l.: s.n.], July 26th 2005. Disponível em: <http://www.lobbyinginfo.org/laws/page.cfm?pageid=15#_ednref11>. Acesso em: 26 dez. 2014.

HOLMES, Robert. **On War and Morality**. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 159-163.

INTERNATIONAL PRESS INSTITUTE. **Use With Care**: A Reporter's Glossary of Loaded Language in the Israeli-Palestinian Conflict. Vienna, Austria; Zurich, Switzerland, 2014. Disponível em: <http://ipi.freemedia.at/fileadmin/resources/application/UseWithCare_ebook.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **American Zionist Movement**. [S.l.: s.n.]. c2008. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/judaica/ejud_0002_0002_0_00978.html>. Acesso em: 15 set. 2014.

JUDIS, John B. **Genesis**: Truman, American Jews, and the Origins of the Arab/Israeli Conflict. New York: Farrar, Straus and Giroux: 2014.

KAUFMAN, Burton I. **The Arab Middle East and the United States**. New York: Twayne Publishers, 1996.

KELLY, Tobias. **Law, Violence and Sovereignty among West Bank Palestinians**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, v. 25, n. 4, July 1947. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/23331/x/the-sources-of-soviet-conduct>. Acesso em: 14 jan. 2015.

KENEN, Isaiah Leo. **Israel's Defense Line**: Her Friends and Foes in Washington. New York: Prometheus Books, 1981.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon and Schuster, 1994.

KLASS, Richard. Is Israel Becoming a Strategic Liability for the United States?. **War on the Rocks**, Washington, DC, Jan. 28th 2015. Disponível em: <http://warontherocks.com/2015/01/is-israel-becoming-a-strategic-liability-for-the-united-states/?singlepage=1>. Acesso em: 28 jan. 2015.

KOPP, Emily. **Pro-Israel: Background**. OpenSecrets.org: Center for Responsive Politics. Apr. 2014. Disponível em: <https://www.opensecrets.org/lobby/background.php?id=Q05&year=2014>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LEVINTHAL, Dave. Ready for Hillary no longer just a super PAC. Change is status allow pro-Clinton group to donate directly to candidates. **The Center for Public Integrity**, Washington, DC, May 28th 2014. Disponível em: <http://www.publicintegrity.org/2014/05/28/14838/ready-hillary-no-longer-just-super-pac>. Acesso em: 12 fev. 2015.

LINDSAY, James M. Congress and Foreign Policy: Why The Hill Matters. **Political Science Quarterly**, v. 107, n. 4, p. 607-628, Winter 1992-1993. Disponível em: <http://www3.nccu.edu.tw/~lorenzo/Lindsay%20Why%20the%20Hill%20Matters.pdf >. Acesso em: 23 jan. 2015.

MASSAD, Joseph Andoni. Blaming the Lobby. **Al-Ahram Weekly**, Cairo, issue n. 787, Opinion, Mar. 23rd-29th 2006. Disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/2006/787/op35.htm>. Acesso em: 23 set. 2013.

MAOZ, Zeev. **Defending the Holy Land**: a critical analysis of Israel's security & foreign policy. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

McGANN, James; WEAVER, Kent (Ed.). **Think Tanks and the Civil Societies**: Catalysts for Ideas and Actions. New Brunswick: Transaction Publisher, 2000.

McGREAL, Chris. US government to drop espionage charges against AIPAC officials: Steve Rosen and Keith Weissman accused of providing US defence secrets to Israeli embassy in Washington. **The Guardian**, Washington, May 1st 2009. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2009/may/01/aipac-israel-lobby-lobbying-washington>. Acesso em: 30 set. 2014.

McMAHON, Janet. The Israel lobby network and coordinated PACs that finance U.S. elections. In: NATIONAL SUMMIT TO REACESS THE U.S.-ISRAEL "SPECIAL RELATIONSHIP", Washington, DC, National Press Club, Mar. 7th 2014. Vídeo (aprox. 13 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJzmAK0hj9g&list=WL&index=12>. Acesso em: 14 jan. 2015.

MEAD, Walter Russell. The New Israel and the Old: Why Gentile Americans Back the Jewish State. **Foreign Affairs**, New York, July/Aug. 2008. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/64446/walter-russell-mead/the-new-israel-and-the-old>. Acesso em: 24 set. 2014.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. Tradução de Otacílio Nunes Jr. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 43-73, nov. 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/03.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. The Israel Lobby. **London Review of Books**, London, v. 28, n. 6, p. 3-12, Mar. 23rd 2006b. Disponível em: <http://www.lrb.co.uk/v28/n06/john-mearsheimer/the-israel-lobby>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING**.** 2007. Disponível em: <http://aidtoisrael.org/downloads/2007israelusmou.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

MERKLEY, Paul Charles. American Christian Support for Israel. In: GILBOA, Eytan; INBAR, Efraim (Eds.). **US – Israeli Relations in a New Era**: Issues and challenges after 9/11. New York; Abingdon: Routledge, 2009.

MITCHELL, Josh. Kirk-Menendez Bill Boosts Pressure to Curb Iran's Nuclear Program. **The Wall Street Journal**, Washington, DC, Jan. 18th 2015. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/kirk-menendez-bill-boosts-pressure-to-curb-irans-nuclear-program-1421619983>. Acesso em: 22 jan. 2015.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes. **O governo de George W. Bush e sua Guerra contra o Terror**: nova orientação tática à estratégia norte-americana. 2011. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

MORRIS, Benny. **Israel's Border Wars**: 1949 – 1956. New York: Oxford University Press, 1997.

MUCCI, Alberto. "Un'America più lontana da Israele? Colpa dei no di Netanyahu", dice Stephen Walt. Entrevista com Stephen Walt. **Europa Quotidiano**, Roma, 14 ott. 2014. Esteri. Disponível em: <http://www.europaquotidiano.it/2014/10/14/unamerica-piu-lontana-da-israele-colpa-dei-no-di-netanyahu-dice-stephen-walt/>. Acesso em: 29 dez. 2014.

NEWPORT, Frank. About Three in 10 American Jews Identify as Republicans. **Gallup**, Washington, D.C., Jan. 6th 2015. Politics. Disponível em:

<http://www.gallup.com/poll/180422/three-american-jews-identify-republicans.aspx>. Acesso em: 8 jan. 2015.

PEAR, Robert; BERKE, Richard L. Pro-Israel Group Exerts Quiet Might as It Rallies Supporters in Congress. **The New York Times**, New York, July 7th 1987. World. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1987/07/07/world/pro-israel-group-exerts-quiet-might-as-it-rallies-supporters-in-congress.html>. Acesso em: 9 jan. 2015.

MEET the super super PAC. **Politico**, Arlington, VA, 2012. Disponível em: <http://www.politico.com/news/stories/0112/71763_Page2.html>. Acesso em: 12 jan. 2015.

POPPER, Nathaniel. ZOA Pressed by Former Officials over Guard's Pay. **The Jewish Daily Forward**, Apr. 14th 2006. Disponível em: <http://forward.com/articles/1227/zoa-pressed-by-former-officials-over-guardes-pay/>. Acesso em: 18 set. 2014.

RAM, Uri. **Israeli Nationalism**: Social Conflicts and the Politics of Knowledge. Series Routledge Studies in Middle Eastern Politics. [S.l.]: Taylor & Francis, 2010.

REILLY, Ryan J. Behold the 'Hybrid PAC': All the Benefits of a Regular PAC with the 'Super' Bonuses. **TPM: Talking Points Memo**, [S.l.], Aug. 25th 2011. Disponível em: <http://talkingpointsmemo.com/muckraker/behold-the-hybrid-pac-all-the-benefits-of-a-regular-pac-with-the-super-bonuses>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ROBERTSON, O. Palmer. **O Israel de Deus**. São Paulo: Editora Vida, 2005.

SARGENTO Gilad Shalit já está em Israel. **Público**, Lisboa, 18 out. 2011. Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/sargento-gilad-shalit-ja-esta-em-israel_1517026>. Acesso em: 01 out. 2014.

SCHRAYER, Elizabeth A. **Memorandum**. [S.l], 30th Sep. 1986. Disponível em: <http://israellobby.org/AIPAC/PAC_Coordination/1986_PAC_Memo.htm>. Acesso em: 19 fev. 2015.

SEN. PAUL Stands with Israel. [S.l.: s.n.]. July 7th 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-z8y6C6HAs>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SMITH, Grant. **No thanks, Ester Kurz.** [S.l.: s.n.]. Mar. 31st 2010. Disponível em: <http://pulsemedia.org/2010/03/31/no-thanks-ester-kurz/>. Acesso em 6 jan. 2015.

SMITH-CONNALLY Act, June 25th 1943: Law Prohibits Labor Unions from Contributing to Federal Candidates History Commons. Disponível em: <http://www.historycommons.org/entity.jsp?entity=smith_connally_act_1>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SOLOMON, Morris S. **The Agenda and Political Techniques of the American Israel Public Affairs Committee (AIPAC)**. Executive Research Project, S70, The Industrial College of the Armed Forces, National Defense University, Fort McNair, Washington, DC, 1993. Disponível em: <http://oai.dtic.mil/oai/oai?verb=getRecord&metadataPrefix=html&identifier=ADA276886>. Acesso em: 05 jun. 2014.

STRAUS, Jacob R. **Honest Leadership and Open Government Act of 2007: The Role of the Clerk of the House and Secretary of the Senate**. Congressional Research Service. July 22nd 2008. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/secrecy/RL34377.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os Think Tanks e sua Influência na Política Externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TEMPLE ADATH YESHURUN. **AIPAC Breakfast Briefing**: About Our Speaker. New York, Jan. 9th 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/templeadath/posts/407561645991726>. Acesso em: 26 dez. 2014.

THE AMERICAN Israel Public Affairs Committee (AIPAC) Coordinates PACs. **The Israel Lobby Archive**. The Institute for Research: Middle Eastern Policy. Washington, DC, 2007. Disponível em: <http://israellobby.org/AIPAC/PAC_Coordination/default.asp>. Acesso em 19 fev. 2015.

THE ISRAEL Lobby. Direção de Marije Meerman. Pesquisa de William de Brujin. [S.l.]: VPRO Backlight, 2007. Documentário (50 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=N294FMDok98#t=182>. Acesso em: 15 jul. 2014.

THE ROTHSCHILD History from 1880 to 1914. [S.l.: s.n.]. 2011. Disponível em: <http://www.rothschild.com/our_history/1880-1914/>. Acesso em: 12 set. 2014.

THOMAS, Laís Forti. **A influência do *lobby* do etanol na definição da política agrícola e energética dos EUA (2002-2011)**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (Unesp, Unicamp, PUC-SP), São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/dissertacoes-e-teses/itemlist/category/63-2012.html>. Acesso em: 14 jan. 2015.

TIVNAN, Edward. **The Lobby**: Jewish Political Power and American Foreign Policy. New York: Simon and Schuster, 1987.

TRUMAN, Harry S. **Memoirs by Harry S. Truman**: Volume Two: Years of Trial and Hope. Garden City, N.Y.: Doubleday & Company, Inc., 1956. Disponível em: <https://ia902205.us.archive.org/35/items/memoirsbyharryst012833mbp/memoirsbyharryst012833mbp.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

UNITED NATIONS. General Assembly. Ad Hoc Political Committee. **Two Hundred and Seventh Plenary Meeting [A/PV.207]**. Report of the Ad Hoc Political Committee (A/855). New York, 11 May 1949a. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/PV.207&Lang=E>. Acesso em: 01 ago. 2014.

_____. General Assembly. Ad Hoc Political Committee. **Admission of Israel to membership in the United Nations. Resolution 273 (III) [A/RES/273(III)]**. Resolution adopted by the General Assembly at its 3rd session. 11 May 1949b. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/273(III)&Lang=E&Area=RESOLUTION>. Acesso em: 01 ago. 2014.

_____. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Israeli-Palestinian Fatalities since 2000 – Key Trends**, Aug. 31st 2007. Disponível em: <http://unispal.un.org/unispal.nsf/8fedccc58951b2f485257b35004e7bf0/be07c80cda4579468525734800500272?OpenDocument>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. Security Council. **Letter Dated 20 March 1956 from the Permanent Representative of the United States of America Addressed to the President of the Security Council [S/3561]**. Mar 21th 1956. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/3561>. Acesso em: 7 jan. 2015

_____. **UN chief welcomes Egyptian-brokered ceasefire for Gaza**. UN News Centre, August 26th, 2014. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=48568#.U_5A48W-3LQ>. Acesso em: 27 ago. 2014.

UNITED STATES OF AMERICA. Congress. **Code of Federal Regulations. Title 11 – Federal Elections. Section: § 100.6 – Connected organization [2 U.S.C. 431(7)]**.Washington, DC, 2014a. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec100-6.xml>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Section: § 100.16 – Independent expenditure [2 U.S.C. 431(17)]**. Washington, DC, 2014h. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec100-16.xml >. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Section: § 102.1 – Registration of political committees [2 U.S.C. 433(a)]**. Washington, DC, 2014f. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec102-1.xml>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Section: § 102.14 – Names of political committees [2 U.S.C 432(e) (4) and (5)]**. Washington, DC, 2014g. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec102-14.xml >. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Section: § 110.11 – Communication; advertising; disclaimers [2 U.S.C 441d]**. Washington, DC, 2014e. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec110-11.xml>. Acesso em: 12 fev. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA.Congress. **Code of Federal Regulations**. **Title 11 – Federal Elections**. **Section: § 114.1 – Definitions**. Washington, DC, 2014b. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec114-1.xml>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Section: § 114.5 – Separate segregated funds**. Washington, DC, 2014c. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec114-5.xml>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Section: § 114.6 – Twice yearly solicitations**. Washington, DC, 2014d. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2014-title11-vol1/xml/CFR-2014-title11-vol1-sec114-6.xml>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. _____. **Federal Election Campaign Act of 1971 [Public Law 92-225]**. Washington, DC, 1972. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-86/pdf/STATUTE-86-Pg3.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. _____. **Honest Leadership and Open Govern Act of 2007 [Public Law 110-81]**. 110th Congress at the 1st session. Washington, DC, Sep. 14th 2007. Disponível em: <https://www.govtrack.us/data/us/bills.text/110/s/s1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. _____. House of Representatives. **Final Votes Results for Call 95**. Mar 5th 2014i. Disponível em: <http://clerk.house.gov/evs/2014/roll095.xml>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. _____. _____. **H. R. – United States-Israel Strategic Partnership Act of 2014:** 113th Congress (2013-2014). Introduced 4th Mar. 2013. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/113th-congress/house-bill/938?q=%7B%22search%22%3A%5B%22hr938%22%5D%7D>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____._____. Senate. Bill S.2265. April 29th 2014. **Stand with Israel Act for 2014**. Disponível em: <http://www.paul.senate.gov/files/documents/DAV14485.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. Office of the United States Trade Representative (USTR). Executive Office of the President. **Israel Free Trade Agreement**. Washington, DC, 2015. Disponível em: <http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/israel-fta>. Acesso em: 20 jan. 2015.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Christian Church Adherents and Jewish Population, States**. Washington, DC, 2012a. Disponível em: <http://www.census.gov/compendia/statab/2012/tables/12s0077.pdf >. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. **Religious Bodies – Selected Data**. Washington, DC, 2012b. Disponível em: <http://www.census.gov/compendia/statab/2012/tables/12s0076.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Self-Described Religious Identification of Adult Population**. Washington, DC, 2012c. Disponível em: <http://www.census.gov/compendia/statab/2012/tables/12s0075.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

UNIVERSITY OF SOUTH CAROLINA. USC Annenberg: School for Communication & Journalism. USC News 21. **AIPAC : Money**. AIPAC: America's Pro Israel Lobby. Under the Influence. South Carolina: USC Annenberg, [2009?]. Disponível em: <http://usc.news21.com/madeline-story/aipac-money-0.html>. Acesso em: 25 abr. 2015.

UROFSKY, Melvin I. **We Are One!**: American Jewry and Israel. Norwell, MA: Anchor Press, 1978.

US CONGRESS is ‘Israeli occupied territory’: Journalist. **PressTV**, [s.l.], Jan. 18th 2015. Disponível em: <http://www.presstv.ir/Detail/2015/01/18/393684/Congress-is-Israeli-occupied-territory>. Acesso em: 19 jan. 2015.

VÁZQUEZ, Daniel Day. Geopolítica Geral do Islã. Tradução de Hugo Alves Simplício. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 1, p. 182-216, jan./jun. 2013. Disponível em 2 partes: <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/view/111/90>; e <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/view/112/92>. Acesso em: 25 jul. 2014.

VERBEETEN, David. How Important Is The Israel Lobby?. **Middle East Quarterly**, v. 13, n. 4, p. 37-44, Fall 2006. Disponível em: <http://www.meforum.org/1004/how-important-is-the-israel-lobby>. Acesso em: 16 set. 2014.

VEGA, Suzanne. Democratic Rep. Claims Boehner’s Invitation of Netanyahu Is a Fundraising Pitch. **JPUDATES: Jewish Political News & Updates**, Jan. 27th 2015. Disponível em: <http://jpupdates.com/2015/01/27/john-boehner-invites-israeli-prime-minister-yarmuth-claims-actions-close-subversion/>. Acesso em: 28 jan. 2015.

WALT, Stephen. The “special relationship” and what has changed since “The Israel Lobby” book. In: NATIONAL SUMMIT TO REACESS THE U.S.-ISRAEL “SPECIAL RELATIONSHIP”, Washington, DC, National Press Club, Mar. 7th 2014. Vídeo (aprox. 22 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PxpGkD9AMeA&index=7&list=WL>. Acesso em: 13 mar. 2015.

WALZER, Michael. Pre-emptive Strikes: The Six Day War. In: _____. **Just and Unjust Wars**: A Moral Argument with Historical Illustrations. 4th ed. New York: Basic Books, 2006. p. 80-85.

WARGO, Buck. Pro-Israel PACs Select Six Senate Incumbents for Major Support in 1990. **Washington Report on Middle East Affairs**, Washington, DC, July/Aug. 1990. Disponível em: <http://www.wrmea.org/1990-july-august/pro-israel-pacs-select-six-senate-incumbents-for-major-support-in-1990.html>. Acesso em: 08 dez. 2014.

WEIR, Alison. The Origins of the Israel Lobby in the US: America’s Role in the Creation of the State of Israel. **Counterpunch**, Weekend Edition, Petrolia, CA, Mar. 21-23th 2014. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2014/03/21/the-origins-of-the-israel-lobby-in-the-us/>. Acesso em: 15 set. 2014.

WEISS, Philip. AIPAC celebrates Congress for laws that will ‘dramatically strengthen bond between US and Israel’. **Mondoweiss**, Chicago, IL, Jan. 2nd, 2015a. Disponível em: <http://mondoweiss.net/2015/01/celebrates-dramatically-strengthen>. Acesso em 6 jan. 2015.

_____. The Israel lobby rallies inside the Republican Party. **Mondoweiss**, Chigago, IL, Jan. 7th, 2015b. Disponível em: < http://mondoweiss.net/2015/01/israel-rallies-republican>. Acesso em: 8 jan. 2015.

YIFTACHEL, Oren; YAKOBI, Haim. Control, Resistance, and Informality: Urban Ethnocracy in Beer-Sheva, Israel. In: ROY, Ananya; ALSAYYAD, Nezar (Eds.). **Urban**

Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia. Lanham, MD: Lexington Books, 2004. p. 209-239.

ZANOTTI, Jim. **U.S. Foreign Aid to the Palestinians.** Congressional Research Service. July 3rd 2014. Disponível em: <http://fas.org/sgp/crs/mideast/RS22967.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

ZIONIST ORGANIZATION OF AMERICA. **National President Morton A. Klein**. 2014b. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://zoa.org/about/morton-a-klien/>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. **What Is the Zoa?**. 2014a. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://zoa.org/about/>. Acesso em: 18 set. 2014.

ZUNES, Stephen. The Israel Lobby: how powerful is it really?. **Foreign Policy in Focus**, Washington, D.C., May 16th 2006. Disponível em: <http://www.fpif.org/fpiftxt/3270>. Acesso em: 23 set. 2014.